

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**A CONCEPÇÃO BEHAVIORISTA DA
LINGUAGEM DE W. V. O. QUINE:
EXPOSIÇÃO E DEFESA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Debora Fontoura de Oliveira

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

**A CONCEPÇÃO BEHAVIORISTA DA LINGUAGEM DE
W. V. O. QUINE: EXPOSIÇÃO E DEFESA**

por

Debora Fontoura de Oliveira

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração em Filosofia Analítica e Continental, na Linha de Pesquisa em Análise da Linguagem e Justificação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Filosofia.**

Orientador: Prof. Dr. Dirk Greimann

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Pós-Graduação em Filosofia**

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado

**A CONCEPÇÃO BEHAVIORISTA DA LINGUAGEM DE
W. V. O. QUINE: EXPOSIÇÃO E DEFESA**

elaborada por

Debora Fontoura De Oliveira

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Filosofia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Dirk Greimann (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Albertinho Luiz Gallina (UFSM)

Prof^a. Dr^a. Sofia Inês Albornoz Stein (UNISINOS)

Santa Maria, 31 de agosto de 2009.

***A minha Mãe, Sônia,
pelo apoio, incentivo, confiança e carinho.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Dirk Greimann, pelo apoio, suporte e paciência na realização desta dissertação. Em especial agradeço ao Prof. Dr. Albertinho Luiz Gallina pelo estímulo sempre e pela amizade.

Agradeço a toda minha família, a minha mãe, meu pai Ocir e meu irmão Rafael pelo apoio e confiança; aos meus amigos que estiveram ao meu lado durante estes dois anos de trabalho, longe ou perto, sempre me incentivando, Moisés Romanini, Mabel Brum, Marcos Machado, Rodrigo Libardoni, Raquel Brum e, em especial, meus colegas de profissão, além de grandes amigos e ouvintes, que me apoiaram e me deram toda a assistência em vários momentos, Cíntia Roso (pelas discussões sobre Quine, incentivo, e ombro amigo), Cláudio Reichert (pelos mates e conversas), Lauren Nunes (pelos desabafos), Artur Aguiar, Jorge R. T. Jabur e Thiago Carreira.

Agradeço ainda, o apoio do Departamento de Pós-Graduação em Filosofia, o secretário Sérgio Calil e principalmente o apoio financeiro da Capes que colaborou com a finalização desta dissertação.

*Não basta abrir a janela
Para ver os campos e o rio.
Não é bastante não ser cego
Para ver as árvores e as flores.
É preciso também não ter filosofia nenhuma.
Com filosofia não há árvores: há ideias apenas.
Há só cada um de nós, como uma cave.
Há só uma janela fechada, e todo o mundo lá fora;
E um sonho do que se poderia ver se a janela se abrisse,
que nunca é o que se vê quando se abre a janela.*

Fernando Pessoa

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A CONCEPÇÃO BEHAVIORISTA DA LINGUAGEM DE W. V. O. QUINE: EXPOSIÇÃO E DEFESA

AUTORA: Debora Fontoura de Oliveira

ORIENTADOR: Prof. Dr. Dirk Greimann

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 31 de agosto de 2009.

A presente dissertação é o resultado de uma investigação sobre a concepção behaviorista da linguagem de Quine, tendo como pretensão a sua exposição e defesa, alegando a sua permanência no decorrer de todos os trabalhos quineanos. A importância deste trabalho se deve ao fato de que muitas críticas foram feitas a Quine com respeito a sua perspectiva linguística. Dentre os críticos, o que promove objeções contundentes, é Noam Chomsky. Este alega que Quine sofre de inconsistência e incoerência ao propor sua concepção de linguagem, e ainda afirma que Quine abandona o behaviorismo nos seus últimos trabalhos em favor de um mentalismo. Para realizar a defesa de Quine frente às acusações de Chomsky teve-se como referência Roger Gibson, o qual elaborou uma defesa da posição de Quine, que, entretanto, não ficou muito clara. Desta forma, nesta dissertação é feita uma análise não só das críticas de Chomsky, mas também da defesa de Gibson na tentativa de se apresentar um melhor esclarecimento da concepção de Quine. Sustenta-se que o programa behaviorista quineano é apresentado principalmente em *Word and Object*, publicado em 1960, mas permanece até suas últimas publicações. Nestas são observados alguns esclarecimentos e ampliações do que já era apresentado em 1960, mas não incoerências. A sustentação da sua concepção é encontrada na sua rejeição à semântica mentalista tradicional que aceita conceitos intensionais como entidades mentais ao correlacionar palavras com ideias. Quine defende que o significado linguístico é uma propriedade do comportamento e, por esta razão, não se encontrando diferença comportamental, não é possível alegar diferença semântica. Quine assume, então, que uma perspectiva behaviorista é necessária para o estudo da aquisição da linguagem, mesmo que não seja suficiente. Além disso, a defesa de um behaviorismo não é importante somente pelo seu aspecto semântico, mas também epistemológico, visto que Quine defende que a única via possível para entender a relação entre teoria e mundo é, se antes, a questão psicogenética de “como é adquirida a linguagem” é respondida. A partir disso, a concepção behaviorista acaba assumindo um papel central na filosofia de Quine e, pela qual, muitas questões são respondidas.

Palavras-chaves: behaviorismo, linguagem, mentalismo, Quine, Chomsky, Gibson.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Post-Graduate Course in Philosophy
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

THE QUINE'S BEHAVIORIST CONCEPTION OF LANGUAGE: EXPOSITION AND DEFENSE

AUTHOR: Debora Fontoura de Oliveira

ADVISOR: Prof. Dr. Dirk Greimann

Date and Place of the Defense: Santa Maria, August 31, 2009.

To present dissertation it is the result of an investigation on the conception behaviorist of the language of Quine, tends as pretension your exposition and defense, alleging your permanence in elapsing of all the quinean works. The importance of this work is due to the fact that many critics were made Quine with regard to your linguistic perspective. Among the critics, what promotes confuting objections, it is Noam Chomsky. This alleges that Quine suffers from inconsistency and incoherence when proposing your language conception, and he still affirms that Quine abandons the behaviorism in your last works in favor of a mentalism. To accomplish the defense of Quine front to the accusations of Chomsky it was had as reference Roger Gibson, which elaborated a defense of the position of Quine, that however it was not very clear. This way, in this dissertation it is made an analysis not only of the critics of Chomsky, but also of the defense of Gibson in the search of offering a better explanation of the conception of Quine. It is sustained that the program behaviorist quinean is presented mainly in *Word and Object*, published in 1960, but it stays until your last publications. In these some are observed explanations and amplifications than it was already presented in 1960, but non incoherences. The sustentation of your conception is found in your rejection to the semantics traditional mentalist that accepts intension concepts as mental entities when correlating words with ideas. Quine defends that the linguistic meaning is a property of the behavior and, for this reason, not meeting differentiates comportamental, it is not possible to allege semantic difference. Quine assumes, then, that a perspective behaviorist is necessary for the study of the acquisition of the language, even if it is not enough. Besides, the defense of a behaviorism is not only important for your semantic aspect, but also epistemological, because Quine defends that the only possible road to understand the relationship between theory and world is, if before, the subject psychogenetic of "as it is acquired the language" it is answered. Starting from that, the conception behaviorist ends up assuming a central paper in the philosophy of Quine and, for the which, a lot of subjects are answered.

Key Words: behaviorism, language, mentalist, Quine, Chomsky, Gibson.

LISTA DE ABREVIATURAS

CM	<i>Cognitive Meaning</i>
EN	<i>Epistemology Naturalized</i>
EES	<i>On Empirically Equivalent Systems of the World</i>
FM	<i>Facts of the Matter</i>
FME	<i>Five Milestones of Empiricism</i>
FSS	<i>From Stimulus to Science</i>
LP	<i>Linguistics and Philosophy</i>
MDV	<i>Mind and Verbal Dispositions</i>
MRCLT	<i>Methodological Reflections on Current Linguistic Theory</i>
NLWM	<i>Naturalism Or, Living Within Ones's Means</i>
NNK	<i>The Natural of Natural Knowledge</i>
OR	<i>Ontological Relativity</i>
PT	<i>The Pursuit of Truth</i>
PPLT	<i>Philosophical Progress in Language Theory</i>
PTF	<i>Progress on Two Fronts</i>
PR	<i>Posits and Reality</i>
RC	<i>Replies to Chomsky</i>
RIT	<i>On the Reasons for Indeterminacy of Translation</i>
RR	<i>The Roots of Reference</i>
SLS	<i>The Scope and Language of Science</i>
SM	<i>States of Mind</i>
TDE	<i>Two Dogmas of Empiricism</i>
TDR	<i>Two Dogmas in Retrospect</i>
TPT	<i>Things and Their Place in Theories</i>
TI	<i>Three Indeterminacies</i>
TT	<i>Theories and Things</i>
UPM	<i>Use and Its Place in Meaning</i>
WO	<i>Word and Object</i>
WP	<i>The Ways of Paradox</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A CONCEPÇÃO BEHAVIORISTA DA LINGUAGEM DE QUINE ..	17
1.1 Introdução.....	17
1.2 O lugar da concepção behaviorista no sistema filosófico quineano.....	19
1.3 A parte negativa: crítica a semântica mentalista.....	31
1.3.1 O problema da explicação do conceito mentalista de significado	36
1.4 A parte positiva: o behaviorismo na linguagem.....	49
1.4.1 A tese da aquisição da linguagem.....	55
1.4.2 O problema da indeterminação da tradução	60
2 A CRÍTICA DE CHOMSKY E A DEFESA DE GIBSON AO BEHAVIORISMO QUINEANO	69
2.1 Introdução.....	69
2.2 A crítica de Chomsky: incoerência e inconsistência em Quine.....	71
2.2.1 Fundamentos da teoria de Chomsky sobre a aprendizagem linguística	80
2.3 A defesa da concepção naturalista-behaviorista da linguagem de Quine por Gibson	86
2.3.1 Problemas na interpretação de Chomsky.....	89
3 UMA DEFESA DA PERMANÊNCIA DO BEHAVIORISMO.....	99
3.1 Introdução.....	99
3.2. Análise da crítica de Chomsky e da defesa de Gibson.....	100
3.3 A posição oficial de Quine	111
3.3.1 Sobre o behaviorismo em <i>The Roots of Reference</i>	112
3.3.2 Sobre o behaviorismo nos últimos escritos quineanos.....	119
CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

A linguagem possui um papel fundamental na doutrina do filósofo W. V. O. Quine, pois é através dela que ele procura responder a muitos dos questionamentos filosóficos, tanto epistemológicos quanto ontológicos. Na tentativa de dar uma resposta a esses questionamentos Quine formula uma perspectiva behaviorista da linguagem em contraposição a mentalista tradicional. Apesar de sua concepção ser bastante influente na sustentação de todas as suas teses e doutrinas ela foi criticada por muitos autores, entre eles, Noam Chomsky, Donald Davidson, Charles Parson, John Searle, Paul Bogosshian, entre outros, os quais alegam que Quine muitas vezes é inconsistente e até incoerente no desenvolvimento de seus trabalhos, alguns ainda declaram que em seus últimos escritos Quine abandona essa perspectiva behaviorista.

Em vista disso, a presente dissertação contém uma exposição da concepção behaviorista da linguagem de Quine e tem como objetivo elaborar uma possível defesa dessa concepção frente ao seu principal crítico Noam Chomsky. O ponto de partida para realizar essa defesa tem como base Roger Gibson, o qual elaborou uma defesa a Quine, em relação às críticas de Chomsky, em seu livro *The Philosophy of W. V. Quine: An Expository Essay* (1982) no qual assume que a concepção “naturalista-behaviorista” possui um papel central dentro do sistema filosófico quineano. A escolha desse tema se deve ao fato de que até então não se tem muito claro o que seja essa concepção, já que os elementos que são característicos de seu behaviorismo encontram-se dispersos em seus livros e artigos, além de serem expostos de modos diversos.

Desta forma, nesta introdução apresentam-se alguns elementos da concepção behaviorista de Quine, com o fim de expor como ela pode ser vista panoramicamente, para então, apresentar os três passos que esta dissertação segue.

Pode-se dizer que foi principalmente em *Word and Object* (1960), uma de suas primeiras publicações, que Quine desenvolveu a sua concepção behaviorista da linguagem. De acordo com ela, a “linguagem é uma *arte social* que todos adquirem, tendo como evidência o comportamento público das pessoas”¹ (WO, 1960, prefácio). Essa visão rebate a concepção mentalista tradicional, de que a semântica está determinada de algum modo na mente das pessoas e que está além das disposições comportamentais. Essa semântica “ingênua” possui falta de caráter objetivo e científico. Por essa razão, Quine parece sugerir que é necessário haver uma reformulação da semântica a partir de uma perspectiva behaviorista, sendo essa a saída que possibilitaria a aplicação da semântica cientificamente. É neste caminho que seria possível garantir uma intersubjetividade, uma vez que, a semântica seguindo essa linha, passa a depender das condições públicas de uso dadas através do comportamento das pessoas usando a linguagem e não mais de elementos privados.

Devido a isso, Quine pretende eliminar do vocabulário semântico qualquer noção que faça referência a termos intensionais. Por isso, ele não aceita a suposição de “entidades mentais” dos falantes na sua explicação do comportamento linguístico, e sim, explica a “constituição” da linguagem e de seu significado pela descrição da maneira como indivíduos são condicionados socialmente a usar palavras e frases em determinadas circunstâncias. Por conseguinte, Quine defende que a linguagem deve ser naturalizada, pois somente assim, seria possível o acesso aos significados através do comportamento. O que deve ser observado, segundo ele, são os próprios fatos sobre o significado, não as entidades significadas. São os fatos que devem ser interpretados em termos de comportamento (OR, 1969, p. 27).

Além disso, Quine também parece defender que não é possível oferecer uma definição ou uma explicação adequada do conceito de significado recorrendo a

¹ Todas as traduções de citações desta dissertação são traduções livres, realizadas pela autora.

noções mentalistas, o que o leva a propor a substituição desse conceito pelo conceito de *stimulus meaning*². Visto que somente é possível ter uma noção de significado a partir dos *estímulos* de uma sentença para um sujeito. Uma palavra, então, somente adquire significado à medida que seu uso, em sentenças, está condicionado a estímulos sensoriais. Isso, de acordo com Quine, tem como consequência uma indeterminação da linguagem, pois esta fica limitada às disposições comportamentais diante das estimulações sensoriais.

Sendo assim, como consequência da sua proposta behaviorista Quine desenvolve a chamada “tese de indeterminação da tradução”, sustentada pela doutrina da subdeterminação de teorias pela evidência e pelas suas teses de indeterminação do significado e de inescrutabilidade da referência. De acordo com essas teses uma expressão não possui um único significado ou referência além do que pode ser estabelecido pelas evidências comportamentais.

A concepção behaviorista de Quine segue basicamente esse contexto, entretanto, muitas críticas a ela foram elaboradas, dentre as quais a principal foi de Noam Chomsky. Este filósofo-linguista apresentou críticas ao trabalho de Quine logo da sua primeira publicação em 1960, *Word and Object*, com seu livro *Language and Mind* (1968). Chomsky centralizou suas críticas ao trabalho de Quine na afirmação de que suas teses e doutrinas são inconsistentes e incoerentes. Contudo, é em seu artigo *Quine’s Empirical Assumptions* (1969) e em seu livro *Reflections on Language* (1975), que Chomsky promove críticas contundentes ao projeto filosófico de Quine a partir de uma perspectiva internalista da linguagem. As críticas de Chomsky se baseiam na alegação de que existem dois Quines: o Quine de 1960, que defende um behaviorismo na linguagem e o Quine de 1969 em diante, mais especificamente em seu livro *The Roots of Reference* (1974), que passa a defender uma espécie de mentalismo em suas teorias.

As críticas apontadas por Chomsky deram abertura para a elaboração de muitas outras. Filósofos contemporâneos têm encontrado dificuldades em interpretar a concepção de linguagem de Quine e elaboram várias outras críticas ao seu sistema filosófico, entre eles, pode-se destacar: John Searle em seu artigo *Indeterminacy, Empiricism and the First Person* (1987), no qual declara que existem

² Na dissertação optou-se pela utilização do termo original de Quine em inglês, *stimulus meaning*, ao invés de sua tradução “significado de estímulo”.

características essenciais para uma individuação de estados intensionais que não podem ser capturados em termos de terceira pessoa³, Charles Parsons, em *Genetic Explanation in The Roots of Reference* (1990), afirma que Quine em seus últimos trabalhos, principalmente em *The Roots of Reference* (1974), abandona o caráter behaviorista e inova com a sua explicação genética, passando a defender uma proposta neurofisiológica da linguagem (um método genético não muito claro); Donald Davidson, em *Meaning, Truth and Evidence* (1990), critica Quine baseando-se na distinção entre a “teoria distal” – o significado está no objeto - e a “teoria proximal” – o significado está na fronteira entre o mundo e o falante, ou seja, está na superfície da pele do falante. Davidson constata que ambas as teorias são encontradas nos trabalhos de Quine e é o que causa um grande problema ao seu sistema filosófico, pois Quine, não é claro na distinção entre as teorias, tornando sua filosofia obscura, ora defendendo um behaviorismo, assimilado com a teoria proximal, ora um empirismo mais radical com relação à teoria distal⁴.

³ O contra-exemplo utilizado por Searle a proposta behaviorista é o argumento do Quarto Chinês (*Chinese Room*), este é um argumento hipotético criado por Searle para refutar os teóricos da Inteligência Artificial (*Strong AI*), do funcionalismo, bem como do behaviorismo, baseia-se na presunção de que a sintaxe (gramática) não é garantia de existência da semântica (sentido). Por exemplo, um homem é posto em uma sala e segue um programa de computador que o possibilita a falar chinês e faz com que seu comportamento verbal seja indistinguível do falante chinês; entretanto, nota-se que o homem não compreende o chinês, ele satisfaz o critério comportamental, mas não possui entendimento sobre a língua (SEARLE, 1987, p. 124). Segundo Searle, o behaviorismo quineano pode ser refutado por este experimento, dado que é uma versão extrema de behaviorismo linguístico que oferece um *reduction ad absurdum* de suas premissas básicas. Isto é, para Searle o behaviorismo de Quine leva a pensar que se tudo que existe ao significado é dado a partir do modelo de estímulo e resposta, então seria impossível discriminar significados, os quais de fato são discrimináveis (SEARLE, 1987, p. 125).

⁴ Davidson reconhece que a dependência de significados e crenças sobre estimulações é o que garante a Quine um lugar entre os empiristas, entretanto, ele acredita que Quine parece radicalizar esse empirismo em seus últimos escritos ao identificar que a evidência não está mais nos estímulos dos dados sensoriais, mas na existência de eventos, objetos ou situações idênticas. Na verdade Davidson considera que Quine possui confusões em seus trabalhos por oscilar entre uma teoria proximal e uma teoria distal, não deixando claro qual a natureza de sua posição empirista e nem o que ele considera como “evidência”, deixando a locação dos estímulos notoriamente ambígua (DAVIDSON, 1990, p. 72). O problema de Quine, todavia, não está na teoria distal, que Davidson apresenta como alternativa, mas na maneira que ele externaliza a “evidência”, que inicialmente estava nas estimulações sensoriais – na pele do falante –, e passa, então, a estar no objeto ou situação compatilhada entre os falantes, removendo a centralidade que era dada aos órgãos dos sentidos e suas manifestações imediatas [seria possível fazer uma assimilação desse empirismo quineano com o “empirismo radical” de William James, porém não é objetivo desta dissertação abordar esse tópico]. O que vale chamar a atenção é que para Davidson não há contradição entre essas duas teorias, mas há diferenças entre elas que devem ser reconhecidas, e ao propor sua alternativa distal Davidson não está negando o papel causal dos sentidos, pois a teoria distal é tão causal quanto a proximal, a diferença entre ambas é uma questão de locação apropriada dos fatores causais.

Todavia, nesta dissertação, dedica-se em analisar apenas as críticas feitas por Chomsky, pois a sua interpretação coloca em “xeque” o caráter behaviorista da linguagem tão defendido por Quine e abre portas para tantas críticas subsequentes. Busca-se, então, elaborar uma defesa de Quine em relação a Chomsky tendo como base Roger Gibson, com o qual é compartilhada a argumentação de que Chomsky mal-interpreta o trabalho de Quine. Porém, pensa-se que a defesa de Gibson não oferece clareza suficiente à dúvida que se tem em saber se Quine abandona ou não o seu behaviorismo em favor de um mentalismo. Desse modo, tenta-se desenvolver uma possível saída das alegações de Chomsky e, ainda, procura-se assegurar que Quine, em seus trabalhos, não abandona a sua concepção behaviorista, o que pode ser identificado são esclarecimentos de certas teses e doutrinas que possam ter ficado obscuras no decorrer de seus trabalhos, mas não há uma mudança de posição como alega Chomsky e muitos outros.

Por essas razões, nesta dissertação, defende-se: (i) que as críticas de Chomsky a Quine não são tão relevantes contra a concepção behaviorista quineana como se pensa, pois há, como Gibson descreveu, uma má interpretação por parte de Chomsky da filosofia de Quine em vários pontos; (ii) o behaviorismo quineano permanece ao longo de seus trabalhos; (iii) Quine nunca negou uma perspectiva mentalista na linguagem, ele rejeita sua aplicação pelo fato de ela não ser cientificamente respeitável e por não possibilitar um estudo a partir da metodologia científica.

Sendo assim, a presente dissertação é, então, uma exposição e defesa da concepção behaviorista da linguagem de Quine e está dividida em três capítulos:

Capítulo 1: Neste capítulo é exposta a concepção behaviorista da linguagem de Quine. Inicialmente, são apresentadas as principais teses e doutrinas que formam o seu sistema filosófico. Tenta-se fazer um apanhado geral de sua filosofia para assim, identificar o papel assumido pelo seu behaviorismo. Na seção seguinte é apresentado o aspecto negativo da concepção de Quine marcado pelas críticas feitas à semântica mentalista, principalmente ao conceito de significado como uma entidade mental e aos termos intensionais. Na seção que segue, é exposto o aspecto positivo, reconhecido como a defesa da concepção behaviorista da linguagem de Quine. Nessa seção é apresentada a reformulação da semântica, feita por ele, a partir do behaviorismo, alegando que a sua sustentação se dá na

afirmação de que o significado “não possui existência psíquica, ele é originalmente uma propriedade do comportamento” (OR, 1969, p. 27). Ainda nessa seção são apresentados os métodos de aquisição da linguagem e as consequências que decorrem de sua posição, sendo elas a subdeterminação da teoria pela experiência e a indeterminação da linguagem.

Capítulo 2: Neste capítulo são expostas as críticas de Chomsky e, conjuntamente, a defesa que Gibson faz as suas objeções. Primeiramente, são apresentadas as críticas de Chomsky, nas quais ele afirma que Quine é inconsistente ao elaborar a sua metodologia de aquisição da linguagem e é contraditório no decorrer de seus trabalhos, ora defendendo um behaviorismo, ora um mentalismo. Para então, apresentar a defesa da concepção behaviorista de Quine por Gibson, rebatendo as críticas de Chomsky, na qual Gibson assegura que este possui mal-entendidos sobre Quine.

Capítulo 3: Neste capítulo é feita uma análise das críticas de Chomsky e da defesa de Gibson, tendo como objetivo dar um passo a mais na defesa de Quine para que ela não incorra nas críticas apontadas por Chomsky. Busca-se, portanto, assegurar a permanência do behaviorismo e a sua rejeição ao mentalismo no decorrer de todos os seus trabalhos. A partir disso, busca-se esclarecer que não há abandono do behaviorismo nem a favor do mentalismo, nem de uma neurofisiologia, ponto este que Gibson parece não ter deixado muito claro

Conclui-se esta dissertação com a defesa da conservação do behaviorismo na filosofia de Quine, sem apontar qualquer mudança de posição. O que Quine parece ter deixado claro quando ele propôs os três níveis de explicação do comportamento humano. Isto é, quando Quine afirma que a explicação behaviorista é a mais promissora, entre a mentalista e a neurofisiológica, ele não está descartando a existência destas e, nem nega a possibilidade de um dia elas virem a ser utilizadas, apenas ressalta que o caminho behaviorista é o melhor, até então, para o progresso da ciência.

Não obstante, reforça-se que esta dissertação é apenas uma possível interpretação acerca da concepção behaviorista da linguagem de Quine na tentativa de entender o que ele pretende ao defender essa proposta, visto que poucos trabalhos são encontrados dedicados a esclarecer esse tema. Também, se deseja que fique claro que esta defesa da concepção de Quine não implica que ela seja o

limite da compreensão da sua posição frente à linguagem, ela é uma defesa parcial, na tentativa de possibilitar uma visão mais plausível de seu behaviorismo.

1 A CONCEPÇÃO BEHAVIORISTA DA LINGUAGEM DE QUINE

1.1 Introdução

Ao iniciar uma análise mais detalhada da concepção behaviorista da linguagem de Quine deve-se ter certo cuidado, visto que a sua obra é bastante complexa e muitas interpretações são feitas acerca dela⁵. Porém, vale salientar que dentre essas interpretações nenhum exame mais detalhado, nem pelo próprio Quine, é elaborado para tentar definir o que é esse “behaviorismo”, salvo a interpretação de Roger Gibson. Este autor apresenta uma leitura do sistema filosófico de Quine centrado no behaviorismo, no entanto parece não deixar totalmente claro no que ele consiste, dado que ao responder as críticas de Noam Chomsky acaba por não esclarecer muito bem a alegação de abandono do behaviorismo feita por Chomsky. Contudo, essa discussão será vista nos capítulos seguintes. Observado isso é de grande importância tentar demonstrar o que é esse behaviorismo e qual o papel que ele desempenha na filosofia de Quine.

Atualmente, a interpretação de Peter Hylton, em seu último livro *Quine* (2007), tem se destacado ao tentar explicar a filosofia quineana. Neste livro Hylton oferece uma nova orientação do ponto de debate sobre Quine afirmando que o behaviorismo defendido por ele não possui o papel central no seu sistema filosófico, mas sim, que

⁵ Para outras interpretações sobre a posição de Quine ver Roger Gibson (1982), Dagfinn Føllesdal (1990), Donald Davidson (1990), Peter Hylton (2007), entre outros.

o naturalismo é que possui esse papel ⁶. Todavia, para esta dissertação se tomou como base somente a interpretação de Gibson, pois além de ser relevante para o tópico o qual se pretende defender, ela também foi aprovada e considerada por Quine, ainda em vida, como uma interpretação correta acerca de seus pensamentos⁷.

Este capítulo dedica-se a elaborar uma explanação mais clara dessa concepção behaviorista da linguagem de Quine. Para alcançar esse objetivo a concepção quineana é apresentada em dois aspectos: o negativo, que representa as críticas que Quine elabora para sustentar o seu behaviorismo, pois é importante deixar claro quais são os argumentos que ele utiliza para rebater a perspectiva mentalista da linguagem para assim, implantar a sua proposta; e o positivo, que apresenta os elementos e os argumentos a favor do behaviorismo. Entretanto, antes de entrar propriamente no tema é necessário apresentar o caráter sistemático da filosofia de Quine, expondo suas principais características, para então, entender qual o papel que o behaviorismo assume em seu sistema.

Desta forma, na primeira seção é apresentado o sistema filosófico de Quine, suas teses e doutrinas, bem como o papel que a concepção behaviorista desempenha dentro do sistema filosófico quineano. Na seção 1.3 é exposta a parte negativa, isto é, as críticas que Quine elaborada contra a teoria semântica mentalista tradicional. Dentro dessas críticas estão seus argumentos contra a concepção de “entidades mentais” e conceitos intensionais (como significado, sinonímia, analiticidade). De acordo com Quine, o problema do mentalismo está no fato de ele gerar uma noção de linguagem privada, que não garante uma comunicação entre os falantes e nem a possibilidade de estudá-la.

⁶ Hylton destaca o naturalismo como doutrina central em Quine já na introdução de seu livro, mas se ocupa de explicá-lo principalmente no primeiro capítulo – *Overview: Quine's naturalism*. Segundo esse autor o projeto epistemológico e metafísico de Quine é naturalizado. De tal modo, esse projeto se torna criador, isto é, construtivo e articulado, a partir de uma visão naturalista extrema do mundo. Isso difere claramente do que Gibson propõe, pois este autor assume que somente é possível fazer uma leitura epistemológica do projeto de Quine se antes entendermos como se dá a aquisição da linguagem, ou melhor, em como nós adquirimos a nossa teoria do mundo.

⁷ No livro *The Philosophy of W. V. Quine: An Expository Essay*, de Gibson, Quine faz uma breve introdução a este trabalho e afirma: “É um raro prazer ler alguém que entende a minha posição tão completamente, a apresenta tão claramente, a defende tão convincentemente, e a relata tão esplendorosamente para doutrinas anteriores e escolas rivais. Ao ler Gibson eu ganho uma perspectiva sem restrições sobre meu próprio trabalho” (1982, xi).

Na seção 1.4 é apresentada a parte positiva de sua concepção, que enfatiza o papel essencial que o comportamento possui para a aquisição da linguagem e o caráter público desta. Isso quer dizer que o caminho que possibilita a externalização da linguagem e a torna aberta para um estudo intersubjetivo é dado pelo comportamento⁸. Conjuntamente nesta seção são expostos os métodos de aprendizagem da linguagem propostos por Quine, bem como a consequente tese de indeterminação gerada por sua proposta behaviorista.

1.2 O lugar da concepção behaviorista no sistema filosófico quineano

Quine ao iniciar suas pesquisas, que visavam esclarecer o discurso científico, viu-se de frente com um grande problema epistemológico: entender qual a relação entre teoria e evidência; em como é possível construir grandes teorias dado somente a evidência dos sentidos. No entanto, Quine pensava que somente seria possível chegar a respostas objetivas sobre esse problema se antes houvesse um entendimento de como, tendo somente como base elementos sensórios, observacionais, pode-se dominar uma linguagem, a qual é capaz de criar grandes teorias. Quine observando tudo isso parece descrever que antes de trabalhar com a questão epistemológica deve-se primeiro tentar entender a questão linguística envolvida entre a linguagem teórica e a linguagem observacional, pois, entre elas há um abismo⁹.

Uma tentativa de responder a essa questão linguística, isto é, de resolver o hiato entre sentenças observacionais e sentenças teóricas, foi elaborada pelo grande representante do Círculo de Viena Rudolf Carnap, principalmente em sua obra *Der logische Aufbau de Welt* (1928). Carnap tentou dar conta do mundo exterior através de um construto lógico a partir de *sense data*, lógica e teoria dos conjuntos. Seguindo a sua proposta, conhecida como “reducionismo” ou ainda

⁸ O “caminho externalizado” que Quine segue deve ser entendido no sentido de exterioridade, em contraposição a noção de privado, e tem assim, as suas raízes na intersubjetividade que é essencial para a aprendizagem da linguagem tanto quanto para o empreendimento posterior que é a ciência, concebida também como social (WP, 1976, p. 234).

⁹ Cf. QUINE, *From Stimulus to Science*, 1995.

“redução tradutiva”, seria possível traduzir todas as sentenças sobre o mundo em termos da experiência, ou de observação, lógica e teoria dos conjuntos. Ou seja, toda a sentença teórica T pode ser reduzida, ou traduzida, em outra sentença T¹ que tem relação direta com a experiência, lógica ou teoria dos conjuntos demonstrando que todo o discurso, teórico ou observacional, é explicitamente exibido¹⁰.

Quine, entretanto, não estava satisfeito com a “reconstrução racional”¹¹ proposta por Carnap, uma vez que não se cresce aprendendo definições da linguagem fisicalista em termos de uma linguagem anterior de teoria dos conjuntos, lógica e observação. De acordo com Quine não há como traduzir as sentenças da ciência nos termos propostos por Carnap, não há qualquer redução dessa espécie.

Mas, o problema não está nas sentenças observacionais, na linguagem observacional, e sim, nas sentenças teóricas. As sentenças observacionais parecem ter uma relação com a observação e podem ser facilmente associadas com os estímulos sensoriais. Porém, o mesmo não é possível com as sentenças teóricas, nelas permanece um espaço entre linguagem e observação. Agora, o problema epistemológico parece tomar outro rumo, não mantendo só uma relação com a questão linguística, mas Quine parece envolver outra questão que necessita também ser respondida, uma questão psicogenética: como se dá a aquisição da linguagem? Como são aprendidas as sentenças teóricas?

É aqui que o behaviorismo ganha seu espaço, pois é somente através do comportamento, seguindo uma psicologia empírica, que seria possível entender como a linguagem teórica é adquirida. Logo, a concepção behaviorista da linguagem de Quine assume o papel principal na sua filosofia, dado que todas as outras questões a implicam, ou seja, somente com a pressuposição da concepção behaviorista da linguagem é que seria possível responder a todas as outras questões. Portanto, pode-se notar que a linguagem em Quine assume o papel principal em seu sistema filosófico e, é através dela que seria possível responder a muitos dos questionamentos filosóficos. Quine parece sugerir que primeiro é

¹⁰ Cf. QUINE, *Epistemology Naturalized*, 1969. Para um maior esclarecimento sobre o *Aufbau* de Carnap ver o artigo de Sofia Inês Albornoz Stein *O Papel das Vivências no Aufbau* (2004).

¹¹ “Reconstrução racional” é a posição de Carnap que propunha qualquer construção de discurso fisicalista em termos de experiência sensível, lógica e teoria dos conjuntos como satisfatória. O objetivo de Carnap com a reconstrução racional era clarificação de conceitos científicos a partir da experiência (EN, 1969, p. 75).

necessário saber como se dá a aprendizagem da linguagem, para então, a partir daí, ser possível elaborar uma teoria do conhecimento.

Porém, antes de entrar propriamente na exposição da concepção behaviorista da linguagem de Quine é necessário apresentar as suas várias propostas e teses baseadas no seu programa que se interessa em epistemologia, ontologia, metodologia, lógica e semântica. Entretanto, não se preocupará aqui em expor todo o seu programa, mas somente os aspectos que são de interesse para esclarecer a sua concepção behaviorista da linguagem.

Dentre as interpretações sobre Quine, muitos filósofos, críticos e comentadores, entram em consenso ao considerarem Quine como sendo um “filósofo sistemático”, pois não há como compreendê-lo sem observar sua doutrina como um sistema. De acordo com Gibson as teses ou críticas quineanas devem ser analisadas no seu conjunto, interrelacionado-as, pois do contrário, ao compreendê-las isoladamente, pode-se gerar interpretações incorretas (GIBSON, 1988, p. 01).

As teses e doutrinas de Quine que revelam o caráter sistemático de sua filosofia e que se conectam com a concepção behaviorista da linguagem são: (a) rejeição de objetos intensionais – significados, proposições, atributos e relações –; (b) rejeição do conceito de sinonímia; (c) rejeição da distinção analítico-sintético; (d) rejeição do reducionismo epistemológico; (e) tese do holismo ou da revisibilidade (tese Duhem – Quine); (f) tese da subdeterminação da teoria física; (g) relatividade ontológica; (h) tese de indeterminação da tradução; (i) tese da inescrutabilidade da referência; (j) aceitação de uma filosofia pragmática da ciência ¹².

Porém, primeiramente, é necessário caracterizar qual a “estrutura” do trabalho de Quine, isto é, quais os elementos que caracterizam o seu posicionamento filosófico. Chama-se de “estrutura” os famosos “ismos” a que Quine defende: naturalismo, fisicalismo, empirismo, falibilismo e behaviorismo.

O naturalismo de Quine é apresentado quando ele nega a existência de uma “filosofia prima”, opondo-se assim, a epistemologia tradicional fundacionalista, que concebia a filosofia como o fundamento de todos os outros conhecimentos. Segundo Quine, “a filosofia, a sua vez, como esforço para aclarar as coisas, não pode distinguir-se, em pontos essenciais de finalidade e método, da ciência, boa ou má”

¹² Utilizou-se como referência para apresentar o sistema filosófico de Quine, o capítulo I do livro de Roger Gibson, *Enlightened Empiricism* (1988).

(WO, 1960, p. 3). O naturalismo quineano propõe a utilização dos mesmos métodos da ciência natural para o estudo do conhecimento, da mente e do significado, pois seria somente através da metodologia científica que seria possível informar o que existe e como se sabe que existe¹³.

Esse naturalismo é característico, principalmente, no âmbito da linguagem, uma vez que Quine afirma que esta deve seguir uma visão naturalista, enquanto que o significado uma visão comportamental (OR, 1969, p. 28). A partir disso, como Gibson interpreta, Quine reformula a questão de como a teoria do mundo é adquirida na questão de como a *fala teórica* sobre o mundo é adquirida (GIBSON, 1982, p. 2). Essa “fala teórica” é, então, adquirida publicamente, através do comportamento. Logo, isso demonstra que não é somente as teses e doutrinas que estão interligadas com o behaviorismo, mas praticamente toda a filosofia de Quine está baseada de algum modo nele.

O fisicalismo a que Quine defende possui diferentes concepções em diferentes contextos¹⁴. De acordo com Gibson¹⁵, na filosofia da linguagem o fisicalismo demonstra a sua rejeição a semântica mentalista, a partir da negação da existência de entidades mentais como os “significados”; na filosofia da mente, ele revela sua rejeição ao dualismo mente-corpo; na ontologia, ele demonstra sua concepção de que nada acontece no mundo que não possua alguma redistribuição de estados microfísicos¹⁶. Contudo, o fisicalismo quineano tem como consequência

¹³ O naturalismo, baseado em Dewey, propõe aplicar a todas as disciplinas filosóficas a metodologia das ciências naturais, afirmando que na realidade só existem coisas físicas e que o único método legítimo de estudo seria o das ciências naturais (OR, 1969, p. 26). Somente assim, pode-se verificar ou falsificar as hipóteses de maneira intersubjetiva.

¹⁴ Gibson (1982) descreveu que Quine teve um interesse passageiro por uma forma inferior de fenomenalismo, chamado de fenomenalismo brando, em trabalhos como *On What There Is* (1948), *Identity, Ostension, and Hypostasis* (1950) e *Two Dogmas of Empiricism* (1951), nos quais ele caracterizou uma importação de postulações físicas dentro de nosso esquema conceitual como uma matéria de mera conveniência. Entretanto, ao mesmo tempo, ele negou que a fala sobre objetos físicos poderia ser reduzida a fala sobre dados dos sentidos atuais ou possíveis e auxiliares lógico-matemáticos. A partir de 1953, em *On Mental Entities* (1953), *Facts of the Matter* (1977) e *Whither Physical Objects* (1976), Quine se declara como um fisicalista, no sentido de ser aquele que acredita que a realidade pode ser descrita completamente, sobre qualquer condição, em termos de estados físicos declarados. Porém, o fisicalismo no sentido de Quine, não insiste sobre uma ontologia física, melhor, o que ele considera com importância é que corpos são fundamentais a natureza, pois não há diferença no mundo sem uma diferença na postulação ou estados dos corpos (GIBSON, 1982, p. 155).

¹⁵ Cf. GIBSON, *Quine's Behaviorism cum Empiricism*, 2004, p. 182.

¹⁶ Cf. QUINE, *Goodman's Ways of Worldmaking*, 1981, p. 98.

à pressuposição da existência dos estados físicos e a identificação de tudo o que existe, até as palavras, com o que há no mundo, mais precisamente com corpos. Isto é, todos os termos usados na descrição de significados linguísticos devem se referir a entidades observáveis socialmente. Porém, Quine ainda também admite possibilidades dessa linguagem fisicalista – a ideal e mais familiar a todos os falantes – ser associada com grupos ou outros objetos abstratos da matemática, como uma teoria pura dos conjuntos, todavia sem postular nenhuma mente como entidade adicional¹⁷. O objetivo de Quine é criar uma linguagem puramente extensional, que seja capaz de dar conta do desenvolvimento da ciência.

Já seu empirismo, denominado de empirismo do tipo moderno, para diferenciar-se dos antigos empiristas, baseia-se em duas teses: “toda a evidência de que a ciência dispõe é evidência sensorial. A outra, [...] é a de que qualquer processo de inculcar significados de palavras terá que repousar em última análise, numa evidência sensorial” (EN, 1969, p. 75). O empirismo tem como meta, então, fornecer uma consideração de como, dado somente à evidência dos sentidos, é possível construir, mas não deduzir, uma teoria sobre o mundo.

O empirismo desse tipo moderno, ou behaviorismo chamado assim amplamente, resulta do antigo empirismo por uma externalização drástica. O antigo empirista olha para o interior de suas ideias; o novo empirista olha publicamente para a instituição social da linguagem (LP, 1976, p. 58).

O empirismo, então, marca a mudança quineana de ideias para a linguagem, pois a linguagem, diferente da ideia, é evidentemente externa. Além disso, a aprendizagem, não apenas da linguagem, mas de qualquer coisa é externa, ela implica um condicionamento de respostas à estimulação sensorial¹⁸. Unindo o empirismo e o fisicalismo, a posição de Quine sustenta que a existência de objetos externos é incontestável e esses se manifestam como evidência através dos sentidos, isto é, os objetos físicos se revelam a partir das estimulações sobre as terminações nervosas¹⁹.

¹⁷ Cf. QUINE, *Facts of the Matter*, 1979, p. 163.

¹⁸ Cf. QUINE, *Philosophical Progress in Language Theory*, 1970.

¹⁹ Deve-se observar que a sustentação da existência de objetos físicos não implica que eles sejam determinados; desta forma, seu fisicalismo é consoante com a tese de inescrutabilidade da referência, dado que não temos uma referência determinada, mas apenas os estímulos dos corpos físicos sobre as terminações nervosas.

Outra característica encontrada nos trabalhos de Quine é uma postura falibilista devido a sua posição naturalista, pois Quine reconhece que a ciência está sujeita a mudanças, o que implica que nenhuma declaração é imune a revisão. Para Quine (1981apud NASCIMENTO, 2008, p. 111):

Nosso sistema muda sim. Quando ele [cientista] o faz, não dizemos que a verdade mudou com ele; dizemos que nós havíamos erroneamente suposto que algo era verdadeiro e aprendemos depois que não. Falibilismo é a palavra-chave, não relativismo. Falibilismo e naturalismo.

Concebendo-se assim a filosofia de Quine pode-se notar que ele não tem por objetivo buscar justificações e garantias infalíveis, mas sim úteis e adequadas com as evidências empíricas e com o progresso da ciência. Por isso, seguindo o seu naturalismo, é possível caracterizar uma noção de ciência como ferramenta e não com um status de superioridade ou de fundamento. O professor Marcos Bulcão Nascimento (2008, p. 106), em seu artigo *É Possível um realismo pragmatista? Quine e o naturalismo*, caracteriza muito bem essa relação, quando escreve:

O que o naturalismo faz, assim, é compreender a ciência como um empreendimento humano, falível por certo, mas que, por não haver uma filosofia primeira ou tribunal superior, deve ela resolver seus próprios problemas, suas próprias questões, com os recursos que lhe são disponíveis. Faltando um árbitro superior, a ciência decide sobre seus problemas e respostas, sobre seus métodos para resolvê-los bem como sobre a confiabilidade relativa deles.

Quanto ao seu último “ismo”, o behaviorismo, ele não será exposto aqui detalhadamente, pois será esclarecido no decorrer da dissertação, e principalmente na seguinte seção. O que deve ser dito de antemão, entretanto, é que o behaviorismo de Quine marca a externalização da linguagem, e propõe o significado como uma propriedade do comportamento. Pode-se observar que a ele se unem harmonicamente todos os outros “ismos”.

Sendo assim, vale reforçar que todos esses pressupostos comprometidos por Quine - naturalismo, fisicalismo, empirismo, falibilismo e behaviorismo - é que sustentam o seu sistema filosófico. São eles que fazem com que todas as teses e doutrinas de seu sistema sejam coerentes umas com as outras, além de proporcionarem uma estrutura para as suas considerações científicas com respeito à relação entre evidência e teoria.

Após essa breve introdução das linhas filosóficas de Quine, que devem ser compreendidas para possibilitar um melhor entendimento do que ele propõe em seus trabalhos e, conseqüentemente, para antecipar características que demonstram o papel central que o behaviorismo adquire, passa-se a apresentar resumidamente as suas principais teses e doutrinas:

(a) Rejeição de objetos intensionais: a defesa de uma concepção behaviorista da linguagem possui como efeito a recusa de qualquer elemento intensional, isso se deve ao fato de que nenhum conteúdo é determinado por fatos internos ao corpo, isto é, independentes de estados físicos. Desta forma termos como significados, proposições, atributos e relações não possuem critérios de identificação comportamental para fazerem parte do vocabulário. Assim, como Quine afirma, os elementos intensionais possuem “não mais, apesar de tudo, do que uma caracterização imperfeita em termos de disposições ao comportamento verbal” (WO, 1960, p. 270), isto é, não é possível dar a eles uma definição comportamental adequada, logo, eles não são úteis na busca de uma descrição de como a linguagem funciona²⁰.

O mesmo acontece com os itens (b) rejeição do conceito de sinonímia e (c) rejeição da distinção analítico/sintético apontados anteriormente. Porém, dedicar-se-á a esclarecer melhor essas rejeições na seguinte seção, na qual é apresentada detalhadamente a crítica que Quine faz ao mentalismo, bem como a crítica feita ao conceito de sinonímia e a distinção analítico/sintético, expostas como a parte negativa de seu behaviorismo. Fica destacado apenas que essas rejeições estão ligadas diretamente com todos os fundamentos de seu sistema, não podendo assim, serem interpretadas isoladamente, pois as suas críticas incorporam-se na figura de seu sistema filosófico e prescrevem seu behaviorismo.

(d) Rejeição do reducionismo epistemológico: a proposta apresentada pela tradição epistemológica, segundo a qual, o papel da Filosofia é o de dar certeza aos outros saberes e encontrar bases infalíveis para a construção do conhecimento possui sérios problemas de acordo com Quine, por isso ele a rejeita.

²⁰ Em seu artigo *Mind and Verbal Dispositions*, Quine (1975) declara que a explicação mental, entre a comportamental e a neurofisiológica, é a mais superficial de todas, e raramente merece o nome de explicação, pois o que é compartilhado entre os falantes não são as “ideias”, mas os estímulos e as palavras.

É no seu artigo *Epistemology Naturalized*, de 1969, que Quine apresenta a sua crítica ao reducionismo e propõe uma naturalização da epistemologia. Segundo Quine, a visão que a tradição possuía de que seria possível reduzir todas as declarações significativas em declarações sobre experiência imediata isoladamente deve ser abandonada, pois o que eles propunham estava envolto de problemas, entre eles: a circularidade e a não existência de crenças infalíveis (falibilismo). Por isso, a proposta de Quine de naturalizar a epistemologia visava o conhecimento a partir das ciências naturais, não com o objetivo de encontrar um fundamento último (axioma), mas com o de sugerir que todo o conhecimento pode ser concebido como uma rede, na qual as crenças formam um sistema interconectado de sentenças desenvolvidas durante o impacto da experiência sobre as terminações nervosas e com a possibilidade de ainda ser revisado.

Toda a preocupação de Quine, com relação ao conhecimento, parece estar centrada em descobrir como a ciência é de fato desenvolvida e aprendida, pois segundo ele, a epistemologia deve ser vista como uma parte interior do quadro psicológico, contido dentro de uma ciência natural²¹. Logo, a epistemologia é aquela que estuda os fenômenos naturais relacionados ao sujeito humano físico, por isso o objetivo é entender como a evidência (o mundo) se relaciona com a teoria. Quine defende que a única fonte para se obter conhecimento é o mundo externo, mas este somente pode ser conhecido e explicado através do comportamento gerado pelos objetos externos, que afetam os dados sensórios. É possível notar que a rejeição do reducionismo epistemológico está diretamente ligada não só com a tese holista de Quine, mas também com a sua concepção behaviorista da linguagem, uma vez que há uma prioridade do comportamento público e do todo, perante as partes e, ainda, sujeito a revisão.

²¹ Cf. Quine, *Epistemology Naturalized* (1969); Cap. I em *The Roots of Reference* (1974). “A epistemologia, ou algo que a ela se assemelhe, encontra seu lugar simplesmente como um capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural. Ela estuda um fenômeno natural, a saber, um sujeito humano físico. Concebe-se que esse sujeito humano recebe uma certa entrada experimentalmente controlada (*input*) – certos padrões de irradiação em variadas frequências, por exemplo, - e no devido tempo o sujeito fornece como saída uma descrição do mundo externo tridimensional (*output*) e sua história” (EN, 1969, p. 82). Assim, o próprio cientista epistemólogo prossegue e produz uma aplicação que tem a ver com a aprendizagem da linguagem e com a neurologia da percepção. A isso se liga a evolução e a seleção natural (FME, 1981, p. 72). Para Quine o epistemólogo se transforma em um psicólogo empírico.

(e) Tese do holismo ou revisibilidade (tese Duhem-Quine)²²: segundo essa tese nenhuma sentença teórica isolada tem consequências próprias, somente um conjunto de sentenças é que pode ser relacionado com as evidências sensíveis. O holismo também sustenta que o valor de verdade de qualquer sentença ou declaração pode ser revisado, isto é, nenhuma sentença é imune quanto a sua revisão, sendo ela sempre passível a ter falhas. Isso significa que o holismo defendido por Quine tem como objetivo eliminar o caráter atomista/reducionista de uma teoria, pois uma sentença só terá implicação de experiência se tomada em um agrupamento de sentenças, não isoladamente²³. Isto quer dizer que as sentenças individuais de uma teoria, exceto as sentenças observacionais, somente possuem alcance observacional de confirmação e não-confirmação se associadas a outras sentenças e assim a sentenças observacionais. Ou seja, o holismo propõe que uma sentença teórica não possui uma experiência que possa ser dita propriamente dela, pois não há como determinar isso, o que pode ser testado é um agrupamento de sentenças teóricas (teoria), esse sim possui uma implicação experiencial.

Seguindo, ainda, a proposta holista é sempre possível aderir uma nova sentença para a teoria em vistas de observações adversas, nesse sentido é possível revisar os valores de verdade de outras sentenças na teoria, mantendo a evidência sensível. Disso se segue que não é necessário refutar hipóteses, mas sim testá-las e revisá-las, pois existem vários caminhos para salvar as hipóteses. Deste modo, segundo Quine, “as declarações científicas não são separadamente vulneráveis a observações adversas, somente se elas estão unidas com uma teoria de modo que elas implicam suas consequências observáveis” (EES, 1975, p. 313), a saber, no caso de uma única sentença isolada nenhum limite é evidente. O próprio holismo também pode ser considerado como um argumento contra a distinção analítico/sintético e ainda contra a analiticidade, pois de acordo com ele não há termos que possam ser definidos nem traduzidos em termos de experiência

²² Cf. Quine, *Two Dogmas of Empiricism* (1953), *The Web of Belief* (1978), *Cognitive Meaning* (1979), *Two Dogmas in Retrospect* (1991).

²³ É importante chamar a atenção de que a tese holista de Quine pode ser apresentada como possuindo dois aspectos: um epistêmico e um semântico. Dentro do primeiro, a verificação das sentenças científicas somente é possível se tomadas como um conjunto com relação às evidências sensíveis, com o objetivo de refutar ou não a teoria perante as observações físicas. Já o holismo semântico afirma que a unidade mínima de significação é o agrupamento de sentenças teóricas e não uma sentença isolada.

imediatamente, nem termos analíticos nem *a priori* que possam ser isolados de maneira absoluta.

(f) Tese de subdeterminação da teoria física: esta tese declara que as teorias científicas, isto é, as teorias físicas sobre o mundo, são subdeterminadas pela experiência. Isso possibilita a existência de teorias logicamente incompatíveis umas com as outras, ainda que sejam empiricamente equivalentes, isto é, as teorias físicas podem estar em desacordo uma com a outra e ainda serem compatíveis com todos os dados empíricos. O que Quine parece querer destacar é que qualquer teoria é dita ser subdeterminada pela experiência que a suporta, e isso faz com que uma teoria possa entrar em conflito com outra a partir de observações passadas ou futuras²⁴. Além disso, sempre será possível a uma teoria aceitar ou rejeitar um material empírico (disposição e estímulo) para adequá-la a experiência.

(g) Relatividade ontológica: segundo Quine não faz nenhum sentido dizer o que os objetos de uma teoria são além de dizer como interpretar ou reinterpretar uma teoria em outra, pois não há como dizer absolutamente o que os objetos de uma teoria são. A defesa de uma relatividade ontológica se baseia na tese de que a referência é inescrutável (i), “a referência se mostra sem sentido, exceto relativo a um sistema coordenado” (OR, 1969, p. 48). Ou seja, o que Quine defende é que nenhum enunciado existencial será verdadeiro ou falso se não relativo à teoria a que pertence. Não há, ainda, nenhuma garantia de determinação do objeto além do que pode ser dado através das estimulações sensoriais. Portanto, não há nenhum fato material que possa determinar quais objetos a teoria refere-se. Consequentemente, ao defender uma relatividade ontológica Quine afirma existir uma indeterminação da linguagem, tanto com referência ao objeto quanto ao seu significado. Isso se deve a sua proposta behaviorista, segundo a qual a aprendizagem da linguagem se dá através da observação do comportamento de outras pessoas e, este comportamento, não é suficiente para determinar a referência nem o significado exato dos termos quando aprendidos. Desta forma, Quine apresenta como consequência de seu behaviorismo e de sua relatividade ontológica a sua tese de indeterminação da tradução.

²⁴ Cf. QUINE, *On the Reasons for Indeterminacy of Translation*, 1970.

(h) Tese de indeterminação da tradução: esta tese afirma que “manuais de tradução de uma linguagem a outra podem possuir caminhos divergentes, todos compatíveis com a totalidade das disposições de fala, e ainda serem incompatíveis um com o outro” (WO, 1960, p. 27). De acordo com essa tese não há sentido algum em defender uma única tradução correta, pois ambas as traduções podem ser consistentes e igualmente justificáveis empiricamente, não sendo possível responder qual delas é a correta. Na tradução radical o ponto de partida é a comparação de sentenças observacionais de duas linguagens por uma comparação indutiva de *stimulus meaning*. Ou seja, essa tese surge como consequência da impossibilidade de se igualar sentenças observacionais de linguagens diferentes por uma igualação de *stimulus meaning*. É possível notar, que a tese de subdeterminação da experiência também leva a uma ideia de indeterminação da tradução, pois se a teoria física pode variar, ainda que todas as observações possíveis sejam fixadas, a tradução das sentenças observacionais não fixa mais a tradução da teoria física do que as próprias observações possíveis fixam na própria teoria física²⁵. Assim, a indeterminação da tradução não é apenas uma instância do caráter empiricamente subdeterminado da física, mas é adicional (RIT, 1970, p. 180). Além do mais, seguindo a tese de indeterminação de Quine, duas outras teses se apresentam como consequência: a indeterminação do significado e a inescrutabilidade da referência. Dedicar-se-á a explaná-las detalhadamente no decorrer do capítulo quando for abordada a aquisição da linguagem.

(j) Aceitação de uma filosofia pragmática da ciência: Quine ao considerar as teorias científicas como rede de sentenças subdeterminadas à experiência e ainda propondo que as sentenças podem ser aceitas ou rejeitadas como o resultado de uma decisão, realça o caráter pragmático da ciência, pois como ele afirma, “continuo a pensar do esquema conceitual da ciência como uma ferramenta, enfim, para prever a experiência futura à luz de experiência passada” (TDE, 1961, p. 44). Quine estabelece o papel instrumentalista da filosofia no campo da ciência, com o objetivo de acomodar um pragmatismo em sua filosofia. Entretanto ele não escreve muito sobre esse tópico, mas é possível elencar seis virtudes de hipóteses plausíveis que seguem um pragmatismo e que encontram-se nos seus trabalhos:

²⁵ Cf. QUINE, *On the Reasons for Indeterminacy of Translation*, 1970.

conservação, moderação, simplicidade, generalidade, refutabilidade e precisão (GIBSON, 1988, p. 17)²⁶.

A filosofia, para Quine, está intimamente ligada com a ciência natural (naturalismo), por isso não há nenhuma primeira filosofia. E desta maneira, todo o desenvolvimento de sua filosofia não é uma mera coleção de teses e doutrinas sem conexão alguma, mas elas são postas sistematicamente em sua doutrina filosófica e devem ser consideradas holisticamente. Contudo, Quine tem como eixo central de seu sistema filosófico a sua concepção behaviorista da linguagem.

Todos os esforços de Quine foram para enfatizar a natureza social da linguagem, afirmando que cada pessoa a aprende a partir do comportamento observável de outra pessoa utilizando as palavras de acordo com circunstâncias intersubjetivas (WO, 1960, § 8). A naturalização da semântica seria o único meio de tornar possível o estudo da linguagem e de encontrar um saber legítimo. Para Quine parece não se tratar apenas de compreender o discurso do outro, mas como estes discursos falam sobre o mundo. Desta forma, nenhuma linguagem ou conhecimento é construído isoladamente, mas sim através do comportamento público entre os falantes e o mundo físico, seguindo uma metodologia naturalista.

Quine ao construir sua concepção behaviorista da linguagem parte do reconhecimento de três níveis diferentes de explicação do comportamento humano: o mental, o comportamental e o fisiológico (MVD, 1975, p. 87)²⁷. De acordo com Quine, o nível mental é o mais superficial de todos e raramente merece o nome de explicação. O fisiológico é o mais dificultoso de entender e o mais ambicioso, dentro do qual se encontra a explicação causal²⁸. Porém, o nível comportamental é o mais útil, sendo um progresso sobre o mental. E tendo isso em vista, é o nível

²⁶ Cf. QUINE, *The Web of Belief*, 1978.

²⁷ Gibson em seu artigo *Are there really two Quines?* (1980), reconhece esses três níveis de explicação do comportamento apontados por Quine denominando-os de mentalista, behaviorista e neurofisiológico, e sustenta que para Quine o behaviorismo é como a “metade do caminho metodológico” situado entre o obscurantismo do mentalismo e a promissora neurofisiologia. A posição de Gibson é exposta na seção 2.3 do próximo capítulo, onde apresenta-se a defesa que ele faz da concepção behaviorista da linguagem de Quine e que retoma essa distinção.

²⁸ O problema da explicação causal é que não há nenhum caminho evidente para distinguir entre a causalidade e a mera sucessão invariável, isso, pois, é possível tomar qualquer duas classes de eventos, em que cada um é seguido por um evento em outro, e não ter como dizer que o evento em uma classe causa aquele outro evento em outra. Logo, pode-se cair na falácia de *post hoc ergo propter hoc*, segundo a qual qualquer evento A pode ser dito ter causado outro evento B (QUINE, RR, 1974, p. 05).

comportamental que deve ser estabelecido para as descrições da linguagem e para as explicações de termos semânticos, já que elas necessitam ser explicadas em termos de disposições ao comportamento público, o que garante uma intersubjetividade. Isso, pois, o primeiro nível é independente da investigação e evidência empírica, o que impossibilita qualquer compreensão acerca dele, já que se está disposto em um mundo físico no qual a única evidência que se possui é a evidência empírica; enquanto que o nível fisiológico possui um papel limitado para dar conta das descrições da linguagem.

Todavia, antes de entrar propriamente nas características positivas da concepção behaviorista da linguagem, é necessário, como foi apresentado na introdução deste capítulo, expor a parte negativa da proposta de Quine, ou seja, a crítica que ele faz a concepção mentalista da linguagem e a sua rejeição dos conceitos de significado e de analiticidade. Pois é a partir destas críticas que Quine fundamenta seus argumentos defendendo uma natureza pública da linguagem.

1.3 A parte negativa: crítica a semântica mentalista

Na divisão dos três níveis de explicação do comportamento humano elaborado por Quine (1975) o mentalista é o que merece menos seriedade, isso, pois, o mentalismo prioriza a concepção de mente e tenta explicar e analisar o fenômeno físico da fala apelando a atividades e entidades mentais. Ou seja, recorre à noção de pensamento, ideia, significado, etc. Essa perspectiva, concebida também como internalista, encontrou um suporte intuitivo que estabelece uma ênfase para o ponto de vista da primeira pessoa²⁹.

²⁹ No debate filosófico contemporâneo sobre a filosofia da linguagem se formaram duas posições correntes: a semântica internalista e a semântica externalista. A primeira induz a uma concepção da linguagem como mentalista, propondo que essa é privada e que as palavras e as sentenças possuem seus significados determinados na mente do falante em que a única maneira de estudá-los seria através da introspecção; esta corrente defende as chamadas “idéias inatas” as quais não possuem relação nenhuma com o mundo físico, este não as refuta nem as confirma. A segunda posição, no entanto, defende que a linguagem deve ser fundada em evidências sensoriais, ou seja, ela não deve ser concebida como um conjunto de rótulos fixados sobre as coisas, mas os significados são equivalentes às coisas no mundo, assim, defendem que a gênese de qualquer conhecimento está nas observações, nas evidências sensoriais a partir do mundo externo.

Entretanto, é necessário deixar claro que na história da filosofia da linguagem são encontradas duas diferentes concepções de mentalismo. Uma defende que a correlação das palavras com os significados se dá na mente, isto é, o processo de identificação da linguagem é um ato mental, no entanto os significados não são entidades da mente, mas encontram-se em outro “mundo”, não mental nem físico; a outra concepção de mentalismo, muito mais radical, é aquela que identifica significados com entidades mentais, isto é, com estados psicológicos. Dentro da primeira concepção encontra-se Gottlob Frege (1978) como seu grande representante, para ele, significados não são representações mentais de uma consciência individual, mas situam-se em um “terceiro reino”, fora da consciência e dotados de realidade objetiva, somente é possível ter acesso aos significados quando estes estiverem relacionados a outros componentes semânticos, formando assim um pensamento completo³⁰. Já, a segunda concepção defende que os significados estão determinados dentro da cabeça de um falante; tem-se como um de seus representantes o empirista John Locke que identifica os “significados” com entidades mentais; embora as ideias, segundo esse autor, são constituídas a partir das sensações elas têm existência psíquica³¹. As críticas de Quine se fazem contra as duas versões do mentalismo, ele afirma que assegurar o significado como objeto mental já é uma objeção suficiente contra o mentalismo, a objeção maior, entretanto, se faz ao concebê-lo como “ideia platônica”, ou como objeto concreto denotado (OR, 1969, p. 27). O problema dos mentalistas é postular o mental como a explicação do significado e garantindo assim, a sua determinação. Porém, Quine discorda completamente, pois para ele o significado linguístico é uma função de comportamento observável em circunstâncias observáveis, em que o significado é determinado pelo comportamento linguístico e não algo que já está na mente, disso se segue que não há diferença semântica sem uma diferença comportamental (WO, 1969, p. 26).

³⁰ Cf. FREGE, *Lógica e Filosofia da Linguagem*, 1978.

³¹ Cf. LOCKE, *Ensaio acerca do Entendimento Humano*, 1991.

Em *From Stimulus To Science* (1995) Quine descreve que Locke aceita o mundo material como real, mas “conhecer” somente por suposição de ideias, são as impressões dos sentidos, causadas pelo mundo material, que fixam ideias simples.

Além do mais, a concepção da linguagem como mentalista, defende que seu conteúdo é determinado por fatos internos ao corpo, semelhante a uma “linguagem de pensamento”, isto é, a um quadro ou uma representação no cérebro. O conteúdo dos pensamentos prescindiria de uma avaliação no mundo exterior, ou do questionamento de outros, e seria alcançado apenas pelo ato de introspecção³². De acordo com a semântica mentalista o conceito de significado é concebido como um tipo de entidade especial que está determinada de algum modo na mente para além do que está implícito nas disposições comportamentais, identificando assim o conceito de significado com uma “ideia”. Por exemplo, o significado de ‘vermelho’ é a ideia de vermelho. Essa visão propõe que o papel da linguagem é o de dar expressão as “ideias” que são anteriores e logicamente independentes em relação à linguagem.

Para Quine o que os mentalistas defendem é uma semântica não crítica, que pode ser caracterizada através do “Mito de Museu”. Este mito supõe que a mente humana, é tal como um museu, que possui internamente peças, os significados, associados aos seus rótulos, as palavras³³. Segundo esse mito a linguagem é como algo privado, isto é, as palavras e as sentenças possuem seus significados determinados na mente do falante que as usa, em um “museu mental” inacessível ao outro. Nesse “museu mental” as coisas expostas são os significados e as palavras são as etiquetas (OR, 1969, p. 28). Afirmar que duas palavras têm o mesmo significado é o mesmo que dizer que elas são etiquetas de um mesmo quadro. Assim, aprender o significado de uma expressão consiste em aprender sobre suas palavras relacionadas às ideias, e não sobre o que há no mundo.

Quine enfatiza que essa posição é inaceitável, pois conceber a semântica e conseqüentemente o conceito de significado como algo determinado de algum modo na “cabeça” de um falante gera uma noção de linguagem privada. Isto é, a linguagem, assim como o conceito de significado, torna-se impossível de ser compartilhado entre os falantes, pois um falante não tem acesso ao museu mental

³² Introspecção - método de observação e estudo, por uma dada pessoa, de seus próprios processos mentais. Faz-se aqui uma alusão aqui a Jerry Fodor (1983), representante contemporâneo do mentalismo, que configura a mente dessa maneira em seu livro *The Modularity of Mind* (1983).

³³ Quine menciona, em *Ontological Relativity* (1969), p.27, o jovem Wittgenstein como representante desta tradição à qual se opõe.

do outro, uma vez que este museu é privado e está além do que é implícito nas disposições do comportamento público (OR, 1969, p. 27).

Todas as hipóteses propostas por esta semântica ingênua tendem a não ser cientificamente respeitáveis, pois são inteiramente subjetivas e internas. Para se ter acesso aos significados o único meio seria através do estudo da mente, o que parece ser uma objeção suficiente para negar o mentalismo, uma vez que é impossível estudar a mente de alguém. Isso, pois, não há qualquer possibilidade de se abrir a “cabeça” de alguém e estudar o que há dentro dela. Para Quine “a melhor maneira de identificar os próprios dados sensíveis consiste em reflexionarmos em objetos externos” (WO, 1960, p. 01).

Além do mais, essa concepção também parece induzir a uma dificuldade em dar conta da linguagem, pois dá a entender que é um “quadro mental individual” que determina a linguagem. Outra dificuldade que ela parece induzir é a um ceticismo do mundo exterior, visto que se tem uma priorização da mente ante a experiência, prevalecendo assim, o que está determinado dentro da mente de um indivíduo e não o que está no mundo exterior, possibilitando ainda uma relativização da verdade. Por exemplo, a concepção de mundo de uma pessoa é verdadeira para ela, enquanto que pode conceber a de outra pessoa como falsa, dado que não é possível acessar o seu “mundo mental” e sim, somente o museu mental próprio. Além disso, a própria concepção sobre a existência de outras mentes acaba tornando-se um problema, recaindo no antigo problema do “solipsismo”³⁴.

Devido a isso, Quine afirma que a aprendizagem da linguagem seguindo os métodos estipulados pelos mentalistas não garante, como eles pensavam, uma determinação da linguagem³⁵. Quine não aceita a introspecção como um método legítimo para adquirir a linguagem, pois este é privado e não há como verificar algo do mundo exterior. Isso porque não há garantia alguma de que a palavra e a ideia associadas é a mesma para dois falantes. Por exemplo, quando se está adquirindo a

³⁴ Solipsismo é definido por Quine (1976, p. 250), em *Posits and Reality*, como uma doutrina filosófica segundo a qual a única realidade no mundo é o “eu”, não há mais ninguém no mundo, nem há na verdade qualquer mundo que não o do quadro vivo dos próprios dados sensoriais de alguém.

³⁵ Os mentalistas não se viam ameaçados por nenhuma indeterminação, pois para eles todo o termo e toda a sentença é um rótulo ligado a uma ideia, simples ou complexa, que está estocada na mente. Porém, como propõe Quine, seguindo uma teoria verificacionista do significado, a indeterminação aparece como inevitável, pois não há possibilidade de verificação do significado seguindo a perspectiva mentalista (EN, 1969, p. 80). O significado proposto por Quine para que seja possível a tradução e a aprendizagem da linguagem é necessariamente o significado empírico.

linguagem, não seria legítimo dizer, adotando a proposta mentalista, que uma criança e seu pai possuem a mesma ideia com relação à palavra “bola”. Isto é, não há como saber que a criança associa a mesma ideia que o adulto com referência à mesma palavra, pois não é possível abrir a cabeça de ambos e ver se eles possuem a mesma “ideia”. Logo, as ideias podem variar para os participantes de uma “conversa”, por isso não há garantia de uma identidade entre elas. Quine diz que “Ainda assim, se o mito de museu fosse verdadeiro, e existisse certo e errado, nesse assunto; ocorre apenas que nunca saberíamos, por não termos acesso ao museu” (OR, 1969, p. 29). O mal da ideia - ideia de ideia - é que seu uso engendra uma ilusão de ter explicado algo, de modo a criar uma ideia de estabilidade, ou liberdade, que motivaria progressos anteriores, porém não é isso o que se vê.

É em meio a esse cenário que Quine propõe sua posição behaviorista da linguagem e antirrealista do conceito de significado. De acordo com Quine a explicação do conceito de significado dada pela concepção mentalista é apenas ilusória, pois os significados não “estão na cabeça” e não podem ser determinados nem explicados adequadamente seguindo o mentalismo. Esta resposta é encontrada em vários de seus escritos, inclusive através de diferentes argumentos, por exemplo, em *Word and Object* (1960), Quine afirma que o significado não pode ser confundido com o objeto, e se for admitido que haja tal coisa como “significado”, se é que ele existe, este deve ser substituído pela noção de *stimulus meaning*; em seu artigo *Two Dogmas of Empiricism* (1953) Quine recorre ao argumento de circularidade da noção de analiticidade para rejeitar o conceito de significado; mais tarde em *Epistemology Naturalized* (1969) Quine afirma que o conceito de significado deve ser abandonado, pois este não possui uma explicação adequada a partir de disposições comportamentais não podendo ser reconhecido como um significado empírico; em *Ontological Relativity* (1969) ele afirma que somente é possível reconhecer e referir-se a um mundo repleto de objetos físicos, do qual a noção de significado não faz parte.

O objeto de estudo da próxima subseção será expor a crítica que Quine faz ao conceito de significado encontradas em seus artigos *Two Dogmas of Empiricism* e *Epistemology Naturalized* e no segundo capítulo de *Word and Object*. Nesses trabalhos Quine enfatiza que as noções semânticas de analiticidade, sinonímia e significado somente teriam um caráter científico aceitável se fossem concebidas a

partir do comportamento, logo, a explicação dada pelos mentalistas dessas noções não é clara e deve ser rejeitada. Estas críticas aparecem, muitas vezes, implícitas em suas argumentações como será mostrado a seguir.

1.3.1 O problema da explicação do conceito mentalista de significado

O que mais motivou Quine a propor sua concepção behaviorista foram as suas críticas direcionadas contra a semântica mentalista e contra as teorias referenciais de significado. Segundo a interpretação de Gibson o significado de uma expressão para Quine não é o objeto a qual a expressão se refere, seja ele uma ideia, uma proposição, um corpo físico, ou uma forma Platônica, mas, somente pode-se caracterizar o significado de uma expressão por descrições comportamentais³⁶.

Será, então, que seria possível construir uma teoria semântica ignorando uma noção de significado como mental? Quine responde a essa pergunta positivamente. De acordo com ele o conceito de significado, concebido pelos mentalistas, não possui uma explicação satisfatória; se essa semântica for reformulada a partir de termos comportamentais é possível falar em semântica científica a partir de uma visão behaviorista. Em tal caso, seria possível explicar o conceito de significado a partir de descrições comportamentais? Segundo Quine não; por isso ele propõe, em trabalhos posteriores como *Word and Object*, que o conceito de significado concebido mentalmente deve ser abandonado e substituído pelo termo *stimulus meaning*, o qual permitiria uma descrição comportamental³⁷.

Devido a isso, pretende-se, nesta subseção, apresentar a posição de Quine frente a “não-explicabilidade” do conceito de significado concebido tradicionalmente

³⁶ Cf. GIBSON, *The Philosophy of W. V. Quine*, 1982, p. 31.

³⁷ Pode-se dizer que a crítica de Quine aos termos intensionais, principalmente ao conceito de significado, ganhou expressão com o seu artigo *Two Dogmas of Empiricism* (1953), e depois disso é que Quine reformula a semântica a partir do behaviorismo, criando termos substitutos para os termos mentalistas com o objetivo de poderem, assim, serem aplicados na linguagem, em sua nova “semântica behaviorista”. Isso pode ser visto mais especificamente em seu livro *Word and Object* (1960), no qual ele descreve todos os passos que a linguagem deve seguir para dar conta da relação teoria e mundo, sem recair nos problemas enfrentados pelos mentalistas. Todavia, essa ideia ficará mais clara no decorrer do capítulo.

pelos mentalistas. Para isso, expõe-se primeiramente o que ele compreende por “explicação” para então apresentar seus argumentos contra a explicabilidade do conceito de significado.

Quine ao defender que a semântica mentalista é ingênua e que o conceito de significado defendido por ela deve ser abandonado, parece defender que esse conceito não possui uma explicação adequada. Mas, o que é uma explicação adequada? Essa resposta recai sobre a concepção de Quine acerca da “explicação conceitual”³⁸. Porém, antes de qualquer desenvolvimento acerca do que Quine concebe por “explicação conceitual” é necessário apresentar a visão que Carnap possui acerca do termo explicação, isso porque, Quine parece retomar a sua concepção e adotá-la como sua base³⁹.

Em seu livro *Meaning and Necessity* Carnap (1947, p. 8, §2) afirma:

A tarefa de *explication* consiste em transformar um dado conceito mais ou menos inexato em um exato, ou, antes, em substituir o primeiro pelo segundo. Nós chamamos o conceito dado (ou o termo usado para ele) o *explicandum*, e o conceito exato proposto para tomar o lugar do primeiro (ou o termo proposto para ele) o *explicatum*. O *explicandum* pode pertencer à linguagem do cotidiano ou a um estágio prévio no desenvolvimento da linguagem científica. O *explicatum* precisa ser dado por regras explícitas para o seu uso, por exemplo, por uma definição que o incorpora em um sistema bem construído de conceitos científicos ou lógico-matemáticos ou empíricos⁴⁰.

“Explicar” é, então, tornar o conceito anterior, que é obscuro, mais claro. Este método adota a seguinte forma: o conceito anterior é chamado de *explicandum*,

³⁸ Deve ficar claro que esse termo não aparece em seu artigo *Two Dogmas of Empiricism* somente em trabalhos posteriores ele traz essa expressão.

³⁹ Quine, em *On Carnap's Views on Ontology* (1976), expõe que ninguém tem mais influenciado seu pensamento filosófico do que Carnap; entretanto, há certos descompassos e divergências entre suas teorias, principalmente com respeito às questões de ontologia e analiticidade. Com respeito ao método de explicação também encontramos discrepâncias entre os dois, pois Carnap parece compreender a explicação como um tipo de definição em que se postulam significados, e diferentemente dele Quine pensa ser isso impossível e não estabelece um idioma como um idioma técnico da teoria científica.

⁴⁰ Para Carnap o termo “explicação”, embora só apareça em seus escritos a partir de 1945, é central para a análise filosófica e mais, é necessário entendê-lo para compreender a metodologia filosófica. Michael Beaney em *Carnap's Conception of Explication: From Frege to Husserl?* (2001) analisa as influências de Carnap ao propor a “explicação”, e reconhece que ela se assemelha muito ao que Frege propunha com a “análise” não só porque Carnap também usava a lógica em seu programa de reconstrução filosófica, mas também porque ao considerar a análise da forma ‘A é C’, ela é correta se A e C coincidem extensionalmente (mesmo *Bedeutung*) e informativa se C tem um sentido mais articulado do que A; além disso, ambos também reconheciam que análise e explicação requeriam identidade de sentido e não apenas de *Bedeutung*.

enquanto que o novo conceito é dito um *explicatum* do antigo conceito. No entanto, *explicandum* e *explicatum* não necessitam ter o mesmo significado, porém o *explicatum* tem de corresponder ao *explicandum* extensionalmente para possibilitar uma substituição e poder ser usado em seu lugar. Deve-se ressaltar que o procedimento de explicação para Carnap é muito mais amplo do que um simples procedimento de análise e clarificação⁴¹. O exemplo que Carnap (1950, p. 07) utiliza é o de um biólogo explicando o conceito pré-científico de ‘fish’ (todo animal que vive na água), substituindo ele pelo conceito biologicamente definido, que Carnap sugere como ‘*pisces*’ para evitar confusão; em que a maioria do que é chamado de ‘fishes’ se enquadra em ‘*pisces*’ exceto ‘*whales*’ (baleias)⁴². Entre ambos existe bastante similaridade, ainda que existam importantes divergências.

Segundo Carnap para uma explicação ser adequada à linguagem científica é necessário a ela um ajuste, dado por critérios, entre *explicandum* e *explicatum*. Esses critérios são chamados por ele de “critérios de adequação para a explicação” (CARNAP, 1950, § 3), isto é, são quatro exigências feitas para que uma explicação seja adequada, são elas:

- a) similaridade, *explicandum* e *explicatum* devem possuir similaridade em extensão, para que possam ser substituídos *salva veritate*;
- b) precisão, o *explicatum* é dado em uma forma exata, assim como introduz o *explicandum* dentro de um sistema bem conectado de conceitos científicos;
- c) produtividade, ou seja, o *explicatum* é um conceito mais útil para a formulação de várias declarações universais quanto possíveis;
- d) simplicidade, isto é, a explicação deve ser a mais simples quanto possível.

Deste modo, uma explicação adequada deve seguir esses critérios para se enquadrar dentro da teoria científica, e mais, ela deve ser útil e não simplesmente verdadeira, possibilitando, assim, uma predição dos fatos. Entretanto, a “explicação” para Carnap parece exigir uma “definição”, isto é, que haja uma permanência do significado e não somente de extensão.

⁴¹ A explicação, então, procura uma nova definição de um antigo conceito. O conceito antigo é mais ou menos desenvolvido irrefletidamente e espontaneamente, enquanto que a sua nova definição é superior à antiga em clareza e exatidão.

⁴² Apresenta-se o exemplo de Carnap em inglês, pois em português não há a mesma diferença (CARNAP, 1950, p. 07).

Já para Quine a noção de “explicação” aparece especificamente em seu livro *Word and Object* (1960), no qual ele propõe que uma análise filosófica deve estar baseada em substituir uma expressão ou conceito defectivo⁴³, por outro que mantenha a mesma função. Ou seja, Quine não aspira uma igualdade de significado, sinonímia, em uma explicação, e sim, lhe basta que as expressões cumpram bem todas as tarefas que elas mereçam cumprir sem gerar tantos incômodos, baseando-se apenas na mesmidade de extensão⁴⁴.

A proposta da explicação não é meramente parafrasear o *explicandum* dentro de um sinônimo completo, mas aperfeiçoar o *explicandum* por refinação ou complementação de seu significado, todavia sem alterar a aplicação - o uso - do termo que se está explicando. Isso quer dizer que a “explicação” não é a apresentação de um signo simples no lugar de um grupo de signos complexo simplesmente, mas ela é uma ação de eliminar a expressão problemática, de acordo com uma teoria, de modo a tornar-se uma expressão mais clara e simples, a qual possa ser usada em todo o contexto relevante. Para Quine, “explicar é eliminar,

⁴³ Deve-se entender “expressão defectiva” como uma expressão que resulta incômoda, isto é, que se comporta em parte como um termo, mas não suficiente, ou é vago, ou produz tensões em uma teoria, ou suscita confusões, mas que por outra parte serve a determinados fins que não devem ser abandonados (WO, 1960, p. 260).

⁴⁴ Em seu artigo de 1969 *Epistemology Naturalized* Quine retoma a discussão acerca da “explicação” e a identifica como uma “definição contextual” seguindo a metodologia de Bentham. Segundo Bentham a definição contextual é aquilo que ele chamou de “paráfrase”, e a partir dela reconheceu que para explicar um termo não é preciso especificar um objeto para o termo referir, nem mesmo especificar uma palavra ou frase sinônima; basta mostrar por um meio qualquer, como traduzir cada uma das sentenças inteiras em que o termo pode ser empregado (EN, 1969, p. 72). No artigo *Things and Their Place in Theories* (1981) Quine descreve que, seguindo o pensamento de Bentham, a explicação de um termo é adequada se se demonstra como é que, em todos os contextos nos quais se propôs usá-lo, podem ser parafraseados para uma linguagem anteriormente inteligível, reconhecendo assim a sua legitimidade (TPT, 1981, p. 03). Para Quine, a definição contextual é inatacável. Deste modo, uma sentença que, como um todo, tenha recebido significado é inegavelmente significativa e o emprego que faz dos seus termos componentes é, portanto significativo, independente de serem oferecidas traduções para esses termos isoladamente (EN, 1969, p.73). Todavia, ao interpretar essa afirmação de Quine deve-se ter um cuidado com respeito à noção de “significado” apresentada aqui por ele, o que se entende por ela não é o conceito tradicional de significado, como mental, para ele o “significado” é uma propriedade do comportamento e se manifesta pelo seu uso. Logo, quando Quine diz que a sentença recebe significado é porque se entendeu seu uso, por isso ela se torna significativa, mas isso não implica que ele foi determinado, pois para Quine “o enunciado típico sobre corpos não dispõe de nenhum cabedal de implicações ao nível da experiência que possa ser dito próprio a ele” (EN, 1969, p. 79). A definição contextual de um termo mostra como traduzir sentenças que contém o termo em sentenças equivalentes onde o termo não ocorre, mantendo sua função, a saber, seu uso, comandando veredictos semelhantes sob estimulações similares.

porém nem toda eliminação é explicação” (WO, 1960, p. 260)⁴⁵, pois é necessário que as novas expressões sejam suficientemente paralelas das antigas para que haja um paralelismo de função inegável entre a velha e incômoda forma de expressão e a forma de expressão presente no método novo. Quine (WO, 1960, p. 159-259) afirma:

Quando parafraseamos uma sentença para resolver uma ambiguidade o que estamos buscando não é uma sentença sinônima, mas uma sentença que seja mais informativa para que resista a alguma outra interpretação.

[...]

Nós estabelecemos as funções da expressão obscura que tem se mostrado merecedora de esforços, e então estabelecemos um substituto para ela, claro e formulado com os termos preferíveis, o qual satisfaz aquelas funções.

O que Quine pretende fazer é, então, “satisfazer lacunas, cobrir deficiências” (WO, 1960, p. 267). Deste modo, a explicação torna-se um tipo de tradução, em que se substitui um conceito defeituoso por um adequado à linguagem ideal⁴⁶ seguindo dois critérios: o *explicatum* deve ser capaz de servir a mesma função da original; e os termos do *explicatum* necessitam estar sujeitos ao princípio de extensionalidade⁴⁷, além de seguirem certos pontos pragmáticos, como simplicidade, utilidade, conservadorismo, etc.⁴⁸.

⁴⁵ “Eliminar” deve ser entendido aqui como eliminação de uso supérfluo dos termos, com o objetivo de torná-los mais econômicos, a saber, mais simples e mais claros. Em *Ontological Relativity* (1969) e *Things and Their Place in Theories* (1981) Quine reconhece uma regra, a função de substituição – *proxy function* –, por meio da qual um único objeto supostamente novo é atribuído a cada um dos velhos objetos, sem qualquer efeito sobre a estrutura da teoria científica ou sobre as ligações com a evidência observacional, permitindo que o *explicans* tenha qualquer conotação nova, jamais associada com o *explicandum*, pois uma *proxy function* que não preserva a distinção dos elementos de uma teoria falharia em sua proposta de reinterpretação. Todavia, a função de substituição provoca uma revisão de ontologia por um lado, e de ideologia por outro, porém o comportamento verbal não é perturbado. Para Quine “Os objetos, ou os valores das variáveis, servem meramente como índices em toda a extensão, e nós podemos permutá-los ou substituí-los como o desejarmos, desde que a estrutura frase-a-frase seja preservada” (TPT, 1981, p. 20). Contudo, ao propor a *proxy function* Quine reconhece que qualquer matéria para qualquer objeto, concreto ou abstrato, não é o que elas são, mas o que elas contribuem além de tudo para a teoria do mundo como modos neutros em sua estrutura lógica, permanecendo uma inescrutabilidade da referência (FSS, 1995, p. 74 – 75).

⁴⁶ A linguagem ideal para Quine é a linguagem extensional e deve ter como base o naturalismo e o fisicalismo.

⁴⁷ O princípio de extensionalidade, ou tese de extensionalidade, proposto por Quine declara que a linguagem universal da ciência, quando completa, é puramente extensional, não cabendo a ela qualquer idioma intensional. Seguindo esse princípio, então, em um contexto extensional uma expressão pode ser substituída por qualquer outra expressão coextensiva, ou seja, por outra expressão que denote o mesmo objeto, isto é, tenha o mesmo valor de verdade. Assim, pode-se dizer que uma linguagem é extensional se ela não contém expressões que façam referência a contextos não extensionais (logo, intensionais). Vale notar, que para Quine a extensionalidade é necessária,

Deve-se observar que a “explicação” diferencia-se dos métodos de “análise” (no sentido da decomposição de conceitos complexos em conceitos mais simples, com o objetivo de descobrir significados ocultos) e de “estipulação” (que realiza uma definição do conceito em outro arbitrariamente); pois Quine não pretende sinonímia, isto é, não pretende aclarar nem explicitar o que tem inconscientemente na cabeça dos que usam a expressão sem clareza⁴⁹. Para Quine a “explicação” parece assumir uma mistura de ambos, a qual não quer simplesmente conservar sentido, nem somente eliminar usos inúteis, mas construir termos de acordo com seu uso, utilidade e principalmente seguindo a tese de extensionalidade.

Considerado o que Quine entende por “explicação”, parte-se agora para as críticas que ele faz ao conceito mentalista de significado, afirmando que este é inexplicável, pois sua definição tradicional não satisfaz aos dois critérios por ele estabelecidos para que uma explicação seja satisfatória e nem pode ser aplicado em sua concepção behaviorista da linguagem. Conseqüentemente, ao rejeitar o conceito de significado Quine acaba por rejeitar quaisquer termos intensionais, em favor de uma linguagem extensional.

A crítica ao conceito de significado de Quine, encontrada em *Two Dogmas of Empiricism*, não é feita explicitamente, mas encontra-se indiretamente em sua crítica ao conceito de analiticidade. Isto, pois, a questão da “analiticidade” faz referência à “sinonímia” que, assim, faz referência a existência ou objetividade do conceito de significado. Desta forma, ao se colocar em dúvida os conceitos de “analiticidade” e “sinonímia”, essa dúvida recai, conseqüentemente, sobre o conceito de “significado”, pois ambos os primeiros o pressupõem na busca de suas explicações.

mas não suficiente para o entendimento de uma teoria. (Ver *Word and Object* § 31 e § 47, e também *From Stimulus to Science* no capítulo VIII).

⁴⁸ Esses critérios elaborados por ele parecem fazer alusão a uma visão pragmática, e mais, as teorias parecem ter de segui-los não só para serem adequadas cientificamente, mas para terem um poder explicativo (WO, 1960, § 5).

⁴⁹ No § 53 de *Word and Object* Quine deixa claro que ele não pretende expor significados ocultos, como as palavras “análise” e “explicação” no sentido tradicional sugerem; ao contrário, quando Quine propõe a “explicação” ele formula um modo de substituir termos deficientes, vagos de uma teoria, que por um lado, servem a determinado fins que não devem ser abandonados, assim, a “explicação” substitui os termos defectivos por outros menos problemáticos. Quine faz alusão à doutrina de Wittgenstein, de que a tarefa da filosofia não consiste em resolver problemas, mas sim, em dissolvê-los mostrando que não havia realmente tais problemas, como sendo a sua influência que se encaixa adequadamente a “explicação”, pois quando esta dissipa um problema o faz mostrando que este problema era irreal em certo sentido, a saber, no sentido de usos linguísticos desnecessários.

Em *Two Dogmas*, Quine (TDE, 1953, p. 21) define a “analiticidade” como “verdadeiro em virtude de significados e independente de fatos”. Isto é, sentenças analíticas são aquelas sentenças verdadeiras por definição e independente de fatos. A “analiticidade”, então, é entendida de duas formas: como um enunciado logicamente verdadeiro, ou seja, verdadeiro em virtude de seu significado; ou ainda há uma segunda classe de sentenças analíticas que são aquelas que podem ser transformadas em uma verdade lógica pela substituição de sinônimos por sinônimos. O exemplo dado por Quine para ilustrar essas sentenças são: para o primeiro caso (1) “Nenhum homem não casado é casado”, que permanece verdadeiro sobre qualquer reinterpretação de ‘homem’ e ‘casado’, assim, é uma verdade lógica; para o segundo caso (2) “Nenhum solteiro é casado”, essa sentença transforma-se na sentença (1), numa verdade lógica, substituindo-se ‘solteiro’ pelo seu sinônimo ‘homem não casado’. Porém, Quine afirma que ambos os casos de sentenças analíticas possuem problemas, não somente porque não se pode conhecer nada independente de “fatos”, mas principalmente porque a definição da palavra “sinônimo” retorna a definição de “analiticidade”, o que gera um “círculo vicioso”, além de exigir para a sua explicação um termo que ele mesmo não é claro e exige clarificação.

Em outras palavras, o que acontece é que a definição de “analiticidade” requer uma definição de igualdade de significado, isto é, de “sinonímia”, que recorre à definição de “significado” e de “necessário” – pois a sinonímia exige contextos intensionais sinônimos –, que requer novamente a definição de “analiticidade” (TDE, 1953, p. 21–32). Assim, o argumento de Quine contra a “analiticidade” configura-se não só na alegação de que esses conceitos não são claros necessitando de clarificação, mas que tudo isso gera um “círculo vicioso”, pois quando se procura definir o conceito de analiticidade este se apóia no conceito de sinonímia, conceito este que serve para definir a analiticidade e também requer clarificação. Portanto, quando Quine coloca em dúvida esses conceitos, ele acaba por constatar que não é possível definir ou explicar o conceito de “analiticidade” e conseqüentemente o de “significado” sem recair nesse círculo. Ou ainda, o conceito de significado não possui caráter de identidade para satisfazer a sinonímia, isto é, a própria noção de permutabilidade proposta pela sinonímia produziria confusões, pois esta não deve ser limitada ao interior de uma linguagem, mas deve ser uma relação interlíngua.

Assim, a sinonímia torna-se outra objeção frente ao conceito de analiticidade, pois ela não é uma noção inteligível que permite catalogar as sequências significantes diretamente, já que sempre será possível a uma sentença receber “informações colaterais”⁵⁰ como um complemento ao proferimento. Ou seja, de acordo com Quine, não há duas situações que sejam absolutamente idênticas; a saber, as situações na qual uma mesma expressão é proferida são dessemelhantes de muitíssimas maneiras e estão sempre sujeitas a receberem novas informações⁵¹.

Quine até afirma que podem existir algumas sentenças analíticas, ou como ele diz, “sem dúvida possuímos uma intuição de analiticidade, mas que comporta muitos graus e se deteriora” (WO, 1960, p. 203). Ou ainda, em *The Roots of Reference* (1974), ao descrever que uma sentença é analítica para um falante nativo se ele aprende a verdade da sentença por aprender o uso de uma ou mais de suas palavras. Entretanto, isso significa que uma noção de analiticidade até existe, mas não é útil para uma descrição científica, a não ser que ela seja reformulada⁵². Quine quer destacar com tudo isso que a noção de analiticidade pode ser útil para distinguir entre sentenças mais ou menos perenes, entretanto, nenhuma definição dela está à mão, logo exige clarificação; o que implica que o conceito de sinonímia

⁵⁰ Segundo Quine sempre será possível a uma sentença sofrer interferências de informações que não estão presentes aos elementos sensoriais, são elementos ausentes, mas que estão associados de alguma forma a esses elementos sensoriais e que podem intervir em uma descrição. O exemplo apresentado por Quine para ilustrar essa forma de “informação colateral” é o da “mosca”: imaginamos que, em uma tribo, viva uma espécie de mosca que tenha o hábito de estar sempre muito próxima a coelhos; ao tentar fazer uma tradução da palavra “Gavagai”, dita pelo nativo quando um coelho passa pela sua frente ocasionará sérios problemas ao linguista, pois a percepção indistinta de uma imagem de coelho, associada a visão clara dessa mosca, poderá bastar para que haja o assentimento de todos os nativos a “Gavagai?”, enquanto que não faria nenhum linguista assentir a “Coelho?” (Ver WO, p. 37).

⁵¹ Ver Quine, *The Problem of Meaning in Linguistics*, em seu livro *From a Logical Point of View* (1951).

⁵² Em seu artigo *Two Dogmas in Retrospect* (1991), Quine afirma que a saída para sustentar uma analiticidade sem falta de conteúdo empírico e uma noção de necessidade que não envolva a analiticidade é o seu “holismo moderado”. Seguindo a proposta do holismo moderado de Quine uma sentença científica não pode em geral esperar que implique consequências empíricas por si mesmas, mas um agrupamento de sentenças é que implica um efeito observável, agrupamento este que ele chama de “categóricos observacionais”, porém ocupar-me-ei de apresentá-los mais adiante. Saliento, então, a afirmação em que Quine diz: “Eu reconheço a noção de analiticidade em sua aplicação óbvia e útil, mas com aplicação epistemologicamente insignificante [...]. Além de seu caso evidente, eu declaro a analiticidade menos auxiliar do que um obstáculo. Isso gera uma noção não crítica de significado, ou sinonímia, que pode induzir a um falso sentimento de entendimento” (TDR, 1991, p. 271). Quine parece querer destacar que as noções de significado e sinonímia estão em uma situação pior que a da analiticidade, pois elas transcendem a linguagem, dado que esta é aprendida e ensinada por observação e correção do comportamento verbal em circunstâncias observáveis.

assim como o conceito de significado também necessita ser esclarecido; e mais, a externalização do empirismo, proposta por Quine, exige um *behaviorizing* do significado, para poder ser acessível no espírito empírico da ciência natural⁵³.

Sendo assim, a busca de uma distinção entre sentenças *a priori* / *a posteriori* está condenada a falhar. O que deve ficar claro é que nem essa distinção e tampouco as sentenças analíticas são importantes para a proposta da ciência, pois não possuem nenhuma boa definição, nem qualquer conteúdo factual que possa ser útil para a ciência, já que não há nenhuma linguagem separada do resto do mundo⁵⁴.

Além disso, segundo Quine, uma linguagem legítima, isto é, científica, deve ser como um todo extensional e conceitos como esses são problemáticos e suspeitos de serem vazios de conteúdo empírico, a saber, possuírem ausência de fatos. O que acontece é que qualquer noção de definição ou explicação não é chave para o conceito de analiticidade, sinonímia ou significado. Pois, tanto “definir”, como parafrasear um termo obscuro em termos de um vocábulo mais familiar, o que é pura lexicografia e “explicar”, como aperfeiçoar o *explicandum* refinando ou suplementando seu significado, sempre pressupõem sinonímias pré-existentes, persistindo o círculo vicioso (TDE, 1953, p. 25).

E ainda, se o holismo que ele defende é verdadeiro, isto é, que nem toda sentença de teorias científicas tem seu próprio conteúdo empírico isoladamente, a declaração de analiticidade também se mostra sem sentido. Quine (TDE, 1953, p. 43) afirma:

Se esta visão é correta, é enganoso falar em conteúdo empírico de uma sentença individual – especialmente se se trata de uma sentença completamente distante da periferia experimental do campo [sentenças analíticas]. Além disso, passa a ser um desatino buscar uma fronteira entre enunciados sintéticos que se baseiam contingentemente na experiência, e enunciados analíticos, válidos aconteça o que acontecer [...] nenhum enunciado é imune à revisão.

⁵³ Cf. QUINE, *Philosophical Progress in Language Theory*, 1970.

⁵⁴ Peter Hylton em seu artigo *Quine's Two Dogmas* (2000) parece caracterizar um pouco essa ideia da falha desses conceitos ao afirmar: “Os conceitos de ‘significado’ e ‘analiticidade’ são cientificamente respeitáveis quando organizados dentro de uma linguagem artificial, mas eles são usados para formular propostas e não descrições. Eles falham ao descrever fatos por uma simples razão que eles não são planejados para fazer isso” (p. 244).

Após *Two Dogmas*, em seu livro *Word and Object*, ao reconstruir a linguagem a partir de uma perspectiva behaviorista, Quine reconhece que a única caracterização adequada da “analiticidade” teria de ser em termos comportamentais, o que tradicionalmente não é feito⁵⁵. Por mais que se tente dar uma explicação ao conceito de analiticidade e de significado eles jamais terão clareza suficiente para serem aplicados em uma linguagem científica, pois não possuem significância comportamental para satisfazer a semântica behaviorista proposta por Quine, e mais, não há nenhum fato material que possa ser aplicado a esses conceitos; logo, eles devem ser abandonados⁵⁶.

Deste modo, o conceito de significado não é concebido mais como uma entidade e não possui identidade. Isso quer dizer que a comparação linguística, no sentido de identidade de significados (sinonímia), não tem justificação, não há sinonímia entre sentenças, principalmente teóricas.

No segundo capítulo de *Word and Object* Quine apresenta a sua crítica ao conceito mentalista de significado utilizando como base a sua tese de indeterminação da tradução, rejeitando assim o conceito de sinonímia e conseqüentemente o de significado. Comumente, a tradução de uma sentença por outra se faz com base na identidade de significado, porém, seguindo a tese de indeterminação da tradução não é possível identificar duas sentenças como sinônimas, no sentido de igualdade de significado e, não tendo como identificar seu significado, não é possível saber se uma é tradução da outra (WO, 1960, p. 32). Ressalta-se que ao se correlacionar duas sentenças é possível que sejam emparelhadas duas sentenças substancialmente diferentes com respeito ao seu significado, não há como garantir uma equivalência entre as sentenças, e isso não porque o significado de uma sentença é enganoso ou inescrutável, mas porque não existe nada nele além de um procedimento tateante que possa igualá-los. Não existe

⁵⁵ Cf. QUINE, *Word and Object*, p. 66.

⁵⁶ Gibson, em seu artigo *Quine's Behaviorism cum Empiricism* (2004), faz uma boa descrição dessa rejeição: “Ele [Quine] não rejeita significados porque significados são ditos serem objetos abstratos. Ele aprecia completamente que se uma consideração aceitável de sinonímia estivesse a mão, então os significados poderiam ser concebidos como objetos abstratos, a saber, como conjuntos de expressões sinônimas. Porém, Quine rejeita sinonímia (identidade de significado) e analiticidade (verdadeiro em virtude do significado) por causa de sua falta de clareza. Realmente, sinonímia e analiticidade podem ser definidas em termos um do outro, mas não podem ser definidas em termos de disposições ao comportamento verbal” (GIBSON, 2004, p. 185).

qualquer esperança de codificar esse procedimento e então definir o que conta como uma tradução.

Por isso, Quine estabelece um conceito empírico de significado, pois somente pode-se observar a concomitante elocução da sentença pelo falante frente às estimulações presentes na situação (WO, 1960, p. 28). Por essa razão propõe que o conceito de significado deve ser substituído pelo conceito de *stimulus meaning*⁵⁷, que assume o papel de *explicatum* do conceito de significado mentalista. A sinonímia, assim, deve ser reformulada e concebida somente como uma aproximação desses *stimulus meaning*, não recorrendo, portanto, ao conceito mentalista de significado. De tal modo, o *stimulus meaning* torna-se a única base que um linguista dispõe para realizar uma tradução. Todavia, a utilização de sinonímia, seguindo a proposta de Quine, continua sendo limitada, pois conta somente para uma pequena minoria de sentenças, isto é, uma tradução pode ser determinada apenas para as sentenças que estão diretamente ligadas à observação⁵⁸. A tese da tradução radical proposta por Quine mostra que o significado de uma sentença somente pode ser reconhecido em sentenças ocasionais, identificando-o com o *stimulus meaning*, o que condena o significado de sentenças eternas, concebendo-o como inescrutável.

Em *Epistemology Naturalized*, Quine observa que um grande número de sentenças importantes para a ciência não possui uma relação direta com o *stimulus meaning*. Não seria possível, segundo ele, aplicar diretamente qualquer noção de significado empírico as chamadas sentenças teóricas. Entretanto, qualquer reflexão sobre a linguagem científica deve ser associada em última análise, ainda que indiretamente, a evidência empírica. Quine afirma haver um caminho em que é possível esperar que uma sentença teórica possua implicação empírica: através de

⁵⁷ *Stimulus meaning* é o conceito semântico fundamental em Quine, e é definido em termos de 'estimulação', ou seja, é concebido como um par ordenado, composto por disposições a assentir ou dissentir uma sentença em consequência a uma estimulação presente, e é o que ativa a disposição, não o que a instaura. Deve-se conceber a estimulação não como um dado acontecimento particular e precisamente fechado, mas sim, como um universal, uma forma de evento que é repetível (WO, 1960, p. 33).

⁵⁸ No entanto, desenvolver este problema não é o objetivo desta subseção, para entender melhor esse ponto deve-se estudar a crítica que Quine apresenta em *Word and Object* aos problemas das estimulações como fonte para a sinonímia, o que poderá ser visto um pouco na subseção sobre a "Indeterminação da Linguagem". Todavia, deve ficar claro que Quine descreve significados em termos de excitação dos receptores sensoriais e resposta a tais excitações a partir de disposições.

uma perspectiva holista⁵⁹. Nesse sentido, devem-se considerar as sentenças teóricas não isoladamente, mas sim relacionadas a outras sentenças teóricas, formando teorias, somente assim poderiam ser estabelecidas implicações no domínio da experiência, por mais que indiretamente. Portanto, os enunciados componentes de uma teoria não têm significado empírico individual, mas uma porção suficientemente abrangente de teoria sim. Nesse caso, não há questão de decisão a ser tomada com relação às sentenças teóricas de uma teoria, por exemplo, uma sentença teórica T, dentre outras sentenças teóricas em uma teoria, não pode ser verificada isoladamente, na busca de saber se deve ser mantida ou refutada da teoria, pois não há nenhuma razão empírica que decida qual caminho deve ser optado. O que sofre assentimento ou dissentimento segundo Quine é o bloco todo da teoria, este é que possui significado. Quine afirma que se deve falar, nesse caso, não de tradução, mas de evidência observacional para teorias (EN, 1969, p. 79).

É assim, que Quine deixa de falar de “entidades mentais” e “conceitos intensionais” e passa a falar de percepção - como parte da psicologia da aprendizagem - e recepção - pelos receptores sensórios -, ambos físicos e acessíveis através da observação do comportamento (RR, 1974, §1). Dessa forma, Quine parece afirmar que se há uma teoria do significado, esta tem de ser clarificada em termos comportamentais, e como Gibson (1982, p. 32) ressalta:

O que quer que seja o significado, ele é aprendido por um critério comportamental, e assim, deve ser explicável, sobretudo, por descrições comportamentais. Os ‘significados’ que não são caracterizáveis completamente em termos comportamentais, não são significados de qualquer modo para Quine.

⁵⁹ O principal alvo de Quine ao propor sua tese holista é a teoria verificacionista do significado. Quine quer rebater principalmente a Carnap, pois para este o verificacionismo propõe um *reducionismo*, em que toda sentença significativa, teórica e observacional, pode ser traduzida isoladamente dentro de uma declaração, verdadeira ou falsa, sobre experiência imediata, lógica e teoria dos conjuntos. Quine sustenta que: “Não estaremos entrando em choque com as pressuposições da velha Viena se dissermos que a epistemologia converte-se agora em semântica. Pois, como sempre, a epistemologia continua centrada em torno da evidência, e o significado, em torno da verificação; e evidência é verificação. O que é provável que choque aquelas pressuposições é a afirmação de que o significado deixará de ter qualquer aplicabilidade clara a sentenças singulares, uma vez que tivermos ido além das sentenças observacionais; e, igualmente, a de que a epistemologia se funde à psicologia, tanto quanto à linguística” (EN, 1969, p. 89).

Por conseguinte, com a sua proposta behaviorista, o conceito de significado deixa de ter seu lugar central na teoria semântica, cedendo seu posto ao *stimulus meaning*, que é dado pelas disposições comportamentais frente ao discurso. Ou seja, é dado pelas condições públicas de uso, através da observação do comportamento das pessoas usando a linguagem.

Em seu artigo *Mind and Verbal Dispositions* Quine (1975, p. 88) reconhece:

Sem este artifício [*stimulus meaning*] não existiria nenhuma expectativa de transmitir a linguagem a gerações, nem qualquer esperança de mudanças dentro de linguagens descobertas recentemente. É principalmente por inquirir sentenças para assentimento e dissentimento que nós abrimos os reservatórios de disposições verbais.

Todavia, os comportamentos observáveis não satisfazem a todo o processo de comunicação linguística entre os falantes de uma linguagem, pois esta transcende ao campo da observação, gerando assim uma indeterminação na linguagem. Esta consequência será abordada mais detalhadamente nas seguintes seções, principalmente quando será apresentada a tese quineana de indeterminação da tradução radical, que advém do abandono do mito de museu, em favor do reconhecimento de que não existe nada no significado que não está no comportamento. Isso significa que o linguista não tem acesso ao significado nativo à parte do que pode juntar aos poucos das circunstâncias observadas de elocuições⁶⁰.

Feitas essas considerações, pode-se compreender que para Quine não é possível definir ou explicar, seguindo a perspectiva mentalista, conceitos como “analiticidade”, “sinonímia” e conseqüentemente de “significado”, pois esses conceitos somente seriam aceitáveis se admitissem uma significação comportamental adequada, entretanto, eles não fazem qualquer referência a fatos do mundo. Porém, é válido ressaltar que nem a tentativa de Quine de falar de *stimulus meaning* não soluciona por completo o problema do significado, pois existem as sentenças que não possuem uma semelhança entre o significado e o *stimulus meaning*. Disso se segue que existirão situações em que o questionamento

⁶⁰ Cf. QUINE, *Philosophical Progress in Language Theory*, 1970.

de alguma sentença sobre certas condições de estímulos não evocarão nem assentimento ou dissentimento, como é o caso das sentenças teóricas⁶¹.

Deste modo, tendo apresentado a parte negativa da proposta behaviorista de Quine, caracterizada por suas críticas, segue-se para a parte positiva, apresentando o que realmente Quine propõe como sendo a sua concepção behaviorista da linguagem. Nas seções seguintes será exposta a sua concepção behaviorista na tentativa de dar a ela uma clarificação, também será apresentada a metodologia para a aquisição da linguagem, e a consequência que surge nela ao assumir o behaviorismo, a saber, a tese de indeterminação da tradução radical.

1.4 A parte positiva: o behaviorismo na linguagem

É em meio a essas críticas que Quine constrói a sua perspectiva behaviorista da linguagem, propondo que a linguagem é uma “arte social”, ou seja, ela deve ser concebida como uma habilidade social em que cada um aprende a sua linguagem pela observação do comportamento verbal de outra pessoa. Nesse sentido, “o significado [...] não possui uma existência psíquica; é originalmente uma propriedade do comportamento” (OR, 1969, p. 27), assim “não existe nada no significado linguístico além do que está sendo apanhado do comportamento público em circunstâncias observáveis” (PT, 1990, p. 38). Por isso, “uma distinção de significado que não é refletida na totalidade de disposições ao comportamento verbal é uma distinção sem uma diferença” (WO, 1960, p. 26). Quine nega o poder explicativo que era atribuído ao conceito de significado pelos mentalistas, pois não lhe interessa falar de ideias ou outras entidades mentais, mas sim de estimulações, respostas,

⁶¹ Nessa situação encontramos as sentenças permanentes, que diferentemente das sentenças ocasionais, não possuem estímulos não-verbais presentes, ou seja, o assentimento ou dissentimento a esse tipo de sentença não exige um estímulo na ocasião; são defendidas apenas pragmaticamente, pois a única coisa que podemos fazer é expor os métodos estruturais da teoria que as contem, junto com sentenças diretamente condicionadas a estimulações (WO, 1960, p. 271). E como Quine afirmou em seu artigo *Five Milestones of Empiricism* (1981): “Seria errado também supor que *nenhuma* frase isolada de uma teoria tem o seu sentido empírico separável. Das frases teóricas passamos gradualmente a frases observacionais; a observacionalidade é uma questão de grau, dependendo, nomeadamente, do acordo espontâneo que a frase imponha a testemunhas presentes” (FME, 1981, p. 71).

disposições e assim por diante, olhando para as condições públicas de uso. E como ressalta Dagfinn Follesdal (1990), comentador de Quine, parece ter sido Quine o primeiro a verificar seriamente a natureza pública da linguagem e a explorar suas consequências para o significado e a comunicação a partir de sua perspectiva behaviorista⁶².

Segundo, ainda, o pensamento de Follesdal há uma multiplicidade de sentido dado à palavra “behaviorismo”: um, que Quine e muitos dos behavioristas tradicionais se denominam, é o “behaviorismo ontológico”, este defende que existe comportamento, mas não há estados mentais subjacentes ao comportamento; outro é o denominado “behaviorismo evidencial”; este, Follesdal reconhece como sendo o de Quine, pois é a posição que concebe a *evidência empírica* como a única evidência que pode desenvolver o estudo do homem, como qualquer outro estudo científico; essa evidência é em particular a observação do comportamento. Um behaviorista desse tipo está aberto a aceitar estados mentais desde que haja evidência para eles. Segundo Follesdal (1990, p. 99), existem muitas evidências para estados mentais, por exemplo, para as *crenças*: “Nenhum cientista negará isso, pois o principal objetivo da ciência é aperfeiçoar nossas crenças, eliminando algumas, reforçando outras, e introduzindo novas. E as crenças são estados mentais”. Este sentido atribuído por Follesdal é o mais plausível para identificar o behaviorismo de Quine, já que ele não nega no todo conceitos mentais, mas sim desloca o papel central da linguagem, que era dado a mente, para o comportamento.

A concepção behaviorista de Quine, projetada seguindo a teoria de aprendizagem da linguagem de Burrhus F. Skinner⁶³, marca a perspectiva da

⁶² Cf. FOLLESDAL, *Mind and Meaning*, 1999.

⁶³ O behaviorismo skinneriano é um behaviorismo radical que expande os princípios comportamentais aos processos entre o organismo; para ele os estados mentais não são considerados causas de comportamento, o importante para Skinner é o *comportamento operante* que é uma classe de respostas do organismo que produzem consequências no ambiente; assim, o que desempenha papel na aprendizagem da linguagem é o balbuciar, a imitação, o condicionamento, um “espaço qualitativo” inato e a ostensão. No entanto, o behaviorismo proposto por Quine é um behaviorismo metodológico, mais ameno, que tem como objetivo o estudo do comportamento na terceira pessoa e não de prescrições teóricas, Quine considera que o comportamento é controlado por estímulos externos, que provocam respostas do organismo. Quine reconhece que Skinner tem sido objeto de várias críticas, principalmente de Chomsky. No entanto, Quine se vale do esquema de Skinner e dos seus conceitos de *estímulo*, *resposta* e *reforço*, visto que isso é substancialmente verdadeiro com respeito a uma boa parte do que ocorre na aprendizagem das primeiras palavras (ver § 17, WO).

terceira pessoa (WO, 1960, p. 82). Somente interessa aqui, as relações e as expectativas do outro, conseqüentemente de seu comportamento e das disposições comportamentais que são observáveis. Seguindo o pensamento skinneriano, seria a partir da observação do comportamento e da manipulação do ambiente físico do falante que se tornaria possível fornecer um caminho para predizer e controlar o comportamento verbal. Por isso em Quine, deve-se definir “observação” em termos de noções comportamentais de estímulo e resposta. Entretanto, é válido salientar que Quine não define “behaviorismo” somente em termos de resposta condicionada como Skinner. Quine (LP, 1976, p. 58) afirma:

Quando eu destaquei uma definição de behaviorismo que se limita a resposta condicionada, estou eu simplesmente expandindo o termo para abranger a todos? Bem, eu penso disso como um complemento aceitável para o homem. O que há, como eu vi, meramente é uma insistência posta em exprimir todos os critérios em termos observacionais. Por termos observacionais eu entendo termos que são ou podem ser ensinados por ostensão, e cuja aplicação em cada caso particular pode por isso ser conferido intersubjetivamente. Nenhuma objeção sobre a palavra ‘behaviorismo’, talvez no uso corrente fosse mais apropriado aplicar a essa orientação a observação simplesmente de empirismo; mas isso é empirismo em um sentido distintamente moderno, pois ele rejeita o mentalismo ingênuo que simboliza o antigo empirismo.

O que Quine parece dizer é que seu behaviorismo não se reduz a comparação ao condicionamento direto, mas é mais amplo, identificando sua proposta com seu empirismo esclarecido e também com seu naturalismo⁶⁴. Quine em um de seus artigos afirma “enquanto se trata da própria teoria do significado linguístico, não se tem outra escolha além de ser um empirista” (EN, 1969, p. 81).

Mas, é em seu livro *Word and Object* que ele sistematiza e apresenta o seu programa behaviorista da linguagem. Logo no prefácio Quine (1960, p. ix) afirma:

Linguagem é uma arte social. Para aprendê-la não dispomos de mais meios que alguns indícios sugestivos, intersubjetivamente disponíveis, que indicam o que pode ser dito e em que circunstâncias. Por isso a comparação de significações linguísticas não tem justificação alguma, salvo

⁶⁴ Quine ao propor seu empirismo o diferencia do antigo defendido por Locke, Hume e Berkeley, que segundo Quine expressa uma forma de mentalismo ingênuo, pois esses empiristas referem-se à ideias, engrandecendo o sentido de impressões levando a concepção de sensações como privadas e aquelas como mentais. Por sua vez, o empirismo de Quine é uma externalização drástica deste antigo empirismo, considerando a fala de ideias como insatisfatória, a não ser, que elas possam ser parafraseadas em termos de disposições ao comportamento observável. Ver: *Linguistics and Philosophy* (1976).

quando se faz entendendo-as como disposições humanas a responder publicamente a estímulos socialmente observáveis.

Esta citação marca inicialmente o que poderia se entender pela concepção behaviorista da linguagem de Quine, que é sustentada até seus últimos trabalhos. Os meios intersubjetivos a que Quine se refere são, então, as disposições comportamentais do homem diante estímulos sociais observáveis e, é através dessas disposições que se torna possível o estudo da linguagem. Por isso, segundo ele, é necessário naturalizar a semântica para ser possível o acesso aos significados através do comportamento. Uma semântica legítima deve ser estudada pela ciência empírica. Deste ponto de vista Quine parece ver as atividades de pensar e falar interrelacionadas com o comportamento, pois sem diferença comportamental não há diferença semântica. A linguagem é, então, uma atividade pública fundada em um mundo compartilhado e expressada através do comportamento, por isso a vida mental de cada um é indiferente para a avaliação de como dominar uma linguagem, dado que não é na mente que se encontram os significados.

Em decorrência disso, duas partes podem ser identificadas em sua concepção: primeiro, que Quine concebe a linguagem como uma atividade social tornando ela um objeto público de estudo por técnicas intersubjetivas de investigação característica da ciência natural; e segundo, que somente adquire-se a linguagem pela evidência do comportamento público de outras pessoas (GIBSON, 1982, p. 31).

Seguindo essas noções a defesa de uma concepção behaviorista da linguagem implica segundo Quine (OR, 1969, p. 28): (1) abandonar a figura do Mito de Museu; (2) abandonar a garantia de determinação; (3) reconhecer que não existem significados ou semelhanças ou distinções de significado além do que está implícito nas disposições de fala das pessoas. De acordo com ele o que circula em ar aberto é a linguagem comum, a qual cada um é livre a internalizar em seu caminho neural próprio⁶⁵. O que é intersubjetivo a uma comunidade são os estímulos, ou seja, os *stimulus meaning* dos indivíduos diante de uma sentença (TDE, 1953, p. 44).

⁶⁵ “Além disso, a relevância sensorial das frases diferirá amplamente de pessoa para pessoa; a uniformidade surge somente onde a pressão para a comunicação ocorre” (PR, 1976, p. 253).

O conceito de significado, como visto na seção 1.3.1, é substituído pelo termo *stimulus meaning* e passa a ser concebido como um “par ordenado” de uma sentença para um sujeito, em que a sua disposição a assentir ou dissentir à sentença se dá em resposta a estimulações presentes. São os eventos que afetam os receptores - dados sensoriais - que fazem com que o falante afirme ou negue uma sentença. Esses *stimulus meaning* estão determinados na superfície da pele dos falantes (WO, 1960, §8). Uma palavra, então, somente adquire significado na medida em que seu uso, em sentenças, está condicionado a estímulos sensoriais. Sendo assim, este filósofo assegura que o único critério de evidência confiável é o da evidência empírica. Entretanto, deve-se ter cuidado ao compreender “evidência empírica”, já que nenhum enunciado é diretamente comparável aos fatos, mas sim aos estímulos do mundo físico sobre as terminações nervosas⁶⁶.

O que seria “observável” para Quine é algo atestado sobre um lugar, por alguma evidência em comando da linguagem e seus cinco sentidos. Contudo ele afirma que não se deve reportar somente aos dados dos sentidos, mas também a circunstâncias externas comuns (TI, 1990, p.02). O que produz um estímulo, então, são os objetos no mundo ou o comportamento verbal de outro indivíduo, e isso garante a publicidade do estímulo. De acordo com Quine as sentenças observacionais é que possibilitam a aprendizagem da linguagem sem a ajuda de uma linguagem anterior. Ela é uma sentença ocasional que os membros da comunidade podem fixar por observação direta em satisfação conjunta⁶⁷.

⁶⁶ Donald Davidson, em seu artigo *Meaning, Truth and Evidence* (1990), critica Quine quanto a locação dos estímulos, pois segundo Davidson o posicionamento de Quine é ambíguo, pois ele oferece duas escolhas quanto à locação: uma delas é sobre os receptores sensoriais – teoria proximal, identificada como um behaviorismo-, e a outra é sobre objetos e eventos compartilhados publicamente – teoria distal, uma forma de empirismo mais radical-. E tomando estas duas teorias não se sabe mais em que sentido se deve tomar o significado e a evidência, se distal ou proximal. De acordo com Davidson, Quine não apresenta claramente em que consiste a evidência da qual a teoria do mundo depende, ele parece não saber o que é que suporta a teoria e dá as sentenças o seu significado. Davidson reconhece a fragilidade do discurso sobre estímulos de Quine para a fundamentação da semântica behaviorista, ele também sugere o seu abandono em favor de um discurso sobre “eventos, objetos ou situações” que causam assentimentos ou dissentimentos dos falantes. O que Davidson quer mostrar é que a teoria proximal não possui, nem dá a garantia de uma intersubjetividade. O que ele acentua é que a posição assumida pela teoria proximal não garante a visão de um mundo público, posto que cada falante pode estar satisfeito com a sua visão, tomando ela como a única verdade desde que esteja de acordo com todas as suas estimulações, e que globalmente os outros podem estar errados.

⁶⁷ Ao identificar que há sentenças ligadas diretamente a estimulações presentes enquanto que há outras que não, Quine diferencia dois tipos de sentenças: *sentenças ocasionais* e *sentenças permanentes*. As primeiras são sentenças que provocam assentimento ou dissentimento quando

Tem-se assim, que os aspectos sociais são essenciais para determinar uma comunicação adequada. Contudo é possível reconhecer que Quine parece não excluir elementos intensionais por completo. Em *The Roots of Reference* (1974) Quine afirma que o mentalismo tem o seu uso como um estímulo, porém somente há suposições sobre mecanismos internos, à medida que existe a esperança de serem sustentados por descobertas neurológicas. Sendo assim, defender que as “entidades mentais” são irrepreensíveis, somente seria possível se concebidas como hipotéticos mecanismos físicos e fixados por um aspecto estrito a sistematização do fenômeno físico (RR, 1974, p. 33 – 37). Essas entidades mentais seriam fixadas na esperança de algum dia submeterem-se a uma explicação física satisfatória. Isto é, o que Quine parece querer defender é que esses elementos mentais não são os elementos efetivos para a comunicação, mas somente observações publicamente reconhecíveis e é isso que deve ser útil e investigado.

Em seu livro *From Stimulus to Science* (1995) Quine afirma que as palavras e o comportamento observável é tudo o que se tem para aprender a linguagem e possibilitar a comunicação, a ideia de “ideia” incita somente a ilusão da explicação de um comportamento e não auxilia no estudo sobre a aquisição da linguagem (FSS, 1995, p. 06). Entretanto, isso será discutido no capítulo seguinte, pois Chomsky alega que Quine é contraditório por identificar em seus últimos trabalhos uma aceitação de termos mentalistas, enquanto que Gibson defende Quine das argumentações de Chomsky.

inquiridas sobre um estímulo presente. Por exemplo, “Esta mulher é irmã de Maria”, é uma sentença ocasional, pois toda vez que a sentença é questionada, deve existir algum estímulo para que seja possível assentir ou dissentir, logo, sempre deve estar presente uma mulher. Dentro das sentenças ocasionais há as sentenças observacionais. Quine oferece diferentes caracterizações para essas sentenças em diferentes tempos, mas em *Word and Object* ele afirma que as sentenças observacionais são aquelas que reportam diretamente a uma observação e sob a qual todos os membros de uma comunidade estarão de acordo quando postos a mesma estimulação. Já as sentenças permanentes, são aquelas que induzem assentimento ou dissentimento toda vez que são questionadas sem incitar novamente qualquer estímulo. Por exemplo, “A irmã de Maria é alta”, pode ser questionada sem que “a irmã de Maria” esteja presente. Dentro dessas sentenças há a classe das chamadas “sentenças eternas”, nas quais seu valor de verdade fica permanentemente fixo, e são geralmente aquelas especificadas, isto é, possuem nome, datas, ou endereços (WO, 1960, § 9). Em *From Stimulus to Science* (1995) Quine afirma que o requerimento social sobre sentenças observacionais jogam dois papéis vitais: primeiro que a criança aprende o uso delas da sociedade; segundo que elas representam a intersubjetividade (FSS, 1995, p. 44).

Porém, prossegue-se com a próxima subseção que apresenta como Quine concebe a aquisição da linguagem e quais são os métodos estipulados por ele que dão conta da aprendizagem da linguagem sobre esse viés comportamentalista.

1.4.1 A tese da aquisição da linguagem

Quine ao afirmar que a linguagem é de fato pública, constrói sua semântica behaviorista conectando sentenças, e não palavras, com o significado. Nesse sentido:

As palavras podem ser aprendidas como partes de sentenças mais largas, e algumas podem ser aprendidas também como sentenças de uma só palavra, mediante ostensão direta de seus objetos. Em qualquer caso, as palavras somente significam na medida em que seu uso em sentenças está condicionado a estímulos sensoriais, verbais ou de outra natureza. Toda teoria realista da evidência é inevitavelmente inseparável da psicologia do estímulo e resposta aplicada as sentenças (WO, 1960, p. 17)⁶⁸.

O reconhecimento das sentenças como primárias não acelera somente a análise filosófica; proporciona-nos também um melhor quadro de como é que a linguagem é aprendida efetivamente. Primeiro aprendemos frases pequenas, em seguida obtemos informação sobre várias palavras através do seu uso nessas frases, e então, sobre esta base, conseguimos aprender frases mais extensas nas quais essas mesmas palavras ocorrem periodicamente (TPT, 1981, p. 03).

Assim, as sentenças são concebidas, de acordo com Quine, como a unidade semântica primária da linguagem e, ao contrário das palavras, elas são ilimitadas em sua variedade. Desta forma, as sentenças são concebidas de uma maneira mais clara até que o próprio fato, visto que aprende-se a usá-las como totalidades conectadas com um contexto e um comportamento observado. Uma sentença, então, diferentemente das palavras, não é um evento de uso singular, mas sim universal, é um esquema sonoro repetível, por isso, uma sentença não é um evento

⁶⁸ Vale salientar que Quine observa um contraste entre aprender sentenças como totalidades e a construção das mesmas a partir das partes, isto é, das palavras. Assim, pode-se: 1. aprender uma palavra isoladamente, o que quer dizer aprende-la ostensivamente como uma sentença de uma palavra; 2. aprender uma palavra por abstração, como fragmento de uma sentença aprendida como totalidade; 3. aprender uma palavra contextualmente, usando-a por analogia como vista aparecer em sentenças anteriores (WO, 1960, p. 13 – 15).

de declaração, mas uma forma linguística que pode usar-se frequentemente, uma só vez ou nunca, e sua existência não fica comprometida pela falta de elocução (WO, 1960, p. 194).

Neste caminho, a sentença é fundamental, pois entender uma palavra consiste em saber como usá-la em sentenças e como reagir a tais sentenças. Além de atribuir-se mais facilmente más interpretações a palavras do que a sentenças (CM, 1979, p. 140). Nesse contexto, Quine (WO, 1960, p. 1) afirma que “cada um de nós aprende a sua linguagem da boca de outras pessoas, através da articulação verbal e observável das palavras em muitas precisas circunstâncias intersubjetivas”. Porém, elas não estão soltas, mas são assumidas na forma de sentenças, “os termos tal como as partículas gramaticais, significam por contribuírem para o sentido das sentenças que os contêm” (WP, 1981, p. 69).

Todavia, antes dessa aprendizagem se desenvolver, Quine parece conceber que é necessário que todo indivíduo seja dotado de uma capacidade perceptual, os padrões inatos de similaridade perceptual⁶⁹, dado que só se conhece as coisas externas através dos sentidos, das terminações nervosas. Portanto, as estimulações dos receptores sensoriais constituem toda a evidência que possibilita se chegar a uma imagem do mundo e, o meio intersubjetivo que leva uma pessoa a compreender e a comunicar-se com outras pessoas são as disposições comportamentais geradas como respostas desses estímulos.

Com isso, é possível afirmar que a linguagem é adquirida através do comportamento público e através dos estímulos que os objetos causam aos sentidos. Isso quer dizer que quando se está adquirindo uma linguagem não se dispõe de mais nada, além do comportamento público observável de outros falantes em circunstâncias publicamente observáveis e o mundo físico. Deste modo, uma criança aprende a sua primeira linguagem a partir de enunciados observacionais.

⁶⁹ Estes padrões inatos de similaridade perceptual são necessários para detectar e sistematizar as características salientes do ambiente em que o falante se encontra, auxiliado e motivado pelos traços de episódios codificados com prazer e dor, e dotado com um instinto para balbúciação e imitação (GIBSON, 1982, p. 40). Essa noção é mais desenvolvida por Quine em escritos posteriores a *Word and Object*, como em *The Roots of Reference* (1974), porém essa noção será desenvolvida no último capítulo ao analisar esta última obra. Entretanto, vale deixar claro que em uma de suas respostas em seu livro *Theories and Things* (1981) Quine afirma que a similaridade perceptual é o que era tratado resumidamente em *Word and Object* sobre o tópico de “espaço qualitativo”; assim, *The Roots of Reference* é dita por ele como sendo uma ampliação sobre o terceiro capítulo de *Word and Object* (TT, 1981, p. 186).

Estes são concebidos por Quine como sentenças observacionais e são a base inicial para concordância intersubjetiva, pois elas relacionam as palavras a situações estimulatórias compartilhadas.

O que Quine faz é descrever a aprendizagem da linguagem na perspectiva de uma criança que está adquirindo sua primeira língua e é recompensada ou punida diante o proferimento de uma sentença em um dado contexto. Deste modo, a criança inicialmente é introduzida em uma forma de vida, que ao mesmo tempo é seu aprendizado de uma linguagem, originada principalmente através da ostensão - da observação de eventos físicos - conjuntamente com a penalização ou gratificação de seu proferimento. “Então, por exemplo, meus pais me ensinaram a semântica de ‘Está chovendo’ por gratificar-me por dizer ‘Está chovendo’ quando, em sua opinião, estava chovendo. E similarmente para outras grandes quantidades de sentenças” (FOLLESDAL, 1990, p. 102).

De acordo com Quine (PT, 1990, p. 38):

Na psicologia alguém pode ou não pode ser um behaviorista, mas em linguística não há escolha. Cada um de nós aprende sua linguagem por observar o comportamento verbal de outras pessoas e tendo seu próprio comportamento verbal balbuciante observado e reforçado ou corrigido por outros. Nós dependemos estritamente sobre o comportamento público em situações observáveis.

Portanto, o que uma criança faz ao aprender a linguagem é associar uma sentença observacional aos estímulos, aos sentidos corporais, mesmo sendo esta uma estimulação que não tem uma única referência. Ou ainda, a criança forma outras sentenças a partir das anteriores por uma substituição analógica. Sendo assim, Quine sustenta que a linguagem vai além do método de ostensão e reconhece igualmente, que ele não dá conta de toda a aquisição da linguagem. A partir disso Quine identifica dois métodos necessários para se adquirir uma linguagem: a *ostensão* e a *síntese analógica*.

O método inicial de aquisição da linguagem é a *ostensão*. Segundo este método as sentenças são aprendidas como um todo pelo condicionamento direto delas as estimulações não-verbais apropriadas. Por exemplo, a criança aprende a associar sentenças com estimulações não-verbais por observar o comportamento público de seus pais ou pessoas mais velhas sobre circunstâncias reconhecíveis publicamente. Isto é, a criança aprende indutivamente, a partir de estimulações, o uso correto de uma expressão. Este método é chamado muitas vezes por Quine de

“condicionamento direto”, assemelhando-se ao que Skinner propunha na psicologia com o “condicionamento”, mas também recebe vários outros nomes como: associação, treino, formação do hábito, reforço e extinção, indução. Porém, o condicionamento de Quine não é tão simples, não é apenas uma associação da expressão com o objeto, mas sim, exige uma indagação acerca da expressão para assim ser possível um assentimento ou um dissentimento. Por exemplo, quando se diz “Vermelho”, com referência a uma bola vermelha, deve-se questionar “Vermelho?” em presença dos estímulos sensoriais da bola vermelha, e esperar um assentimento ou dissentimento. Nesse exemplo, fazendo referência à aquisição da palavra “Vermelho” por uma criança, são apresentadas elocuições da palavra simultaneamente com apresentações de vermelho; seguidamente seu próprio balbuciar é aplaudido quando se aproxima de ‘vermelho’ na presença de vermelho. Finalmente a criança adquire a arte de aplicar a palavra de forma nem muito estreita nem muito alargada para o gosto de sua mãe (SLS, 1976, p. 231).

O exemplo que Quine utiliza para descrever esse método inicial é encontrado no terceiro capítulo de *Word and Object* e faz referência ao aprendizado de “Mamãe”, considerado como o aprendizado de uma sentença ocasional, isto é, uma sentença que pode ser verdadeira ou falsa dependendo dos estímulos relacionados a ela. De acordo com Quine a criança ao balbuciar pela primeira vez “Mamãe” pode ter vários estímulos presentes que a fizeram responder com essa sentença, como ver a face da mãe ou ainda sentir a brisa ou ouvir “Mamãe”. Porém, é através da associação do estímulo, da resposta e do reforço – a criança ao ser aplaudida (reforço positivo) ou repreendida (reforço negativo) –, que a criança aprenderá a palavra. O que acontece é que diante da resposta frente a uma brisa, não haverá reforço para sustentar a aprendizagem, mas somente quando a criança ver a face da mãe ou ouvir o som “Mamãe” (WO, 1960, p. 81). Não obstante, tendo uma vez aprendido “Mamãe”, a criança assentirá a sentença quando questionada na presença respectivamente saliente da Mamãe.

Esse método é o mais básico para a aquisição da linguagem e requer somente uma capacidade de observação, disso segue-se que as primeiras sentenças aprendidas são “sentenças observacionais”⁷⁰. Segundo Quine as

⁷⁰ As sentenças observacionais são aquelas que reportam diretamente uma observação.

primeiras sentenças que as crianças adquirem são a partir deste método de ostensão (WO, 1960, p. 9). Entretanto, deve-se observar que ao aprender ou ensinar ostensivamente o professor e o aluno devem ambos ver o objeto, e pelo menos um deles deve também ver que o outro vê o objeto ao mesmo tempo. No exemplo citado anteriormente com respeito à sentença “Vermelho”, deve-se ressaltar que ambos, a criança e a mãe, devem ver a superfície vermelha e pelo menos um deles deve ver também que o outro vê a superfície vermelha ao mesmo tempo. Por isso Quine (WP, 1976, p. 232) afirma:

As semelhanças e os contrastes que estão na base da primeira aprendizagem da linguagem de alguém devem não só ser pré-verbalmente apreciáveis; elas devem, adicionalmente, ser intersubjetivas. A sensibilidade ao vermelho de nada valerá à criança, ao aprender “Vermelho” da mãe, a não ser na medida em que a mãe está em posição de apreciar que a criança é confrontada com algo vermelho.

Após esse estágio, Quine (WO, 1960, p. 82) afirma:

Uma vez a criança tendo atingido este estágio, sua aprendizagem da linguagem posterior torna-se independente do comportamento operante inclusive no aspecto ativo; e a partir de então, com pouco ou nenhum encorajamento por parte de seus pais, ela procede a acumular a linguagem aceleradamente.

O segundo método de aquisição da linguagem então se faz presente e, é denominado por Quine de *síntese analógica*. De acordo com este método a maioria das sentenças que uma pessoa aprende é formada por partes de outras sentenças que já se tem adquirido – principalmente pelo método de condicionamento direto - e são baseadas sobre analogias. Ou seja, frases são produzidas pela substituição analógica de termos adquiridos pelo primeiro método. É a partir desse método que o discurso se enriquecerá e possibilitará que o falante fale não apenas de coisas físicas, mas também de coisas distantes a observação. O exemplo utilizado por Quine é a sentença “Meu pé dói”, afirmando que é a partir dela, por analogia, que se pode construir a sentença “Minha mão dói”. Segundo Quine (WO, 1960, p. 9):

[...] é evidente como novas sentenças podem ser construídas de materiais antigos e apresentadas sobre ocasiões apropriadas simplesmente em virtude de analogias. Tendo sido diretamente condicionada ao uso apropriado de ‘Pé’ (ou ‘Isto é meu pé’) como uma sentença, e ‘Mão’ do mesmo modo, e ‘Meu pé dói’, como um todo, a criança pode de modo concebível proferir ‘Minha mão dói’ sobre uma ocasião apropriada, ainda que careça de toda experiência anterior com essas sentenças.

Após possuir um número de sentenças adquiridas a partir de uma ligação a estímulos não-verbais, se torna possível construir teorias compostas de sentenças associadas com outras sentenças. Há nesse segundo momento, relacionando-se sentenças com sentenças, não mais uma ligação direta com estímulos não-verbais, mas sim conexões lógicas e causais, e o aprendizado das sentenças se farão muitas vezes contextualmente (WO, 1960, p. 11).

Disso se segue que a linguagem científica é um produto de irreduzíveis pulos de analogia, além de aprendizagens ostensivas. Contudo, qualquer interconexão de sentenças necessita em última instância estar adequada ao condicionamento de sentenças tanto como resposta a sentenças quanto a estímulos. Quine, assim, parece definir a linguagem como sendo uma “rede de sentenças diversamente associadas entre elas e a estímulos não-verbais mediante o mecanismo de resposta condicionada” (WO, 1960, p. 11).

Todavia, a linguagem baseada no comportamento publicamente observado sempre permitirá uma indeterminação da linguagem, não somente com respeito à tradução de linguagens diferentes, mas também, do próprio significado e da referência em uma mesma linguagem. De acordo com Follesdal (1990) o que Quine parece propor é que ao se aprender uma linguagem não se aprende somente ela, mas sim, uma linguagem com teoria. E observado isso, há um problema que se estabelece frente à tentativa de comparar a “minha teoria” com a “teoria de outro”, o de correlacionar minhas sentenças com as sentenças de outra pessoa, em tal caminho que as sentenças que tenham o mesmo significado sejam encontradas. Por isso, questiona-se: “Mas, qual é o critério para a identidade de significado? Quais são as correlações entre linguagens que contam como traduções?” (FOLLESDAL, 1990, p. 102).

A subseção seguinte se dedica a expor este “problema” encontrado na linguagem, o que Quine denomina de indeterminação da tradução. As reflexões de Quine levam a considerar que para um linguista uma identificação empírica e uma tradução somente é possível a sentenças observacionais e não a sentenças teóricas.

1.4.2 O problema da indeterminação da tradução

Com a pretensão de naturalizar a linguagem e ao conceber o significado como uma propriedade do comportamento, não mais como uma entidade mental, Quine abandona a esperança de um significado fixo. Isto é, para ele, o significado de uma expressão nunca é determinado, ele somente pode ser estabelecido sobre evidência comportamental em uma determinada circunstância. Diz Quine: “Então, não existe justificção para verificar significados linguísticos, senão em termos das disposições ao responder publicamente a estimulações observáveis socialmente” (WO, 1960, prefácio, ix).

Ao reconhecer esta limitação Quine afirma a existência de uma indeterminação na linguagem, a qual é vista através da tese que ele denomina de tese de *Indeterminação da Tradução Radical*. Esta se caracteriza pelo fato de que um linguista terá que traduzir sentenças de uma língua inteiramente desconhecida, não dispondo de nenhuma ajuda de intérpretes, nem de correlações estabelecidas entre a língua a ser estudada e outros idiomas conhecidos, mas utilizará apenas a observação do comportamento verbal dos falantes.

Essa tese para Quine, segundo Follesdal (1999, p. 139),

[...] inicia com a situação onde duas pessoas, cada uma com sua própria linguagem e visão de mundo tentam se comunicar. Eles não possuem nenhum manual de tradução para recorrer, nenhuma gramática e dicionário, mas devem realizar uma ‘tradução radical’, onde eles tentam estabelecer uma gramática e um dicionário que eles testam pela observação do comportamento um do outro.

Segundo essa tese é possível confeccionar manuais de tradução de uma língua a outra de diferentes modos. O que acontece ao se tentar traduzir, por exemplo, uma linguagem natural em outra, é que se encontra um grupo variado de possibilidades de tradução semelhantes que são alternativas igualmente boas. Essa tese sustenta uma impossibilidade de haver uma única tradução de uma língua à outra, pois não há nenhuma garantia de uma evidência objetiva que possibilite a tradução de um termo ao outro. O que é feito em uma tradução é uma identificação aproximada de *stimulus meaning*, ou seja, há uma semelhança comportamental entre as traduções, mas não há nenhuma garantia para sustentar que uma é a certa e a outra errada. Segundo Quine não existe uma posição de correspondência geral

entre as palavras e as frases de uma linguagem e sua tradução em outra (OR, 1969, p. 29).

O argumento fundamental dessa tese está centrado na concepção que Quine possui de que os manuais de tradução de uma linguagem a outra, podem ser associados em caminhos divergentes, todos compatíveis com a totalidade do discurso disposicional, mas incompatíveis com algum outro. Ou seja, traduções radicalmente diferentes podem fazer referência a um mesmo comportamento. Contudo, a indeterminação da tradução não é apenas um caso do caráter empiricamente subdeterminado da física. Isso quer dizer que a questão não é apenas que os linguistas, partes constituintes da ciência comportamental e enfim da física, compartilham a condição de subdeterminação empírica da física, mas pelo contrário, a indeterminação da tradução é adicional. Em uma situação, por exemplo, onde teorias físicas A e B são ambas compatíveis com todos os dados, é possível adotar A e ainda permanecer livre a traduzir alternativas em um idioma estrangeiro que possam também estar confiantes em A ou confiantes em B (RIT, 1970, p. 180).

Seguindo o pensamento de Follesdal (1999, p. 140), Quine parece descrever duas exigências que os manuais de tradução devem satisfazer: primeiro, uma condição de sentenças observacionais – sentenças estas que os falantes assentem ou dissentem diante certa circunstância observacional –; e segundo, o princípio de caridade – sentenças que as pessoas concordam não seriam traduzidas dentro de sentenças as quais são reconhecidas como absurdas, e sentenças que outras pessoas dissentem, não deveriam ser traduzidas em sentenças que são consideradas como triviais. Apesar disso, como Quine ressalta em todo o capítulo dois de *Word and Object*, sempre será possível criar diferentes manuais de tradução que podem satisfazer essas exigências.

Dessa forma, a identificação de uma tradução à outra não é infalível, o método de aprovar ou desaprovar uma teoria não é garantido, pois um enunciado não tem sempre consequências empíricas que possam ser isoladas e ditas próprias a ele (OR, 1969, p. 33). No entanto, a tese de indeterminação da tradução tem mais consequências além da criação de vários manuais de tradução, e são elas: a indeterminação do significado, da intensão e, à inescrutabilidade da referência, da extensão. Isto é, o significado e a referência também se tornam indeterminados, já

que não há um único significado ou referente de expressões além do que pode ser estabelecido pelas evidências comportamentais.

O exemplo mais conhecido que Quine utiliza em seus escritos para clarificar a tese de indeterminação da tradução é o seu famoso experimento de pensamento acerca da expressão nativa “Gavagai”. Nesse experimento Quine tenta encontrar a tradução correta para a sentença nativa “Gavagai”, se esta pode ser traduzida por “Coelho”, “Animal” ou “Branco” ou ainda, se essa expressão se refere a ‘coelho’, ou ‘a parte não destacada de coelho’, ou ainda ‘a fase de coelho’. Esse exemplo, marca não somente a indeterminação da tradução, mas também a indeterminação do significado e a inescrutabilidade da referência, pois a correlação de enunciados observacionais não garante que a tradução ou a referência estejam fixas. Desta forma, quando se adota ‘coelho’, ‘parte não destacada de coelho’ e ‘fase de coelho’, todos se diferem, não sendo possível determinar o significado deles, inclusive as suas referências. Para Quine não há como diferenciar a referência desses termos, isso quer dizer que eles podem ser usados como se tivessem a mesma referência, entretanto, nunca se saberia se é ou não. Com isso, conseqüentemente, de dois predicados que são semelhantes em extensão nunca foi claro dizer se eles são semelhantes em significado (OR, 1969, p.30).

No seu exemplo um linguista é confrontado com a tarefa de traduzir uma linguagem humana de natureza totalmente diferente, dentro do português⁷¹, e a situação em que o linguista se encontra é a seguinte:

Um coelho corre, o nativo diz ‘Gavagai’ e o linguista anota a sentença “Coelho” (ou “Olhe, um coelho”) como tentativa de tradução, sujeita a testes em outros casos mais adiante. O linguista inicialmente abster-se-á de colocar palavras na boca de seu informante, se carecer de palavras colocará. Quando ele pode, não obstante, o linguista tem de fornecer sentenças nativas para aprovação de seu informante, apesar de haver o risco de deformar os dados por sugestão. Por outro lado, ele pode fazer pouco com os termos nativos que tem referência em comum. Suponha que a linguagem nativa inclui sentenças S1, S2, e S3, de fato traduzíveis respectivamente por “Animal”, “Branco”, e “Coelho”. As situações-estímulos são sempre diferentes, sejam relevantes ou não; e precisamente porque as respostas apresentadas são produzidas singularmente, por separado, as classes de situações nas quais os indígenas apresentam S1, S2, e S3 serão, naturalmente, mutuamente excludentes, apesar da efetiva e oculta significação das palavras. Como, então, o linguista percebe que o nativo teria estado disposto a assentir a S1 em todas as situações onde ele

⁷¹ No exemplo fonte de Quine a linguagem utilizada para fazer a tradução é o Inglês, porém para esta dissertação o trago em moldes da língua portuguesa.

sucedeu voluntariamente a S₃, e em algumas, mas talvez não todas as situações onde ele sucedeu voluntariamente a S₂? (WO, 1960, p. 29).

Se o linguista conclui que a expressão nativa “Gavagai” corresponde a “Coelho” na língua portuguesa pela correlação de enunciados observacionais, ele tem a convicção que “Gavagai” e “Coelho” são equivalentes e se referem a um mesmo objeto. No entanto, segundo a tese de indeterminação isso é um engano, pois pela tradução ostensiva – apenas comportamental, pelo simples fato de apontar – não há como determinar se as sentenças são equivalentes e se a referência é a mesma, pois sempre que se aponta para algo, por exemplo, para um coelho, está se apontando para uma multidão de partes desse coelho. O que um linguista poderia fazer é aceitar que as sentenças nativas e as em português, que são associadas na tentativa de tradução, combinam, ou assemelham-se, no que diz respeito a certas ocasiões apropriadas de uso, de acordo com um contexto, dado por um sistema de abstração e hipóteses, mas não qualquer determinação. Pois, pode haver o caso em que o nativo pode assentir (ou dissentir) a “Gavagai” onde o linguista pode dissentir do (assentimento) a “Coelho”. Como Gibson (2004, p. 192) explica:

O linguista em nossa história, espírito prático que é, sabe nada de *stimulus meaning*, com seu padrão de terminações nervosas ativadas. O linguista confia, sim, na psicologia e empatia da tribo para determinar se em algum contexto “Gavagai” é traduzível como “Coelho”.

Deste modo, a tradução implica a necessidade de envolver hipóteses de tradução, ou melhor, *hipóteses analíticas*⁷², como Quine denomina, e um sentimento de empatia⁷³. No entanto, a utilização dessas hipóteses não é totalmente segura

⁷² Quine faz uso das *hipóteses analíticas* como ferramentas de trabalho para realizar traduções, todavia não de palavras ou construções individuais, mas de traduções de discursos coerentes. Ou seja, as *hipóteses analíticas* põem em comparação uma palavra ou construção indígena com um hipotético equivalente na língua a que se pretende traduzir. Dessa forma, o método das hipóteses analíticas é uma maneira de conseguir com que a própria linguagem lhe catapulte a uma linguagem nativa. Assim, ao estabelecer analogias entre as sentenças tomadas para traduzir e outras que não o são, essas hipóteses possibilitam a ampliação dos limites práticos da tradução mais além do âmbito no qual se pode encontrar evidência independente. No entanto, vale salientar que quando Quine usa o termo “analítico” ele faz referência a uma *analiticidade estimulativa*, isto é, há entre as *hipóteses analíticas* e as sentenças nativas uma “sinonímia estimulativa”, uma vez que se pode concluir que ambos são incitados pelos mesmos *stimulus meaning* (ver § 14 de WO).

⁷³ A palavra empatia não aparece em *Word and Object*, mas em escritos últimos de Quine, e ela possui papel não só na tradução, mas na própria aprendizagem da linguagem. A “empatia” pode ser entendida aqui como o princípio de caridade, pois para Quine se constrói a palavra do nosso vizinho heterofonicamente uma e outra vez, se por essa via nós vislumbramos uma forma de tornar a sua mensagem menos absurda, independente da sua implementação neural (OR, 1969, p. 46).

para ajudar na identificação das traduções, pois essas também estão baseadas sobre a tese de subdeterminação empírica e não resolve em princípio a indeterminação, na medida em que estão sempre condenadas a várias escolhas sistematicamente diferentes fazendo justiça a todas as disposições do comportamento verbal⁷⁴. As hipóteses analíticas somente esclarecem o significado e a referência em um caminho relativo, em ocasiões apropriadas de uso, no entanto não possibilitam tomar qualquer decisão determinada. Assim, por exemplo, na tese de indeterminação do significado, o sistema de hipóteses analíticas formulado traz diferentes traduções de um mesmo uso, isto é, são traduções que diferem em significado e não há um único critério que justifique que só uma delas é a correta. Desta forma, o significado continua indeterminado. O significado, *stimulus meaning*, não pode ser conhecido a não ser pelas disposições comportamentais das pessoas ao discurso, em uma dada circunstância e contexto, porém, mesmo assim, não há possibilidade de dizer qual é o certo ou errado. O que Quine parece afirmar é que sendo o *stimulus meaning* a única base que o linguista dispõe para decidir sobre a tradução dos diversos termos estudados na linguagem e a suas referências, ele conclui que é impossível escapar da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência⁷⁵.

Com respeito à referência, ela continua sendo inescrutável, pois o sistema de hipóteses analíticas formulado faz o mesmo uso de uma expressão com diferentes termos, propondo diferentes referências para a expressão (GIBSON, 1982, p. 69). Essa forma de indeterminação é caracterizada pela impossibilidade da referência ser investigada, pois não há nada na ostensão que possa distinguir o uso de um termo abstratamente ou concretamente, e os objetos a que esses termos se referem são muito diferentes nos dois usos.

Todo o problema da inescrutabilidade da referência é colocado por Quine na individuação, pois não se sabe onde cessa um “objeto” e começa outro pela simples ostensão (OR, 1969, p. 31). A simples técnica de apontar, que seria feita ao ensinar um termo geral concreto, por exemplo, na sentença “A grama é verde”, não difere do ato de apontar ao se ensinar um termo singular abstrato, na sentença “Verde é uma

⁷⁴ Cf. QUINE, *Ontological Relativity*, 1969.

⁷⁵ Cf. QUINE, *Word and Object*, 1960, § 12.

cor” (Ibid., p. 38), mesmo que os objetos referidos sejam totalmente diferentes. Assim, a ostensão torna-se ineficiente para decidir a questão da individuação. Além do mais, seguindo-a não se sabe qual a porção do mundo está sendo apontada. A própria referência se mostra comportamentalmente inescrutável.

Entretanto, pressupor um método de individuação não seria suficiente para clarificar absolutamente a indeterminação entre traduzir, por exemplo, “Gavagai” como ‘coelho’ ou ‘parte não destacada de coelho’ ou ‘fase de coelho’. Segundo Quine (WO, 1960, p. 31):

É importante pensar o que provoca o assentimento do nativo a “Gavagai?” como estimulações e não como coelhos. A estimulação pode permanecer a mesma ainda que o coelho seja substituído por uma imitação. De modo inverso, a estimulação pode variar em sua capacidade de incitar assentimento a “Gavagai” pela razão das variações em ângulo, de iluminação e o contraste de cor, ainda que o coelho permaneça o mesmo. Ao comparar experimentalmente os usos de “Gavagai” e “Coelho” o que se deve por em correspondência são as estimulações, não os animais.

Sendo assim, o significado e a referência, mesmo sendo conceituáveis em termos de comportamento, estão indeterminados, pois não há evidência comportamental para um único significado ou um único referente, isto é, as suposições feitas sobre quais objetos uma pessoa percebe ou ainda quais estímulos ela recebe não são determinados. Como Quine (WO, 1960, p. 72) afirma:

Não há dúvida de que sistemas rivais de hipóteses analíticas podem satisfazer perfeitamente a totalidade do comportamento linguístico, e podem satisfazer também a totalidade das disposições ao comportamento linguístico, especificando, pois a isso, traduções incompatíveis de inumeráveis sentenças não suscetíveis de controle independente.

Desta forma, o que acontece em uma tradução não é uma *identidade*, mas sim, uma *similaridade* de *stimulus meaning*.⁷⁶ Isto é, deve-se observar se tem ocorrido uma mesma estimulação, e se sim, há uma semelhança comportamental

⁷⁶ Quine até fala de “sinonímia estimulativa” em *Word and Object* para caracterizar a similaridade de *stimulus meaning*, entretanto é necessário compreender que o sentido da palavra “sinonímia” não é a de identidade de significados, de significação, já que ele rejeita essa noção como foi apresentado na seção 1.3.1. Para aceitar tranquilamente a sinonímia, Quine a identifica como uma semelhança de *stimulus meaning*, a saber, uma sentença se diz “estímulo-sinônima” com outra para um falante num tempo *t*, quando os *stimulus meaning* de ambas para o falante, em *t*, são idênticos. Estes *stimulus meaning* não servem de modo algum como definição de “significado”, mas são a única base objetiva de que dispõe o linguista para realizar uma tradução radical e decidir sobre a referência (WO, 1960, p. 46). A “sinonímia” para Quine torna-se uma aproximação comportamental, que é confirmada ou refutada de acordo com uma dada experiência.

entre as traduções. No entanto, não há nenhuma garantia para sustentar que ela é certa ou errada⁷⁷. Duas sentenças, então, são sinônimas para um falante se e somente se elas têm para ele o mesmo valor de assentimento, e essa identidade se deve exclusivamente ao uso que se faz dessas sentenças, e não ao modo como as coisas acontecem no mundo (WO, 1960, p. 62).

Assim sendo, o que garante que os falantes de uma língua se entendam é a noção de semelhança, no sentido de aproximação, de *stimulus meaning*. “O que nos interessa é seu uso linguístico, socialmente manifestado, e, então, suas respostas a condições normalmente submetidas a um dispositivo social” (WO, 1960, p. 31). Logo, o que aprovaria uma semelhança entre os *stimulus meaning* é a ocorrência de um mesmo comportamento ao se expressar a mesma sentença ou ainda sentenças diferentes⁷⁸.

Entretanto, o exemplo de “Gavagai”, de acordo com Quine, é o melhor exemplo para descrever a inescrutabilidade de termos, não de indeterminação da tradução de sentenças, apesar de ter uma relação indireta sobre a indeterminação da tradução⁷⁹. Para Quine, “Gavagai” como uma sentença tem uma tradução que está somente ao alcance de sinonímia de estímulos; para as sentenças ocasionais ‘coelho’, ‘fase de coelho’, e ‘parte não destacada de coelho’ são estímulos sinônimos e holofrasticamente permutáveis (RIT, 1970, p. 182).

⁷⁷ Gibson traz esse problema ao dizer “Ao ocupar-se com *stimulus meaning* dirige-se [o linguista] ao nível teórico. Isso dá a impressão que faz sentido dizer que o *stimulus meaning* do linguista para ‘Coelho’ é aproximadamente o mesmo *stimulus meaning* do nativo para ‘Gavagai’. Em *The Roots of Reference*, Quine chama isto de uma pretensão de homologia. Mas, existe uma circunstância que estraga. Deixemo-nos assumir que a tradução de ‘Gavagai’ como ‘Coelho’ tem sido sustentada por testes. O que o sentido teórico pode fazer ao declarar que o *stimulus meaning* do nativo para ‘Gavagai’ é aproximadamente o mesmo *stimulus meaning* do linguista para ‘Coelho’? Não muito, pois *stimulus meaning* é definido relativo a uma rede nervosa do indivíduo, e de modo algum duas pessoas compartilham redes nervosas” (GIBSON, 2004, p. 192). E mais adiante ele afirma: “Resumidamente, o *stimulus meaning* do nativo para ‘Gavagai’ é colocado, e a empatia do linguista com a situação perceptual do nativo é acrescentada. A questão de homologia é uma inútil retribuição” (GIBSON, 2004, p. 193). A alternativa elaborada por Gibson para sair desse problema em Quine seria dada através da noção de “empatia”, pois esta noção parece ser o que domina a aprendizagem da linguagem, tanto no campo de uma criança, quanto no do linguista, e parece ser esta empatia que guia o linguista na formulação de suas hipóteses analíticas, concebidas por Gibson como não fatuais.

⁷⁸ Não se pode deixar de ressaltar que os *stimulus meaning* afirmativos e negativos de uma sentença se excluem um ao outro, e não se determinam um pelo outro, “pois se pode supor que muitas estimulações não pertençam a nenhuma das duas classes. Em geral, portanto, a comparação de todos os *stimulus meaning* será a melhor base de tradução do que a mera comparação de *stimulus meaning* afirmativos” (WO, 1960, p. 33).

⁷⁹ O argumento para a indeterminação é o da subdeterminação (ver Quine, *On the Reasons for Indeterminacy of Translation*, 1970).

Com isso, deve-se reconhecer os *stimulus meaning* como a realidade objetiva que o linguista tem de indagar quando se dedica a tarefas de tradução, por mais que eles deixem de cumprir certos requisitos postos a significação. Segundo Quine (WO, 1960, p. 40):

Se [o linguista] traduz “Gavagai” por “Coelho” apesar das discrepâncias entre os *stimulus meaning* antes imaginados, ele faz assim porque os *stimulus meaning* parecem coincidir em grau predominante, enquanto que as discrepâncias, na medida em que se consegue identificá-las, parecem suscetíveis de eliminação, ou desprezíveis ao menos, como efeitos de interferências imprecisas.

Todavia, deve ficar claro que a indeterminação está em toda parte, pois naturalmente, apenas uma pequena parte das elocuições de um falante relata uma estimulação externa concomitante, como é o caso das sentenças observacionais. Além do mais, apelar aos estados mentais é de nenhuma utilidade para superar a indeterminação, posto que a indeterminação aplica-se também aos estados mentais. E se, assim como Quine, se quer compreender o significado e a comunicação, não se deve voltar para dentro, em direção aos estados mentais, mas para o exterior, para o que é publicamente observável⁸⁰. Para Quine: “Está claro, como antes, que quanto mais firmes sejam os vínculos diretos de uma sentença com uma estimulação não verbal, tanto menos drasticamente poderão divergir suas traduções nos vários manuais” (WO, 1960, p. 27).

O único caminho que poderia solucionar a questão, conforme Quine, seria fixar na língua nativa partículas e construções gramaticais, como plurais, pronomes, numerais, o “é” de identidade, termos como “alguns” e “outros” (GIBSON, 1982, p. 71). Assim, o linguista conseguiria traduções não equivocadas para tudo, porém, para se chegar a isso, seriam necessárias muitas escolhas arbitrárias, ainda que inconsciente⁸¹.

⁸⁰ Segundo Follesdal, em seu artigo *Indeterminacy and Mental States* (1990), não é o fisicalismo nem a rejeição de estados mentais, o melhor argumento para justificar a indeterminação, mas sim, a publicidade da linguagem, isto é, o caráter behaviorista da linguagem. Follesdal identifica isso em Quine, uma vez que ele o defende contra as argumentações de Searle. Follesdal não recai no problema de aceitar ou não estados mentais, pois mesmo aceitando-os a indeterminação não deixa de existir. Assim, o que ele faz é dar ênfase ao aspecto behaviorista e não ao fisicalista da linguagem, diferente de Hylton (2007), e semelhante a Gibson (1982).

⁸¹ Cf. QUINE, *Epistemology Naturalized*, 1969.

2 A CRÍTICA DE CHOMSKY E A DEFESA DE GIBSON AO BEHAVIORISMO QUINEANO

2.1 Introdução

Um dos principais críticos da proposta behaviorista de Quine é Noam Chomsky. Este autor não estava contente com os posicionamentos behavioristas e repudia não só o behaviorismo quineano, mas também o skinneriano. De acordo com ele, seria necessário fazer uma revisão da psicologia behaviorista, a partir de sua visão internalista, para assim o behaviorismo poder ser aceito nos estudos sobre a linguagem. Isso porque o behaviorismo cria a ilusão de uma teoria científica com um amplo alcance.

Chomsky apresentou críticas ao trabalho de Quine já em seu livro *Language and Mind* (1968), no qual defende que a linguagem pode ser interpretada como parte da psicologia, mas deve ser compreendida como uma tese sobre a mente/cérebro. Todavia, é em seu artigo *Quine's Empirical Assumptions* (1969) e no seu livro *Reflections on Language* (1975), que Chomsky elabora detalhadamente as suas críticas a Quine. Estas críticas estão centralizadas na afirmação de que o sistema filosófico quineano é inconsistente e incoerente. Os principais argumentos Chomsky contra Quine se dirigem as duas supostas fases que ele encontra nos seus escritos, nos quais identifica um Quine em 1960, que defende um behaviorismo na linguagem, e outro a partir de 1969, principalmente em *The Roots of Reference* (1974), que defende um mentalismo na linguagem.

Essa interpretação parece colocar em “xeque” o caráter behaviorista da linguagem defendido por Quine e, abre portas para tantas outras críticas que questionam se Quine realmente conseguiu atingir seu objetivo de propor que a linguagem é uma “arte social” adquirida pelas disposições de fala das pessoas através da observação do comportamento, principalmente por meio do “estímulo” e da “resposta social”. De acordo com Chomsky, esses conceitos não são bem definidos e é o que possibilita sérias críticas à concepção de Quine, dado que não se sabe o que é considerado como um estímulo – se todo o evento físico ou não – e nem o que é tido como uma resposta – qual parte do comportamento é qualificada como uma resposta.

Entretanto, em meio a essas críticas, Roger Gibson se posiciona a favor de Quine e elabora uma defesa as alegações feitas por Chomsky. Esta defesa é encontrada no quarto capítulo de seu livro *The Philosophy of W. V. Quine: An Expository Essay* (1982). Neste livro Gibson investiga não só o sistema filosófico de Quine, suas teses e doutrinas, mas também, a proposta de Chomsky a fim de verificar se ela é suficiente para refutar a teoria behaviorista da aquisição da linguagem quineana. O que se pode adiantar é que Gibson até aceita que é possível identificar duas fases no trabalho de Quine, porém elas não são inconsistentes e o conflito entre elas, apontado por Chomsky, é mais aparente do que real. Além disso, este comentador destaca que é essencial sustentar uma concepção “naturalista-behaviorista” da linguagem em Quine, visto que ela é central para entender todo o seu sistema filosófico. Isso quer dizer que ela é indispensável na busca de uma compreensão correta e sistemática de todas as teses e doutrinas quineanas.

O interesse deste capítulo está em contrapor as duas interpretações acerca da concepção behaviorista da linguagem de Quine, para então, no terceiro capítulo fazer uma análise sobre essas interpretações e extrair delas contribuições que explicitem e fortaleçam a posição adotada por Quine. No que segue para este capítulo, na primeira seção dedica-se em apresentar as alegações que Chomsky elabora contra Quine, conjuntamente com a sua perspectiva inatista da linguagem. Na seção 2.3, é exposto os argumentos que Gibson utiliza para defender a posição de Quine e rebater Chomsky.

2.2 A crítica de Chomsky: incoerência e inconsistência em Quine

Quine rejeita, como foi visto no primeiro capítulo, a doutrina mentalista que atribui e dá ênfase a um sistema de regras gramaticais inconscientes a um falante. Ou seja, Quine pensa ser um erro sustentar que uma fala, por exemplo, em português, possa ser dada por um sistema de regras controlado inconscientemente, o qual está, de algum modo, implícito na mente do falante. É errôneo, pois, não há um “critério de clarificação” suficiente para defender essa “doutrina enigmática”. Ao correlacionar as teorias de Chomsky e Quine nota-se que o primeiro defende um conjunto de regras inatas ao ser humano, enquanto que o outro reconhece que a linguagem é adquirida pelas disposições comportamentais observadas em um contexto. Chomsky (1975, p. 180), em uma de suas respostas a Quine afirma: “o que Quine questiona é minha ‘noção intermediária de regras como uma atenção sem articulação’”⁸², o que parece não oferecer qualquer ameaça a todo o esquematismo proposto por Chomsky.

Esses dois filósofos, Chomsky e Quine, não concordam com a posição adotada por cada um. Em meio a isso, Chomsky faz críticas contundentes ao trabalho Quine, afirmando que este filósofo tem poucos casos concretos e relevantes que possam ser discutidos, uma vez que em boa parte dos seus trabalhos ele possui sérios problemas sofrendo até de incoerência.

Em seu artigo *A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior* (1959), Chomsky chama a atenção para as dificuldades que surgem na teoria de Skinner ao defender um behaviorismo na linguagem. Skinner pensava que o seu sistema descritivo, classificado em termos de reforço do comportamento, era superior por seus termos serem definidos com respeito a operações experimentais e que a sua análise seria concebida como um progresso sobre as formulações tradicionais em termos de referência e significado. Essa posição, de acordo com Chomsky, é uma ilusão, pois ela é fundamentalmente a mesma que a tradicional, embora com menos cuidado ao ser expressa. As dificuldades encontradas por Chomsky em Skinner podem ser

⁸² Há um grande debate entre Chomsky e Quine em vários textos, nos quais um responde as críticas do outro. Porém, o objetivo desta seção é apresentar somente as críticas que Chomsky elabora a Quine, e dar uma breve apresentação do que ele entende por “gramática”, “sistemas de regras” e de como ele sustenta uma posição inatista para a aprendizagem da linguagem.

aplicadas, conseqüentemente, a Quine, pois, como foi apresentado no primeiro capítulo, a base da concepção behaviorista da linguagem de Quine está no programa behaviorista de Skinner⁸³. Chomsky (1959, p. 563) declara:

Pelo que a aquisição da linguagem está preocupada parece claro que reforço, observação casual, e curiosidades naturais (ligada a uma forte tendência a imitar) são fatores importantes, como é a notável capacidade da criança generalizar, supor, e “processar informação” em uma variedade de caminhos aparentemente especiais e altamente complexos os quais nós podemos ainda descrever ou começar a entender, e os quais podem ser basicamente inatos, ou podem desenvolver-se através de algum tipo de aprendizagem ou maturação do sistema nervoso.

Chomsky com essa afirmação quer destacar que a proposta behaviorista (estímulo – resposta – reforço) é importante, porém não é uma condição necessária e suficiente para dar conta da aquisição da linguagem e da manutenção do comportamento, e Quine seguindo esta proposta incorre nos mesmos problemas que Skinner. Segundo Chomsky, é necessário postular entidades mentais, determinadas e desenvolvidas geneticamente, sem aprendizagem, as quais são caracterizadas abstratamente por uma gramática, esta sim, considerada como um componente do comportamento de um falante e ouvinte (CHOMSKY, 1959, p. 577).

Em *Reflections on Language*, Chomsky (1975) observa que propostas para resolver os problemas (de aquisição da linguagem) têm sido desenvolvidas na literatura da gramática generativa desde o início, e pensa que elas estão corretas em princípio, ainda que algumas vezes seja difícil aplicá-las na prática. E a proposta do behaviorismo, que não segue uma gramática gerativa, não dá conta da aquisição e da manutenção da linguagem (CHOMSKY, 1975, p. 180).

⁸³ Para Chomsky o psicólogo Skinner possui problemas ao sustentar seu programa, pois além de não possuir uma boa definição para os termos - “estímulo”, “resposta”, “reforço” e “privação” que ele utiliza e que defende como sendo os elementos que marcam o behaviorismo -; a declaração de que seu sistema possibilita uma predição do comportamento verbal é também falsa (CHOMSKY, 1959, p. 551 – 553). Segundo Chomsky, “nós devemos interpretar eles [os termos] como meras paráfrases para o vocabulário popular comumente usado para descrever comportamento e como tendo nenhuma conexão particular com expressões homônimas usadas na descrição de experimentos de laboratório” (Ibid., p. 556). A declaração de Skinner de que todo comportamento verbal é adquirido e mantido através do reforço é vazia, pois sua noção, afirma Chomsky, não tem conteúdo claro, funcionando somente como um pretexto termo, descoberto ou não, que é associado à aquisição ou manutenção do comportamento verbal. A proposta de Chomsky nesse artigo foi demonstrar que os termos da psicologia experimental assumidos por Skinner perdem seus significados objetivos com sua extensão, e levam a uma completa vagueza da linguagem ordinária, dado que a fonte da “força” deste behaviorismo é quase um total mistério. É claro que o reforço joga um papel significativo, mas faz isso através de uma variedade de fatores motivacionais sobre os quais nada seriamente é reconhecido no caso dos seres humanos (Ibid., p. 563).

Após essa discussão preliminar deve-se observar como Chomsky arma seu ataque a posição de Quine, já tendo mais ou menos uma noção do que ele compreende por behaviorismo e os motivos que parecem tê-lo levado a elaborar suas críticas. Assim, apresentam-se detalhadamente as alegações que ele faz à concepção behaviorista de Quine. Para explicá-las utiliza-se como referência o seu artigo *Quine's Empirical Assumptions*⁸⁴ e, principalmente, o seu livro *Reflections on Language*, pois é neste livro que Chomsky as apresenta organizadamente e afirma que existem dois Quines: um em 1960, que defende o behaviorismo na linguagem; e outro de 1969 em diante, que passa a defender uma espécie de mentalismo em suas teorias. Se Chomsky está certo, então, Quine possui duas fases relativas ao estudo da linguagem que se contradizem, o que demonstra inconsistência em seus trabalhos.

Segundo Chomsky (1969) a posição do Quine de 1960 caracteriza-se por defender que a linguagem é uma rede de sentenças diferentemente associadas uma a outra e a estímulos não verbais pelo mecanismo de resposta condicionada a partir de três mecanismos: (1) as sentenças podem ser aprendidas por “condicionamento direto” a estimulações não verbais apropriadas, a saber, por emparelhamento repetido de uma estimulação e uma sentença sobre condições apropriadas; (2) sentenças são aprendidas por associação de sentenças com sentenças; (3) novas sentenças podem ser produzidas por “síntese analógica”. Porém, ao estabelecer esses métodos de aquisição da linguagem Quine não foi capaz de exemplificar e deixar claro o que ele entende pela noção de “síntese analógica”, pois apresentou um único exemplo, um caso de substituição de uma palavra por outra (‘mão’ e ‘pé’)⁸⁵ em um dado contexto, sem maiores explicações, o que deixa em aberto o modo como se realiza esse método. E, deste modo, nada parece ser perdido ao dispensar este último método (CHOMSKY, 1969, p. 56).

Nessa primeira fase Quine também defende, de acordo com Chomsky, que a aprendizagem envolve uma propriedade pré-linguística de espaço – “espaço qualitativo” -, com uma medida distância construída experimentalmente, a qual é identificada com as estimulações que são exploradas e marcadas pelos testes

⁸⁴ Este é um dos primeiros artigos no qual Chomsky elenca as críticas que faz a Quine e é o precursor do que ele apresenta em seu livro *Reflections on Language* (1975).

⁸⁵ Cf. QUINE, *Word and Object*, 1960, p.9.

comportamentais - condicionamento e extinção - que determinam o conteúdo da teoria de linguagem.

Chomsky acredita que ao defender a linguagem dessa forma Quine parece determinar que as “teorias” podem ser caracterizadas também dessa maneira, assim como todo o conhecimento, pois ele parece usar os termos “linguagem” e “teoria” de modo permutável. Mas, há dificuldades ao se aceitar isso, pois não se sabe ao certo como estabelecer a relação entre linguagem e teoria, dado que ambos são sistemas distintos. Ainda, de acordo com Chomsky, a afirmação quineana de que a linguagem é “um complexo de disposições presentes ao comportamento verbal, no qual os falantes da mesma linguagem necessariamente assemelham-se um ao outro” também é vazia ou errada, dependendo de como são introduzidas às “situações” (CHOMSKY, 1975, p. 198).

Além disso, Chomsky ainda afirma que Quine faz um mau uso da noção de “disposição”, principalmente quando ele propõe que a *sinonímia* consiste em semelhança comportamental aproximada sobre o ouvinte; o que Chomsky pensa ser insustentável. Para este, a concepção de “disposição” não possibilita a comparação entre as declarações e nem sustenta que seus efeitos são similares aos dos ouvintes para possibilitarem uma predição sensível para uma próxima declaração. Ele afirma: “Tudo isto está muito bem para tentar referir observações sobre significado, atos de fala, e assim por diante ao comportamento, mas não a custo de precisão fatural” (CHOMSKY, 1975, p. 195).

Quine parece também querer evitar uma multidão de problemas ao mudar a sua base da “totalidade de disposições de fala” para *stimulus meaning*, isto é, para disposições a assentir ou a dissentir em uma situação determinada. Entretanto, para Chomsky, isso só torna mais difícil determinar o que Quine quer dizer com “disposição” ou “linguagem” (CHOMSKY, 1969, p. 59). Segundo este autor é possível fazer sentido de uma noção de sinonímia, mas não analisando diretamente disposições. Todavia, isso não implica que as “disposições” sejam descartadas, mas sim que Quine as interpreta erroneamente⁸⁶. Os significados de expressões

⁸⁶ Quine sustenta que ao conceber a linguagem a partir de “disposições de fala” surge o problema de “indeterminação da tradução”, isto é, manuais para traduzir uma linguagem à outra podem ser estabelecidos em caminhos divergentes, todos compatíveis com a totalidade das disposições verbais, mas incompatíveis um com o outro. Apesar de Chomsky concordar com a tese de indeterminação, ele defende que Quine possui problemas ao interpretar o termo “disposição” e não é o fato de sustentá-lo

linguísticas, então sinônimas, não podem ser caracterizados em termos de condições de uso ou efeitos sobre os ouvintes, por isso é crucial distinguir “língua” de “fala”, e “competência” de “performance”. Para Chomsky, “performance pode fornecer evidência sobre competência, como uso pode fornecer evidência sobre significado” (Ibid., p. 65).

Já, a posição do Quine de 1969 em diante é caracterizada por Chomsky pelas afirmações que Quine faz de que: (1) o mecanismo de condicionamento é insuficiente para explicar toda a aprendizagem da linguagem e é incapaz levar adiante na linguagem; (2) a gramática gerativa é, principalmente, o que distingue a linguagem dos sistemas de comunicação subumanos; (3) existem ainda estruturas inatas desconhecidas, além do mero espaço qualitativo, que são necessárias a aprendizagem da linguagem, visto que ela repousa além da ostensão ou indução; (4) qualquer mecanismo inato de competência da linguagem seria bem recebido se ele puder ser feito inteligível e plausível (CHOMSKY, 1975, p.199). Uma posição bem diferente do que defendia em 1960, quando Quine seguia o exemplo de Skinner.

As duas posições de Quine, então, parecem se contradizer. Isto é, em *Word and Object* (1960) Quine afirma que a maior parte da linguagem é adquirida pelo método de condicionamento direto, enquanto que em passagens posteriores, principalmente em *The Roots of Reference* (1974), ele afirma que este método não é suficiente e que é necessário estabelecer um mecanismo inato adicional. Chomsky (1975, p. 193), completa afirmando:

Mas, isto é totalmente falso [que as crianças aprendem a maior parte de suas sentenças por ouvir e imitar] o que alguém pode fazer é admirar-se de que maneira Quine pode ter isso em mente, e particularmente como em outras partes ele observa corretamente que uma linguagem é um sistema infinito caracterizado por uma gramática generativa, e mais adiante, que o condicionamento, indução, e ostensão não são suficientes para a aprendizagem da linguagem.

que a tese de indeterminação se torna possível. De acordo com Chomsky (1969, p. 58), pode-se sair desse problema de limitar a linguagem e conhecimento a esse termo vago [“disposição”] ao assumir que existe uma “gramática universal” como uma propriedade inata da mente, e que este dado sistema de regras e princípios determina a forma e o significado de muitas sentenças infinitamente da base experiencial que é a nossa base avaliável.

Para Chomsky não há possibilidade alguma de reconciliar as duas fases. Pois, se o condicionamento é insuficiente para explicar a aprendizagem da linguagem, como Quine afirmou em 1969, então, a linguagem não é uma rede de sentenças e estímulos associados por resposta condicionada como defendido em 1960, e as sentenças não são aprendidas pelos três mecanismos propostos em *Word and Object*. Além disso, se a gramática gerativa é essencial para a linguagem humana, então, novamente, se deve abandonar o que foi dito anteriormente, pois ela não pode ser descrita nem como uma rede de sentenças e estímulos associados pelo condicionamento, nem como um complexo de disposições à resposta. E se mecanismos inatos de complexa arbitrariedade são permissíveis, não existe razão para determinar qualquer lugar especial para estruturas dimensionais tais como o “espaço qualitativo” e nem para as estruturas determinadas pelo condicionamento diferencial e testes de extinção (CHOMSKY, 1975, p. 199).

Nas palavras de Chomsky (1975, p. 192):

Uma linguagem, Quine defendeu, é um “complexo de disposições presentes ao comportamento verbal”. Se nós supomos que um conjunto complexo de disposições pode ser representado como um grupo de probabilidades para declarações em certas circunstâncias específicas – uma suposição que Quine aparentemente aceita – nós ficamos diante de uma série de problemas como eu citei. Nenhum caminho de designar probabilidades para declarações sobre áreas empíricas relativas a situações parecem oferecer qualquer esperança de salvar a caracterização de Quine da linguagem como um complexo de disposições ao comportamento verbal.

O erro em Quine, segundo esse autor, persiste no fato de ele, em todo o decorrer de seus trabalhos, acreditar que a criança aprende a maior parte da linguagem por ouvir os adultos e os imitar, isto é, a partir do método de reforço e extinção. O próprio conceito de “reforço” usado por Quine é reduzido a um estreito vazio, visto que ao dizer que a aprendizagem requer reforço, fica muito próximo ao dizer que a aprendizagem não pode proceder sem dados. E como Chomsky (1969, p. 56) escreveu em seu artigo *Quine’s Empirical Assumptions*: “Em geral, a invocação de ‘reforço’ serve somente como uma função ritualista em tais discussões como essas, e alguém pode seguramente desconsiderar isso na tentativa de determinar o conteúdo real do que está sendo proposto”.

A incompatibilidade dessas duas fases gera contradições no trabalho de Quine. Devido a isso, Chomsky garante que ele é incoerente, tanto com relação aos métodos de aquisição da linguagem, quanto à maneira como ele concebe a

linguagem (CHOMSKY, 1969, p. 57). Pois, ao defender que a linguagem é um grupo infinito de sentenças, então ela não pode estar somente relacionada ao simples método de ouvir e imitar, método este que propõe a linguagem como uma rede finita de sentenças associadas, pois só são consideradas as sentenças sobre as quais uma pessoa tem sido exposta. Com isso ainda é possível afirmar que “se a linguagem é um complexo de disposições a responder sobre um conjunto normal de circunstâncias, ele não seria somente finito (salvo incluindo todas as linguagens), mas também extremamente pequeno” (CHOMSKY, 1975, p. 194).

Chomsky alega, ainda, que noções como “analogia” e “generalizações” não conduzem a um entendimento claro das capacidades humanas cognitivas, ao menos no domínio da linguagem. Pois, embora seja possível que algumas expressões sejam bastante similares, diferindo minimamente em uma característica fonológica, os falantes da linguagem podem entendê-las em caminhos muito diferentes, ignorando analogias óbvias (CHOMSKY, 1975, p. 142).

Ainda, para Chomsky o conhecimento da linguagem perde pouco, ou quase nada, se o terceiro método proposto por Quine, síntese analógica, for omitido (CHOMSKY, 1969, p. 56). Quando Quine defende a proposta behaviorista em 1960, ele está apenas dando outro nome para o débil verificacionismo, pois Quine define o behaviorismo meramente como um critério que deve ser expresso em termos observacionais e que suposições devem eventualmente fazer sentido em termos de observação externa (CHOMSKY, 1975, p. 199)⁸⁷.

As argumentações de Chomsky contra Quine não param por aqui, pois ele sustenta ainda que Quine não somente apresenta contradições em suas duas fases, mas que em 1969 ele abandona quase completamente o behaviorismo que afirmava em 1960. Isso, pois, Chomsky identifica noções “racionalistas” nos últimos trabalhos de Quine, quando este admite que estruturas inatas, ainda desconhecidas, são

⁸⁷ Em seu livro *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente* (2002) Chomsky parece retomar esse ponto quando alega que Quine comete um erro ao defender que a evidência difere em seu caráter epistemológico, noção esta insustentável. Chomsky afirma: “A evidência não se apresenta como o rótulo ‘para confirmar teorias’ (‘evidência psicológica’) [que ele alega ser a de Quine] ou ‘para propósitos de ‘simplicidade ou traduzibilidade geral’ (‘evidência linguística’). Trata-se apenas de evidência, boa ou má, que convence ou não convence, dada na estrutura teórica na qual pode ser interpretada para os propósitos de incrementar ou confirmar hipóteses” (CHOMSKY, 2002, p. 112). Assim, por exemplo, não é possível admitir que uma criança confie na evidência, uma vez que a criança não tem experiência relevante para determinar uma expressão. Chomsky identifica uma pobreza de estímulos, pois estes não dão conta da linguagem.

necessárias para esclarecer a aprendizagem da linguagem. Segundo Chomsky, Quine, a partir de 1969, parece ampliar os seus procedimentos de aquisição da linguagem em busca de teorias mais ricas e adequadas que permitam a utilização de estruturas inatas que não sejam incompatíveis com os dados, mas que vão além do método de condicionamento.

Chomsky (1975, p. 200) afirma que em Quine:

Seu “empirismo” ou “behaviorismo” evidentemente receberá qualquer consideração desses dotes inatos contanto que conjecturas “possam eventualmente ser compreendidas em termos de observação externa”. Deste modo, seu “behaviorismo” ou “empirismo externalizado” pode certamente acomodar minha alternativa “racionalista”⁸⁸.

Chomsky (1975) não supõe qualquer razão para que haja diferença em aprender termos observacionais - por condicionamento principalmente - e outros que envolvam outros aspectos da aprendizagem da linguagem. Isso, pois, propensões inatas e disposições são à base do behaviorismo, como também são para posições racionalistas.

Assim, Chomsky (1975, p. 204) afirma que a mais “nova doutrina” de Quine envolve asserções empíricas do tipo mais duvidoso:

Eu tenho discorrido longamente sobre o assunto porque eu acredito que o problema de escolher entre sistemas de caráter geral de R e E [racionalista e empirista], ou alguma doutrina combinada, é um assunto muito significativo. Eu tenho argumentado em outra parte (por exemplo, Chomsky, 1965), que estas duas tentativas de aproximação expressam as idéias principais de especulações racionalistas e empiristas. Quine acredita que pouco está em jogo, mas pelas razões explicadas, eu penso que ele está errado.

Deste modo, Chomsky pensa que por apontar essas concepções opostas e explorar elas à luz da pesquisa empírica, é possível mover-se, como um racionalista, rumo a uma solução aos problemas postos com referência a natureza e aquisição de estruturas cognitivas. Em outra passagem, em escrito posterior a *Reflections on Language*, Chomsky (2002, p. 184) reforça:

⁸⁸ A alternativa racionalista proposta por Chomsky propõe construir uma teoria de aprendizagem do senso comum a partir da postulação de um esquematismo inato a mente, que é refinado e articulado pela experiência (CHOMSKY, 1975, p. 146). Segundo Chomsky, Quine, a partir de 1969, aceita certos mecanismos inatos que podem identificar uma mudança de um empirismo, defendido por ele anteriormente, para os moldes propostos por Chomsky de um racionalismo.

O behaviorismo de Quine é uma variação dessa forma de dualismo⁸⁹. O autor argumenta que “a abordagem behaviorista é obrigatória” (Quine, 1990, p. 37) para o estudo da linguagem porque, ao adquirirmos a linguagem, “dependemos estritamente de um comportamento aberto em situações observáveis” (ibidem, p. 38). Por um argumento semelhante, a abordagem nutricionista é obrigatória em embriologia porque, na passagem de um embrião ao estado maduro, o organismo depende estritamente da nutrição fornecida de fora; da mesma maneira que os linguistas precisam ser behavioristas, os biólogos precisam ser nutricionistas, restringindo a si mesmos à observação dos *inputs* nutricionais. A falácia deste último argumento é aparente; a mesma falácia mina o primeiro também. Apenas assunções dualistas radicais permitem que a questão seja até mesmo discutida. Talvez o real estudo da linguagem seja conceitualmente válido, mas, a fim de estabelecer isso, não é suficiente exigir que o linguista abandone a pesquisa naturalística – como fazem Quine e seus seguidores – e adote preceitos arbitrários, a não ser por seus antecedentes históricos, de todo irrelevantes.

O único ponto a ser salvo das teorias de Quine, de acordo com Chomsky, é com respeito ao problema da indeterminação da tradução, isto é, quando ele afirma que sempre existirão teorias distintas que são compatíveis com todas as evidências à mão. Para Chomsky, entretanto, a indeterminação da tradução caracterizada por ele é trivial, já que a falta de base empírica é normal quando se trata da linguagem; e a ênfase dada a essa observação foi exagerada por Quine, dado que qualquer um ao realizar uma pesquisa empírica sabe que há uma subdeterminação das teorias pela evidência, e que por este fato não é possível determinar uma teoria como sendo certa e a outra errada. Em seu livro, *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*, Chomsky deixa bem claro que nada pode ser ressuscitado da estrutura de Quine, até onde ele pode entender, ainda que algumas de suas conclusões – em particular com relação ao ‘holismo do significado’⁹⁰ – possam se tornar verdadeiras (CHOMSKY, 2002, p. 123).

⁸⁹ A forma de dualismo que Chomsky se refere é a que aparece na discussão da aquisição da linguagem que versa o debate sobre o ser “inato” ou sobre a “hipótese do ser inato”. Para Chomsky Quine é dualista nesse sentido, pois embora seu estudo acerca da aquisição da linguagem é fundamentado pelo aspecto comportamental, Quine não deixa de postular certos mecanismos inatos, por isso pode ser identificado em sua última fase aspectos racionalistas. Logo, Chomsky acredita que não há nada no estudo de outros organismos ou aspectos de humanos que não caia na categoria descritiva tradicional do “mental” (CHOMSKY, 2002, p. 186). Ver também: Chomsky, 1987.

⁹⁰ A interpretação sobre a tese do “holismo do significado” de Chomsky é a seguinte: segundo a tese do holismo do significado não há entidades “reais psicológicas” para serem designadas como “significados” que garantam uma identificação, a referência é completamente determinada apenas em bases holísticas. Além disso, Chomsky acredita que as questões de conexões semânticas em linguagem natural ainda precisam ser estabelecidas pelo estudo empírico, porém que até o presente momento não há, logo a evidência parece ainda apoiar a sua existência (CHOMSKY, 2002, p. 132).

É por todas essas razões apresentadas que Chomsky declara que Quine tem dado formulações contraditórias de sua compreensão sobre a aquisição da linguagem, incluindo formulações inconsistentes. Por isso, deve-se ter cuidado ao identificar qual versão dessas compreensões deve ser considerada (CHOMSKY, 1987, p. 183). Com efeito, este filósofo-linguista formula uma perspectiva antbehaviorista para a aquisição da linguagem. Para se ter uma breve noção do quanto Quine e Chomsky se contrapõem a subseção seguinte apresenta a posição inatista de Chomsky.

2.2.1 Fundamentos da teoria de Chomsky sobre a aprendizagem linguística

Chomsky, sendo um internalista, pensa que existem certas características inatas e universais dentro do que ele propõe como “gramática gerativa”⁹¹. A partir disso, ele faz as seguintes perguntas sobre a origem do conhecimento da linguagem: “Qual estrutura inicial deve ser atribuída à mente que possibilita a construção de uma gramática a partir dos dados dos sentidos?” (CHOMSKY, 1972, p. 79), ou ainda: “Como nós ganhamos tais sistemas ricos de conhecimento, dado somente nossas fragmentárias e empobrecidas experiências?” (Idem, 1975, p. 5). Se o objetivo é esperar que se entenda a linguagem humana e as capacidades psicológicas sobre as quais ela repousa, deve-se primeiro se perguntar o que ela é, e não como ou para quais propostas ela é usada.

Assim, Chomsky assume que uma das faculdades da mente é a faculdade da linguagem, que serve a duas funções básicas de teoria racionalista: “ela fornece um sistema sensorio para a análise preliminar dos dados linguísticos, e um esquema

⁹¹ Segundo Chomsky o termo “gramática” é frequentemente usado ambigualmente para referir o sistema internalizado de regras e a descrição do linguista sobre ele, pois ela é uma representação em termos de propriedades fonéticas, semânticas e sintáticas. Entretanto, “gramática” em seus trabalhos deve ser entendida como um sistema de regras que especifica a relação de som-significado para uma dada linguagem, ou seja, ela é um grupo de leis e princípios que determinam um grupo de sentenças com forma fixa e significado determinado. Essa gramática também pode ser chamada de “gramática gerativa”, já que se pode dizer que a gramática de uma linguagem gera um grupo infinito de “descrições estruturais”, sendo cada descrição um objeto abstrato de um tipo que determina um som particular, um significado particular, gerando assim as expressões de dada linguagem (CHOMSKY, 1972, p. 104). Chomsky ainda acredita que essa gramática é uma realização peculiarmente humana.

que determina, minuciosamente, certa classe de gramática” (CHOMSKY, 1975, p. 12). “A faculdade da linguagem pode perfeitamente ser considerada um ‘órgão da linguagem’, no sentido em que os cientistas falam do sistema visual, do sistema imunológico ou do sistema circulatório como órgão do corpo” (Idem, 2002, p. 31), dado que a linguagem não se adquire pelo ambiente. Chomsky, então, ao estudar a aquisição da linguagem, adota como referência uma criança psicologicamente normal, pois ele pensa que a capacidade inata para aprender a linguagem é uma propriedade específica da espécie humana herdada geneticamente; por isso é essencial conceber a criança como psicologicamente normal ⁹².

Entretanto, existem algumas condições empíricas que devem ser satisfeitas para ser possível fazer qualquer suposição clara do conhecimento, todavia, elas não são independentes de uma estrutura mental inata, pois é a postulação dessa estrutura inata que possibilita responder ao afrontamento entre experiência e conhecimento. Desde os estágios mais iniciais acerca do estudo de aquisição da linguagem, a criança sabe muito mais do que a experiência pode oferecer a ela, pois é algo que “acontece” a uma criança, e não o que a criança efetivamente “faz”. Isso significa dizer, de acordo com Chomsky, que os seres humanos são dotados por natureza com um sistema de organização intelectual chamado de “estado inicial” da mente, e é através da interação com o ambiente e os processos de desenvolvimento, que a mente passa por uma sequência de estados nos quais as estruturas cognitivas são representadas⁹³.

De acordo com Chomsky (1972, p. 80):

Em particular, as suposições empiricistas que tem dominado o estudo de aquisição do conhecimento por muitos anos parecem, para mim, terem sido adotadas sem qualquer garantia e não tem nenhum status especial entre as

⁹² Essa posição de Chomsky parece ser contrária a que Quine concebia por uma “criança normal”, para este a criança normal é aquela que é dotada com instintos para o balbuciar e a imitação, e tem um espaço qualitativo inato que detecta e sistematiza as características salientes do ambiente motivados pelas estimulações codificadas com prazer e dor (GIBSON, 2004, p. 189)

⁹³ As linguagens, para Chomsky, são produtos de um mesmo molde, “um cientista marciano poderia concluir de modo razoável que há uma única linguagem humana, com diferenças marginais” (CHOMSKY, 2002, p. 35). Isso significa que se deve compreender “o estado inicial da faculdade da linguagem como uma rede fixa conectada a um quadro de interruptores; a rede é constituída dos princípios da linguagem, enquanto os interruptores são as opções a ser determinadas pela experiência. Quando os interruptores são acionados de uma determinada maneira, temos o suaili; quando acionados de outra, temos o japonês” (CHOMSKY, 2002, p. 37).

muitas possibilidades que alguém pode imaginar quanto a como a mente funciona.

Um caminho mais produtivo desloca a idéia principal de explicação do conhecimento da estrutura do mundo para a estrutura da mente. É a partir dessa estrutura mental inata que a aquisição da linguagem se faz possível. A linguagem seria como um “espelho da mente” em um sentido profundo e significativa, concebida como um produto da inteligência humana, criada de novo em cada indivíduo pelas operações que repousam além do que se pode alcançar ou perceber (CHOMSKY, 1975, p. 04 - 06).

Chomsky (1975, p. 23) esclarece que:

Não existe nada de essencialmente misterioso com relação ao conceito de uma estrutura cognitiva abstrata criada por uma faculdade inata da mente, representada em um caminho ainda desconhecido no cérebro, e introduzido em um sistema de capacidades e disposições a agir e interpretar. Ao contrário, uma formulação ao longo dessas linhas, agregando a distinção conceitual competência-performance parece um pré-requisito para uma séria investigação de comportamento.

Desta forma, a posição adotada por Chomsky foca sua discussão sobre o conhecimento da linguagem em quatro questões: “(1) o que ela é, (2) como ela surge em um indivíduo, (3) como ela é posta ao uso, e (4) quais mecanismos cerebrais tem as propriedades que nós descobrimos em investigações empíricas” (CHOMSKY, 1987, p. 178). Seguindo isso, deve-se compreender o conhecimento da linguagem como certo estado do cérebro/mente pensado como um estado de algumas faculdades distinguidas da mente com suas propriedades, estrutura e organização postas como um “módulo” da mente. Isto é, para Chomsky, sendo um “antibehaviorista”, parece um erro reconhecer o conhecimento da linguagem como uma habilidade prática de falar e ouvir, uma vez que, o conhecimento acerca da estrutura linguística só pode ser dado a partir de estados e processos mentais. “Assim entendido, o mentalismo é uma postura familiar na ciência natural” (CHOMSKY, 1987, p. 178).

Entretanto, na concepção de Chomsky (1972, p. 73):

Existe um sentido óbvio no qual qualquer aspecto de psicologia é baseado enfim sobre as observações do comportamento. Mas, isso é de jeito nenhum óbvio que o estudo de aprendizagem procederia diretamente à investigação de fatores que controlam o comportamento ou de condições sobre as quais um “repertório comportamental” é estabelecido.

Por esses argumentos, Quine e Chomsky se contrapõem em suas concepções acerca da aquisição da linguagem. Este defende que além de um conceito de comportamento e aprendizagem deve ser adicionada uma noção de competência que repousa além dos limites conceituais da teoria psicológica behaviorista⁹⁴. O que Chomsky (2002, p. 154) tem feito é enfatizar que muito do conhecimento proposicional é “dom direto” da natureza, ou seja, é inato, ou como ele se refere “faz parte de nossa capacitação biológica”. Isso significa que ele defende uma aquisição da linguagem concentrada em torno de mecanismos inatos de aprendizagem da linguagem, sem qualquer caráter behaviorista (entendido aqui como os fatores externos constituídos de estimulação e reforço). Mas é claro, que Chomsky não pensa que a faculdade inata da linguagem é sozinha responsável pela aquisição da linguagem.

A meta de Chomsky (2002, p. 31), nesse contexto, é destacar que essa faculdade inata é um fator necessário e, é ela o dado linguísticos primário⁹⁵ que possibilita a aquisição e o uso de qualquer linguagem. Assim:

É evidente que cada linguagem é o resultado da interrelação de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência. Podemos conceber o estado inicial como um “sistema de aquisição da linguagem”, que toma a experiência como *input* e fornece a linguagem como *output* – um *output* que internamente é representado na mente/cérebro. O *input* e o *output* são ambos passíveis de análise: podemos estudar o curso da experiência e as propriedades das linguagens adquiridas.

Ao conceber a existência de uma estrutura inata para o conhecimento da linguagem surge, segundo Chomsky (1972, p. 97), uma dúvida: “Como a mente humana faz para adquirir a estrutura inata que nós somos conduzidos a atribuí-la?”. Seguindo a sua interpretação de que a faculdade da linguagem é uma faculdade da

⁹⁴ De acordo com Chomsky, os filósofos como Quine estão satisfeitos com o fato de o “linguista de campo” deixar de forma radical os procedimentos das ciências, limitando-os a uma pequena parte da evidência relevante, selecionada de acordo com os “dogmas behavioristas”, e também ao rejeitar os procedimentos padrões usados na construção da teoria da ciência. Para Chomsky toda essa questão funciona de maneira diferente, assim como o linguista e a criança enfrentam tarefas totalmente diferentes: “A criança, equipada com capacidades inatas, adquire conhecimento de uma língua – automaticamente e com pouca escolha na questão, se é que, de fato há alguma possibilidade de escolha. O linguista está tentando descobrir qual conhecimento a criança adquire e quais propriedades da mente/cérebro são responsáveis por esse processo de aumento de conhecimento (tentando descobrir o que a criança sabe antes da experiência, para usar uma locução que parece bem adequada)” (CHOMSKY, 2002, p. 110).

⁹⁵ Entende-se aqui “dado linguístico primário” como a condição geral de aprendizagem da linguagem.

mente, formada por essas estruturas inatas, e que a linguagem é como um “órgão” comum à espécie humana, a linguagem é então, tida como uma capacidade inata e herdada geneticamente em seres humanos psicologicamente normais, ou seja, é uma estrutura biológica⁹⁶. Assim, uma criança que aprende uma primeira linguagem, por exemplo, parece fazer uma notável façanha, pois ela “internaliza” a gramática da linguagem que está sendo falada ao seu redor e assim passa a construir uma teoria da linguagem.

No entanto, é em *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente* (2002), uma de suas últimas obras, que Chomsky propõe que há uma forte razão para acreditar que o “estado inicial” que a criança se encontra para realizar essa “internalização” é comum à espécie humana; “se meus filhos tivessem crescido em Tóquio, iriam falar japonês, como as outras crianças de lá” (CHOMSKY, 2002, p. 32). Fica exposto assim, que nenhum humano é por natureza disposto a aprender uma linguagem melhor do que outro, os mesmos princípios são aplicados a qualquer ser humano psicologicamente normal.

Deste modo, é possível perceber que Chomsky argumenta em favor de um dispositivo de aquisição inata da linguagem, enquanto que Quine propõe que esta é adquirida a partir de disposições ao comportamento verbal. Porém, ambos concordam que a linguagem está subdeterminada pela experiência. No entanto, segundo Chomsky (1975, p. 7), “os olhos percebem, mas a mente é que pode comparar, analisar, ver as relações de causa e efeito, as simetrias, e assim por diante, e oferece uma ideia compreensiva do todo, com suas partes, relações e proporções”.

Para Chomsky (1972), então, o estudo da linguagem ocupa um papel central na psicologia em geral, pois a pessoa que adquire o conhecimento de uma linguagem, isto é, internaliza um sistema de regras que relata som e significado em um caminho particular, deve conservá-la na mente. De acordo com ele, “o estudo da

⁹⁶ Parece que Chomsky assume que essas estruturas inatas são matérias de “seleção natural”, seguindo a interpretação de K. Lorenz. Para um melhor esclarecimento sobre isso, que não é o objetivo nesta dissertação, ver K. Lorenz, *Kants Lehre vom apriorischen in Lichte gegenwartiger Biologie*, in *Blatter für Deutsche Philosophie*, Vol. 15, 1941, p. 94 – 125. Entretanto, é válido salientar que o que Chomsky parece querer afirmar é que isso justifica a existência de uma explicação naturalista para este fenômeno (CHOMSKY, 1972, p. 97). Diferente de Quine que, segundo Chomsky, “está comprometido a acreditar que esta parte específica da biologia é motivo para um novo problema de princípio que não surgiu em outra parte na ciência natural [...]” (CHOMSKY, 1975, p. 188).

gramática universal⁹⁷, assim entendida, é um estudo da natureza das capacidades intelectuais humanas” (CHOMSKY, 1972, p. 27). Essa “gramática” é invariante entre os seres humanos, pois, é uma propriedade inata da mente. Isso quer dizer que “um sistema de proposições expressando o significado de uma sentença é produzido na mente” (Ibid., p. 28) e de fato os princípios mais profundos e restritivos que determinam a natureza da linguagem humana estão enraizados em um caráter específico da mente. Assim, para Chomsky (1987, p. 182) “uma teoria de rede neural é parte de uma teoria da mente, em meu sentido, e nós podemos esperar o progresso na ciência cerebral que descobrirá os mecanismos físicos que apresentam as propriedades das redes neurais”.

As hipóteses da linguagem, então, não são somente justificadas em termos comportamentais, como pretendia Quine, mas sim, elas podem derivar da ciência cerebral, isto é, o conhecimento da linguagem é uma representação interna de um procedimento do cérebro. Embora a experiência linguística seja importante para a aquisição da linguagem, ela somente tem certa importância no contexto de estruturas mentais que fazem parte do humano biologicamente capacitado. Isso significa que “sem estrutura inata não existe nenhum efeito do ambiente externo no desenvolvimento da linguagem (ou outro)” (CHOMSKY, 1987, p. 186).

Por isso, Chomsky (2002, p. 122) afirma:

A criança é dotada de sua estrutura inata e, portanto, cresce até a maturidade, num curso fortemente dirigido internamente; a tarefa do cientista é descobrir qual é a capacitação inata e qual a natureza do estado atingido. Na atualidade, a melhor teoria é que o estado inicial da faculdade da linguagem incorpora certos princípios gerais de estrutura de linguagem, incluindo princípios fonéticos e semânticos, e que o estado maduro de competência é um procedimento gerativo que designa descrições estruturais para expressões e interage com o sistema motor e perceptivo e outros sistemas cognitivos da mente/cérebro, para produzir interpretações semânticas e fonéticas de declarações.

⁹⁷ A “gramática universal”, para Chomsky, é o conjunto dos princípios que determinam a forma da gramática e que seleciona uma gramática de forma apropriada sobre a base de certos dados que constitui um sujeito. Ou seja, ela deve ser concebida como o sistema de princípios, condições, e regras que são elementos ou propriedades de todas as linguagens humanas, não meramente por acidente, mas por necessidade – entendida biologicamente e não como necessidade lógica (CHOMSKY, 1975). É a partir dessa “gramática universal” que se compreende a organização inata que determina o que conta como experiência linguística e qual conhecimento da linguagem aparece sobre a base dessa experiência, sendo também a partir dela que se cria um número infinito de linguagens humanas possíveis.

Desta forma, sem uma estrutura inata não há desenvolvimento de uma pessoa, a saber, de embrião até se tornar uma pessoa. Além do mais, a faculdade de linguagem não assume um estado de competência que endossa e explica o comportamento dessa pessoa.

Uma réplica as alegações de Chomsky contra Quine é encontrada em Gibson, principalmente em seu artigo *Are there really two Quines?* (1980) e em seu livro *The Philosophy of W. V. Quine: An Expository Essay* (1982). Para introduzir a discussão acerca da defesa de Gibson, faz-se necessário, em primeiro lugar, expor o que este filósofo compreende como sendo a concepção naturalista-behaviorista da linguagem quineana, para então, apresentar os argumentos que ele utiliza para rebater as alegações de Chomsky.

2.3 A defesa da concepção naturalista-behaviorista da linguagem de Quine por Gibson

Gibson, em seu livro *The Philosophy of W. V. Quine*, afirma que a filosofia de Quine deve ser vista como uma tentativa de responder a questão central da epistemologia, no entanto, Quine parece reformular a questão de como se adquire a teoria do mundo em como se adquire a *fala* teórica sobre o mundo. Ao fazer essa afirmação Gibson tenta demonstrar que a concepção behaviorista da linguagem assume um papel especial, ou quase vital, para a teoria do conhecimento e porque não dizer também para toda a filosofia quineana (GIBSON, 1982, p. 31).

O que Gibson (1982) quer assegurar é que qualquer resposta, para responder à questão epistemológica, deveria seguir os parâmetros da teoria behaviorista de percepção e aprendizagem da linguagem de Quine. Desta forma, a posição de Gibson é condicionada a perceber e caracterizar a concepção behaviorista de Quine como central na sua filosofia, visto que o behaviorismo parece prescrever o conteúdo de quase todas as suas doutrinas e teses, e também parece uni-las dentro de uma filosofia sistemática (GIBSON, 1982, x - xx). Quando Gibson afirma que a tese é “central” para Quine, ele quer dizer que ela é a última tese que Quine estaria disposto a abandonar.

Ao estudar os trabalhos de Quine, Gibson denomina a sua concepção da linguagem como “naturalista-behaviorista”, pois segundo este, Quine faz uma leitura naturalista da linguagem, que torna o processo de estudo da linguagem acessível à investigação empírica, e behaviorista do significado, fiando-se ao comportamento como a base de dados observáveis (GIBSON, 1988, p. 02).

Gibson reconhece que a afirmação de que: “A linguagem é uma arte social a qual é adquirida unicamente pela evidência do comportamento público das pessoas sobre circunstâncias publicamente reconhecíveis” (OR, 1969, p. 26) é a declaração mais fundamental e concisa da proposta de Quine, e a qual possibilita a caracterização da tese naturalista-behaviorista em dois aspectos: um substantivo e um heurístico. O aspecto substantivo é marcado pela afirmação de que a linguagem é aprendida pela imitação do comportamento verbal dos membros da comunidade linguística, enquanto o aspecto heurístico afasta o desenvolvimento de teorias mentalistas de aprendizagem da linguagem e significado linguístico, e sugere que a linguagem é acessível por técnicas intersubjetivas de investigação característica da ciência natural (GIBSON, 1982, p. 204; Idem, 1988, p. 02).

O que Gibson quer sustentar é que a perspectiva naturalista-behaviorista de Quine permeia toda sua filosofia da linguagem, assim como também dá a forma a sua epistemologia, pois ele constrói a relação da evidência com a teoria como uma relação entre sentenças observacionais e sentenças teóricas; essa ideia é concebida a partir da afirmação que Quine fez em seu artigo *Linguistics and Philosophy* (1976) de que o behaviorismo é um empirismo externalizado.

Para elaborar a defesa dessa concepção frente às críticas de Chomsky, Gibson retoma a distinção que Quine reconheceu dos três níveis de explicação do comportamento humano: o mentalista, o behaviorista e o fisiológico. “O menos satisfatório desses é o mentalismo, o mais satisfatório é a fisiologia, mas na teoria da linguagem nós somos, por agora, mais prudentes a optar pelo behaviorismo” (GIBSON, 1982, p. 195). Em seu artigo *Are there really two Quines?* (1980)⁹⁸, Gibson apresenta que a semântica mentalista adquire a forma de explicar o significado de uma expressão por referência a “ideia”, enquanto que a explicação

⁹⁸ Este artigo antecedeu o capítulo de defesa que Gibson elaborou contra as alegações de Chomsky, nele já se encontram os argumentos que Gibson utilizou para responder a elas e que posteriormente são mais bem esclarecidos no quarto capítulo, *The Defense*, de seu livro (1982).

behaviorista apresentada por Quine é um progresso sobre o mentalismo, pois a sua semântica explica o significado de uma expressão com referência a certas disposições comportamentais dos membros da comunidade de fala. “A própria teoria semântica de Quine é construída em torno do conceito de *stimulus meaning* o qual é definido em termos da disposição de um falante a assentir e a dissentir a uma sentença quando indagado sobre ela” (GIBSON, 1980, p. 359).

Mesmo quando Quine trata de especulações com respeito a mecanismos inatos de aprendizagem da linguagem, para um teorista, ele se abstém de postular qualquer mecanismo mentalista irreduzível, ao contrário, ele tenta pressupor somente mecanismos para os quais o teorista possa especificar alguma evidência comportamental. O terceiro nível, que nesse artigo Gibson descreve como “neurofisiológico”, ou físico, é “a única explicação real de acordo com Quine” (GIBSON, 1980, p. 360). Todavia, é um nível de explicação que possui uma aplicação limitada na semântica, pois o significado de uma expressão não é aprendido pela sua correlação com estados neurofisiológicos, sejam nossos ou de qualquer outro indivíduo. Entretanto, isso não significa que essas explicações possuem menos relevância para a teoria da linguagem.

Segundo Gibson (1980, p. 360):

Ao contrário, quando elas tornam-se disposições comportamentais explicativas, a si mesmas, ou a básicos mecanismos físicos explicativos da aprendizagem da linguagem, certamente, as explicações neurofisiológicas, quando acessíveis, são muito significantes e relevantes.

Gibson, assim, parece demonstrar que a explicação comportamental de Quine deve ser reconhecida como uma medida temporária que pode acelerar o dia em que a explicação fisiológica atual vir a ser praticável. A marca do behaviorismo de Quine, entretanto, não deve ser considerada tão rigorosa, já que ele rejeita uma definição do behaviorismo limitada a resposta condicionada. De tal modo, a preocupação de Gibson está em saber se essa posição é realmente defensável, se a explicação comportamental da aprendizagem da linguagem dada por Quine é plausível, e se afinal, ele abandona, ou não, em seus últimos trabalhos o seu behaviorismo.

2.3.1 Problemas na interpretação de Chomsky

A tese de Quine de que as sentenças observacionais são aprendidas através do condicionamento direto, a partir de estímulos não verbais, está, segundo Gibson, em “chão firme”. Contudo, o problema na discussão da aquisição da linguagem repousa no método que ele denomina de “síntese analógica”, sobre o qual ele afirma que a maioria das outras sentenças são aprendidas. Para Gibson, a posição quineana torna-se mais problemática e mais especulativa devido a isso, pois o estímulo envolvido na “síntese analógica” nem sempre é evidente e, o mecanismo psicológico, diferente do condicionamento direto, é obscuro e pouco compreendido (GIBSON, 1982, p. 176). Além disso, esses problemas podem levar a identificar certos mecanismos inatos no processo de aquisição da linguagem, como foi visto com a argumentação de Chomsky.

Apesar do ponto de vista de Chomsky ter tido um grande impacto sobre a filosofia de Quine, Gibson acredita que há uma impressão equivocada de Chomsky com respeito à filosofia da linguagem de Quine. Isso, pois, é um erro refutar qualquer tipo de comportamentalismo ao considerar a aprendizagem da linguagem como faz Chomsky. A posição usada por este parece ser controversa, principalmente com respeito às críticas que elabora contra Quine. E, seguindo essa linha, Gibson (1982, p. 177) declara que isso “pode nos ajudar a melhor apreciar a viabilidade da visão alternativa de Quine”, do que simplesmente reprová-la. Deste modo, Gibson garante que a proposta inatista da linguagem de Chomsky não refuta a alternativa behaviorista de Quine.

Gibson afirma que existem, entre Quine e Chomsky, certas concordâncias sobre a aquisição da linguagem: ambos reconhecem que a linguagem é subdeterminada pela experiência e que a criança possui uma disposição inata à linguagem. O desacordo entre eles surge quando passam a caracterizar essa tal estrutura inata requerida: Quine rejeita o que ele considera ser uma irredutível postulação mentalista de Chomsky, e este, por sua vez, rejeita o que Quine reconhece como sendo as irracionais limitações behavioristas (GIBSON, 1982, p. 170–180).

Como foi apresentado na seção anterior, Chomsky estabelece duas fases no trabalho de Quine, com respeito ao estudo da linguagem que se contradizem, e afirma ainda, que Quine abandona quase completamente o behaviorismo defendido em *Word and Object*. Seguindo isso, ao elaborar a defesa de Quine, Gibson refere-se em seu livro, considerando a divisão de Chomsky, ao Quine de 1960 como o “Quine I”, enquanto que o de 1969 em diante ele o denomina de “Quine II”. Entretanto, Gibson reconhece que esse conflito entre Quine I e Quine II é mais aparente do que real. O principal argumento que Gibson utiliza para rebater as críticas de Chomsky centra-se na afirmação de que este filósofo-linguista não interpreta corretamente os trabalhos de Quine.

A primeira alegação feita por Chomsky (1975) a Quine, de que a posição de Quine I é inconsistente com Quine II, com respeito à caracterização que ele faz em 1960 da linguagem, como uma rede de sentenças diferentemente associadas uma à outra e ao estímulo não verbal pelo mecanismo de resposta condicionada, é caracterizada por Gibson como insustentável. Segundo ele, Chomsky não compreende realmente o que Quine, em 1960, propõe como sendo os métodos de aprendizagem das sentenças. Assim, pois, Chomsky identifica três métodos para a aprendizagem da linguagem - associação de sentenças com sentenças, associação de sentenças com estímulos e síntese analógica -, quando na verdade Quine não propõe três métodos em *Word and Object*, mas somente dois, que são o condicionamento direto e a síntese analógica. O primeiro é a associação de sentenças com estímulos, e o segundo é ele a associação de sentenças com sentenças e não um terceiro método como propunha Chomsky. O que acontece no método de síntese analógica é uma substituição analógica entre sentenças, isto é, uma sentença é aprendida por meio de uma transformação que substitui os termos de uma sentença, por exemplo, “mão” e “pé” no exemplo apresentado por Quine de “Meu pé dói”, que possuem uma analogia gramatical observada⁹⁹. Dessa forma, “todos os casos de substituição analógica, então, contam como casos de síntese analógica, mas não vice-versa, nem todos os casos de síntese analógica são substituídos apropriadamente” (GIBSON, 1982, p. 187).

Para Gibson (1982, p. 191):

⁹⁹ Cf. Quine, *Word and Object*, 1960, p. 09.

O núcleo da reclamação de Chomsky parece ser que se a noção (estrita) de condicionamento está sendo significativa, então em qualquer caso particular de condicionamento, o estímulo e resposta relevante devem ocorrer juntos, e no exemplo 'Minha mão dói' o estímulo e a resposta não ocorrem juntos. Por conseguinte, se o exemplo 'Minha mão dói' é um caso típico de síntese analógica, [...], então Chomsky pensa, que ele é satisfatório para concluir que a síntese analógica não é um caso (estrito) de condicionamento e uma linguagem contendo sentenças aprendidas por síntese analógica não pode, por esta razão, significativamente ser caracterizada como uma rede de sentenças associadas pelo mecanismo de resposta condicionada.

De qualquer modo, a confusão de Chomsky ao interpretar os métodos de aprendizagem da linguagem parece estar baseada na diferença que ele pensa existir entre associar sentenças com sentenças e a síntese analógica, como uma associação de sentenças inteiras com sentenças inteiras. A confusão não pára por aqui, ele ainda assegura que ambos não fazem referência a uma noção de resposta condicionada, e desta forma não podem ser caracterizados como uma rede de sentenças associadas pelo mecanismo de resposta condicionada, dado que o estímulo e a resposta devem ocorrer juntos, o que não acontece na síntese analógica. Contudo, é um erro propor essa distinção, porque a síntese analógica é a associação de sentenças com sentenças nos dois sentidos (como inteiras ou como partes). Ou seja, pode-se construir uma sentença a partir de partes aprendidas de outras sentenças por analogia, ou ainda, associar uma sentença como um todo à outra sentença inteira, ambos os casos representam o método de síntese analógica. Aliás, Quine ainda parece deixar claro que toda a rede verbal de uma teoria articulada conecta o estímulo com a resposta, isto é, toda teoria tem, em última instância, uma ligação com o condicionamento direto, de alguma forma a base dessa teoria tem de ter sido aprendida a partir do método de condicionamento direto, isto é, associação de sentença com estímulo não verbal¹⁰⁰.

De acordo com Gibson (1982, p. 191), “existe, no fim de tudo, a presença do incitamento de estímulos não verbais, a saber, a dor na mão” e “ainda no caso de síntese analógica existe um estímulo e uma resposta, mas o mecanismo inato ligado aos dois é algo adicional a qualidade espacial” (Ibid., p. 193).

Gibson (1982, p. 191) diz:

¹⁰⁰ Cf. Quine, *Word and Object*, 1960, p. 10–11.

[...] não é implausível supor que existe uma estrutura psicológica que está sujeita ao condicionamento de outras sentenças do exemplo em direção a estímulos não-verbais, que estão presentes. Ninguém está reivindicando que a associação é uma questão de consciência, nem ainda que ela pudesse ser feita uma questão de consciência. Talvez Quine pudesse ter declarado o assunto mais corretamente se ele tivesse dito que a declaração se “Minha mão dói” (a resposta) é associada não com a sentença “Meu pé dói”, ‘pé’ e ‘mão’, mas com sua respectiva disposição a ser enunciada, ou com, sua respectiva disposição a ser assentida quando questionada – em outras palavras, certo estado psicológico (presente) da declaração “Minha mão dói” junto com, é claro, a dor da mão. Assim, estão o estímulo e a resposta presentes juntos nos casos de síntese analógica [...].

Gibson defende que Quine propõe somente dois métodos gerais para a aprendizagem de sentenças, logo, Chomsky interpreta mal o número e o caráter dos métodos apresentados por ele (GIBSON, 1982, p. 192). E pode-se, assim, presumir que o condicionamento é um mecanismo necessário para a aprendizagem de toda linguagem, mesmo não sendo ele um mecanismo suficiente. Com efeito, a resposta a alegação de que Quine é inconsistente, em suas duas fases, ao afirmar em 1969 que o condicionamento é insuficiente para explicar a aprendizagem da linguagem, pode ser respondida a partir da afirmação anterior.

De acordo com Gibson existe uma distinção entre dizer que o condicionamento é um mecanismo necessário e dizer que ele é um mecanismo suficiente para a aprendizagem da linguagem. Por conseguinte, para Gibson (1982, p. 193) “a negação do último não nega o primeiro, e é somente sobre a base do primeiro que Quine I afirma que uma linguagem é uma rede de sentenças diferentemente associada uma a outra e a estímulo não-verbal pelo mecanismo de resposta condicionada”.

Gibson (1982, p. 193) destaca que:

Na verdade, se isto [conceber o condicionamento como suficiente] fosse a história completa, ele poderia ter omitido de *Word and Object* qualquer consideração de indeterminação da tradução e hipóteses analíticas, visto que tudo da linguagem teria sido aprendido unicamente sobre a base da indução. Quine, ele mesmo, tem apontado que o reconhecimento de que o condicionamento é insuficiente para explicar a aprendizagem da linguagem é idêntico com a sua doutrina de indeterminação da tradução (ver LP, 58).

Logo, Quine já reconhecia que o condicionamento direto não era suficiente para a aquisição de toda a linguagem, por isso, ele estabelece a síntese analógica como um segundo método.

A segunda alegação de Chomsky (1975) de inconsistência em Quine é com respeito à gramática gerativa. Chomsky afirmou que se Quine II considera a gramática gerativa como uma característica essencial da linguagem humana, então, a proposta de que a linguagem é uma rede de sentenças diferentemente associada uma a outra e a estímulo não-verbal pelo método de condicionamento, pode ser rejeitada, visto que a gramática gerativa não pode ser descrita dessa maneira. Todavia, Gibson afirma não ser isso uma inconsistência em Quine, desde que se entenda corretamente a caracterização dada por Quine I acerca da associação de sentenças com sentenças (como comentado na alegação anterior).

Gibson (1982), nesse contexto, quer dizer o seguinte: o fato de Chomsky não ter compreendido corretamente os métodos de aprendizagem de sentenças estipulados por Quine, faz com que ele argumente em favor dessa inconsistência. Entretanto, se for corrigido e afirmar-se que a associação de sentenças com sentenças e estímulos não-verbais é realizada tanto com sentenças inteiras, quanto com partes dessas sentenças, essa inconsistência se desfaz, pois seguindo os métodos de Quine pode-se criar um grupo infinito de sentenças e não, como Chomsky (1975) afirma, de que assim cria-se um grupo finito.

A terceira alegação de inconsistência de Chomsky (1975) é acerca dos mecanismos inatos de aprendizagem da linguagem. De acordo com ele, se Quine admitiu a existência de mecanismos inatos reconhecidos em termos de observações externas, então, não há razão para alegar um lugar especial às estruturas dimensionais tais como “espaço qualitativo”, nem a qualquer estrutura determinada por condicionamento diferencial e processo de extinção. Porém, Gibson (1982) conclui que esse reconhecimento feito por Chomsky, de mecanismos inatos na linguagem, está longe de levar a qualquer inconsistência entre Quine I e Quine II. Isso porque, quando Quine I introduz a noção de “espaço qualitativo”, ao tratar do condicionamento direto, assume que para tal treinamento deve existir uma habilidade inata, e quando ele admite, em Quine II, que a declaração de um espaço qualitativo de estimulações precisa reconhecer uma estrutura inata adicional, ambos são consistentes um com o outro. Ou seja, essa dualidade de tipos de estruturas inatas é consistente com os dois métodos de aprendizagem da linguagem propostos por Quine: ostensão e síntese analógica.

Gibson (1982, p. 194) afirma:

Para o condicionamento ser possível deve existir inato, um espaço qualitativo pré-linguístico (ou espaciais), ou, em linguagem técnica de seus últimos escritos, padrões inatos de similaridade perceptiva. A aprendizagem por síntese analógica, por outro lado, é aprendida por analogias e requer um dote inato. Os mecanismos inatos de tal aprendizagem são pouco entendidos, mas, entretanto necessários para a aprendizagem da linguagem.

Assim, Gibson reconhece que Quine já em *Word and Object* notou o papel central que espaço qualitativo, visto por uma perspectiva inata, representa na sua discussão sobre a aprendizagem da linguagem, todavia, não é ele um papel exclusivo. E como Quine (1976, p. 57) afirmou posteriormente em *Linguistics and Philosophy*:

[...] muito do reforço e extinção de respostas, tão central para o behaviorismo, depende de uma prévia desigualdade no espaço qualitativo de um sujeito, como falar de estimulações [...]. Tendências inatas e disposições são à base do behaviorismo, e têm sido estudadas pelos behavioristas.

Realmente, Quine reconhece que é necessário, para a aprendizagem da linguagem, uma estrutura inata desconhecida adicional ao mero espaço qualitativo, pois muito da linguagem encontra-se além da ostensão ou indução. Isto é, os mecanismos de aprendizagem da linguagem transcendem o espaço qualitativo, no entanto, não existe nada sobre isso que Quine pensaria ser incompatível. Segundo ele “isto não seria refutação do behaviorismo, em um sentido filosoficamente significativo do termo; pois eu vejo nenhum interesse em restringir o termo ‘behaviorismo’ conforme um esquema psicológico específico de resposta condicionada” (LP, 1976, p. 57).

Entretanto, a crítica de Chomsky que parece ser a mais forte, a que possibilitou inúmeras outras no mesmo sentido, é a de que Quine II abandona quase completamente o behaviorismo que defendia em 1960, e não só abandona, mas parece ir em direção a um mentalismo em seus últimos trabalhos. Esta crítica incorpora todas as alegações anteriores e conclui que Quine II abandona o behaviorismo.

Porém, pode-se ver com Gibson, que Quine em *The Roots of Reference* (1974) refina e amplia sua teoria da aprendizagem da linguagem de 1960, mas disso não se segue que ele a abandona. Assim, Gibson (2004, p. 191) explica:

A fala sobre padrões de terminações nervosas ativadas cede o lugar à fala sobre episódios globais de terminações nervosas ativadas e similaridade receptiva de episódios; a fala de espaço qualitativo cede o lugar a fala de similaridade perceptual e a similaridade comportamental dos episódios. Além disso, Quine amplia sua teoria de 1960 pela especulação sobre os mecanismos psicológicos subjacentes a síntese analógica, mecanismos pelos quais a criança poderia aprender a referir a substâncias, corpos, objetos físicos, e eventualmente objetos abstratos.

O que deve ser enfatizado é que, com certeza, a teoria da aprendizagem da linguagem de Quine não permanece tão behaviorista ao longo dos seus trabalhos como interpretou Chomsky com respeito a Quine I. Todavia, Chomsky faz uma interpretação errada de Quine I, dado que este filósofo nunca sustentou que o espaço qualitativo e o condicionamento são suficientes para explicar toda a aprendizagem da linguagem. Quine afirma que o espaço qualitativo e o condicionamento vão longe com respeito à explicação de como as sentenças observacionais são aprendidas, mas não que são os únicos meios que dão conta da aquisição da linguagem. Contudo, Quine sustenta que a teoria da linguagem somente pode ser desenvolvida dentro dos limites de uma estrutura behaviorista (GIBSON, 1982, p. 197).

Por isso, segundo Gibson (1982, p. 197):

O behaviorismo de Quine é, então, ao mesmo tempo substantivo e heurístico. Seu behaviorismo é *substantivo* à medida que ele declara que uma fase inicial da aprendizagem da linguagem, a saber, a aprendizagem de (algumas) sentenças observacionais, aproxima-se ao processo clássico de reforço e extinção de respostas e, além disso, que as dimensões da estrutura inata cujo processo de condicionamento pressupõe, isto é, espaços qualitativos, podem, em princípio, serem determinadas através do condicionamento diferencial e testes de extinção. Seu behaviorismo é *heurístico* (ou metodológico) à medida que ele nos adverte sobre a suposição de significados, as regras de linguagem, e os mecanismos de aprendizagem exceto à medida que nossas suposições possam, eventualmente, fazer sentido em termos de observação externa. Esta é a força da máxima de Quine que a linguagem (ou mente) deveria ser estudada com o mesmo espírito empírico que anima a ciência natural.

Apesar das críticas de Chomsky dirigirem-se aos dois aspectos do behaviorismo quineano, elas se tornam sem efeito considerando as respostas dadas às alegações anteriores. Não há alternativa aceitável para explicar a teoria de aprendizagem da linguagem senão através do acesso behaviorista, visto que, segundo Quine, a linguagem é aprendida pela imitação e resposta social, além do que, estes controles, ignoram qualquer idiosincrasia na imagem ou associação de

um indivíduo que não seja detectável comportamentalmente, uma vez que a dimensão mental não é descritível.

E mais, de acordo com Gibson (1988), Quine não abandona seu behaviorismo a partir de 1969, e isso pode ser visto através de fragmentos que ele seleciona, em diferentes anos dos trabalhos de Quine, os quais defendem sempre a mesma postura com relação a sua concepção naturalista-behaviorista, marcando a sua permanência:

(1) A linguagem é uma arte social. Para assimilá-la não dispomos de mais meios que uns indícios sugestivos, intersubjetivamente disponíveis, que indicam o que dizer e quando dizer (WO, p.ix).

(2) A linguagem é uma arte social a qual nós todos adquirimos sobre a evidência unicamente do comportamento público do outro sob circunstâncias publicamente reconhecíveis (OR, p. 26).

(3) Uma linguagem é dominada através de imitação social e resposta social, e estas verificações ignoram qualquer idiosincrasia em uma imagem do indivíduo ou associações que não são percebidas em seu comportamento (PPLT, p. 4).

(4) A linguagem é socialmente inculcada e controlada; o inculcar e o controle voltam-se estritamente sobre o ajuste de sentenças a estimulações compartilhadas. Fatores internos podem variar *ad libitum* sem prejudicar a comunicação enquanto o ajuste da linguagem a estímulos externos é inalterado (EN, p. 81)¹⁰¹.

Além disso, para Gibson, o behaviorismo de Quine reserva um papel para a introspecção, contrário ao que muitos pensam, pois ela poderia ser vista como um indício para o próprio estado corpóreo de alguém, como ao examinar a si mesmo uma ardência no estômago, e mesmo assim, isso não significaria o abandono de seu behaviorismo¹⁰². Uma vez que, os vestígios do mentalismo que Quine incorpora, característicos do empirismo de John Locke, George Berkeley e David Hume, são

¹⁰¹ GIBSON, *Enlightened Empiricism*, 1988, p. 2.

¹⁰² Com a proposta quineana de uma nova epistemologia, com um empirismo esclarecido, mais moderno, é possível fazer uso de termos mentalistas sem cair nos problemas tidos por eles. O novo “empirismo cum behaviorismo” (sua proposta behaviorista) desculparia o recurso a introspecção que Chomsky tem proferido em seu favor, todavia isso perdoa como um significado de alcance a conjecturas ou conclusões somente à medida que isso possa eventualmente fazer sentido em termos de observação externa (LP, 1976, p. 58).

meros vestígios e não órgãos vitais para o seu compromisso com o behaviorismo (GIBSON, 1982, p. 196)¹⁰³.

Mas, então, que espécie de behaviorismo seria esse que leva em consideração a introspecção e termos mentalistas? Se assim forem compreendidas, estas noções somente alcançam alguma conjectura ou conclusão à medida que puderem fazer sentido em termos de observação externa. Ou seja, a aplicação e sustentação desses termos mentalistas deve seguir um critério, e este critério é o de que de alguma forma eles devem ser determinados em termos comportamentais. Em momento algum, Quine usa esses termos para postular a existência de qualquer objeto mentalista irreduzível. Logo, não há incoerência na assimilação dos termos mentalistas e a introspecção com o behaviorismo.

Apesar de Gibson reconhecer essas diferenças em seus trabalhos, ele afirma que em *The Roots of Reference*, Quine não abandona sua hesitação behaviorista, mas Quine reconhece, em outra parte, que no fim o “behaviorismo diminui” (CP, 1990, p. 291). Porém, isso não significa uma retirada real de seu compromisso com o behaviorismo no estudo da aprendizagem da linguagem, pois ela permanece comportamentalista (GIBSON, 2004, p. 192).

Ao finalizar sua defesa, em *The Philosophy of W. V. Quine*, Gibson utiliza a famosa expressão grega “Calcanhar de Aquiles” para enfatizar que a proposta naturalista-behaviorista de Quine pode ser o seu “Calcanhar de Aquiles”, pois ela parece ser a sustentação de todo o seu sistema filosófico (GIBSON, 1982, p. 205). Desta forma, aquele que conseguir “atingi-la” porá fim não somente à concepção behaviorista defendida por Quine, mas a todos os fundamentos de sua filosofia.

Porém, Gibson não deixa clara a sua defesa de Quine a Chomsky, pois acabam restando algumas perguntas sem respostas como: E a alegação de elementos racionalistas em Quine? E o problema da concepção behaviorista de Quine ser comparada ao débil verificacionismo? O que são “disposições”? Qual é realmente o elemento característico do behaviorismo de Quine?

Tudo isso levou muitos filósofos contemporâneos a criticarem a defesa de Gibson e a colocarem em “xeque”, mais uma vez, a concepção behaviorista de

¹⁰³ Os vestígios considerados por Gibson são a introspecção e alguns termos mentalistas como crença, desejos, saliência, traços, indução, abstração, generalização, convergência de imagens, etc. que, segundo ele, Quine incorpora durante seus trabalhos.

Quine, não só alegando uma mudança de posição para um mentalismo, mas até para uma espécie de neurofisiologia. É possível afirmar, então, que a defesa de Gibson é satisfatória e consegue refutar a alegação de mentalismo em Quine? Ou, Chomsky alcança seu objetivo de minar o projeto behaviorista de Quine? A resposta que será dada a essas perguntas é 'Não', defende-se que é necessário dar um passo a mais na defesa de Gibson e esclarecer certas noções que caracterizam o behaviorismo quineano que Gibson parece não ter observado. E esse é o objeto de estudo do próximo capítulo.

3 UMA DEFESA DA PERMANÊNCIA DO BEHAVIORISMO

3.1 Introdução

Após a exposição da concepção behaviorista da linguagem de Quine, bem como da crítica elaborada por Chomsky e da defesa feita por Gibson, neste capítulo tenta-se elaborar um passo a mais na defesa da proposta de Quine, analisando e justificando a sua plausibilidade. Para alcançar esse objetivo, compartilha-se com a argumentação de Gibson de que Chomsky mal-interpreta os trabalhos de Quine, pois também assume-se que Chomsky possui confusões acerca dos métodos de aquisição da linguagem, bem como radicaliza uma posição mentalista em Quine que não pode ser sustentada com base em seus escritos. Além disso, neste capítulo sustenta-se que Quine não abandona sua concepção behaviorista, o que pode ser identificado em seus últimos trabalhos são esclarecimentos de certas teses e doutrinas que inicialmente possam ter ficado obscuras. Pode-se dizer que Quine não muda de posição e sim parece clarificar e ampliar a sua doutrina.

Para deixar essa defesa mais clara, a primeira seção deste capítulo é dedicada a analisar as críticas de Chomsky e a defesa de Gibson, apresentadas no capítulo anterior, para então, tentar elaborar respostas que complementem a defesa de Gibson e rebatem as acusações de Chomsky. Na seção 3.3, apresenta-se o behaviorismo como a posição oficial de Quine, que permeia desde *Word and Object* (1960) até o seu último livro *From Stimulus to Science* (1995). Para isso, expõe-se brevemente o behaviorismo de Quine em seu livro *The Roots of Reference* (1974), que é apontado por muitos críticos como sendo o marco da mudança de posição em

Quine, e ao fim, ressalta-se a permanência do behaviorismo quineano em todos os seus trabalhos.

3.2. Análise da crítica de Chomsky e da defesa de Gibson

Quine em uma de suas respostas a Chomsky, em *Replies to Chomsky* (1969), manifesta seu desapontamento com a interpretação feita por este e reconhece que Chomsky mal interpreta sua filosofia pelo fato de muitas coisas passarem despercebidas de seu olhar¹⁰⁴. Quine identifica vários mal-entendidos aparentes que Chomsky comete ao compreender a sua filosofia e, entre eles estão¹⁰⁵:

(1) Para Quine, Chomsky não compreende a doutrina de “indeterminação da tradução”, pois ela não é apenas inerente como um caso especial de subdeterminação da teoria da natureza, mas suplementar. Muita coisa escapa da observação de Chomsky pelo fato dele persistir nas antigas noções não críticas de “significado”, “ideia”, “proposição”, e acreditar que as sentenças expressam ideias, mesmo o critério comportamental nunca podendo dizer quais. Chomsky não rejeita a indeterminação da tradução, mas comete confusões quando esquece que onde se aplica a indeterminação da tradução não existe nenhuma questão real de escolha correta, isto é, não existe nenhum fato material, até o alcance da reconhecida subdeterminação de uma teoria da natureza¹⁰⁶. Quine (WO, 1960, p. 79) já afirmava em *Word and Object*:

A indeterminação da tradução tem sido geralmente menos apreciada que seu doméstico e um tanto multiforme análogo. Na filosofia mentalista se cultiva a célebre dificuldade dos mundos privados. Na neurologia especulativa se encontra a circunstância de que conexões nervosas diferentes podem dar razão de um mesmo comportamento linguístico. Na aprendizagem da linguagem encontramos a multiplicidade das histórias individuais que podem dar como resultado um comportamento linguístico

¹⁰⁴ Quine afirma: “As observações de Chomsky deixam-me com sentimentos ao mesmo tempo de confiança e frustração. O que eu declaro confiante é que ele em lugar nenhum disputa claramente com minha posição. O que eu encontro como frustração é que ele expressa muitas discordâncias com o que ele pensa ser minha posição” (RC, 1969, p. 302).

¹⁰⁵ Cf. QUINE, *Replies to Chomsky*, 1969, p. 302–311.

¹⁰⁶ Cf. QUINE, *Replies to Chomsky*, 1969 p. 303.

idêntico. Apesar disso, quando se trata de situações ditas já familiares, todo mundo está disposto a admitir em todas as razoabilidades positivistas que se dois falantes coincidem em todas as disposições ao comportamento verbal, não tem sentido imaginar diferenças semânticas entre eles.

E Chomsky parece não ter percebido que a ênfase acerca do significado linguístico, dada por Quine, propunha que onde não houvesse diferença comportamental, não haveria sentido imaginar uma diferença linguística, pois o significado não existe como uma entidade, mas é uma propriedade do comportamento. Esses significados não têm qualquer sentido antes de se tornarem parte da linguagem pública e de serem usados, e concebendo-os assim, a indeterminação da linguagem sempre se apresenta.

(2) Ao tratar da aprendizagem das sentenças Chomsky comete o maior absurdo de sua leitura de Quine, já que ele atribui a este a crença de que as sentenças no repertório de um homem são finitas em número e geralmente são aprendidas como inteiras. Chomsky falha, pois, não observou que Quine já afirma em *Word and Object* a postulação de uma gramática gerativa, porque ele também acredita que é ela que distingue a comunicação linguística de um homem dos outros sistemas subumanos¹⁰⁷. A falha de Chomsky encontra-se em sua própria posição, pois ele defende que a aprendizagem de uma linguagem não significa “aprender sentenças”, mas de algum modo é necessário desenvolver certos princípios que determinam a forma e o significado das sentenças. Isso tudo é contrário a posição de Quine, de construir uma rede associativa por resposta condicionada; além do mais, segundo Chomsky, a posição quineana está em conflito com o que há sobre o conhecimento da linguagem. Entretanto, deve-se reforçar que Quine não só parece admitir a existência de uma gramática gerativa [que possibilita a construção de sentenças] como admite uma infinidade de sentenças na linguagem: “Talvez minhas frases ‘aprendizagem de sentenças’ e ‘associação de sentenças’ eram obscuras, mas existiram passagens classificatórias que o teriam ajudado [Chomsky] se ele tivesse notado elas” (RC, 1969, p. 305).

Em *Word and Object* Quine deixa claro que ele estipula dois modos de aprendizagem das sentenças - condicionamento direto e substituição analógica -, e afirma ainda que o condicionamento direto ou ostensão é apenas o início da

¹⁰⁷ Cf. Quine, *Reply to Chomsky*, 1969, p. 304.

aprendizagem, e que a síntese analógica já é a associação de sentenças com sentenças e não um terceiro modo. Além disso, Quine chama a atenção que ele não concebe as sentenças somente como um todo, mas também como partes na construção de novas sentenças pelo método de síntese analógica.

Em um artigo posterior, *Linguistics and Philosophy* (1976), Quine deixa bem claro que se o antiempirismo ou antibehaviorismo de Chomsky diz meramente que condicionamento é insuficiente para explicar a aprendizagem da linguagem, então a doutrina chomskyana é uniforme com a doutrina de indeterminação da tradução quineana¹⁰⁸, e não serve como objeção. O posicionamento antibehaviorista de Chomsky não põe em perigo nem os métodos de aquisição da linguagem e muito menos o behaviorismo proposto por Quine.

(3) Quando Chomsky destaca a noção de “ideias inatas” nos trabalhos de Quine, ele reconhece a inclinação deste a elas. Entretanto, as “ideias inatas” não devem ser entendidas como “ideias”, mas quando Quine fala de “inato” deve-se entender estruturas construídas em termos de disposições inatas ao comportamento público e, deste modo não implicam uma contradição ao behaviorismo, uma vez que muitos behavioristas a compartilham (RC, 1969, p. 306). Segundo Quine (RC, 1969, p. 306):

A habilidade da linguagem é inata; a aprendizagem da linguagem, por outro lado, na qual a aptidão é posta ao trabalho, depende das características observáveis intersubjetivamente do comportamento humano e suas circunstâncias ao redor, não existindo nenhuma linguagem inata nem telepatia. O linguista tem pouca escolha, mas ser um behaviorista de qualquer forma *qua* linguista; e como qualquer behaviorista, ele está limitado a depositar uma grande importância sobre um dom inato.

Diferentemente de Chomsky, quando Quine fala de estruturas inatas ele não está falando de um sistema de regras universal, mas sim que essas estruturas inatas¹⁰⁹ são parte do organismo sensitivo, como um equipamento, que todo ser humano possui e que possibilita a aquisição de uma linguagem a partir do único meio sobre o qual a comunicação se faz possível, isto é, a observação do comportamento. Não haveria nenhuma indução, nenhuma formação de hábito, nem

¹⁰⁸ Cf. QUINE, *Linguistics and Philosophy*, 1976, p. 56–58.

¹⁰⁹ Dentro dessas estruturas inatas está o que Quine propôs em *Word and Object* como sendo o “espaço qualitativo” de um sujeito, e posteriormente com o que ele chamou de “padrões inatos de similaridade”.

condicionamento se não houvesse certas disposições iniciais sobre o sujeito que o possibilita a tratar uma estimulação como mais similar a uma segunda do que a uma terceira¹¹⁰. Essas estruturas inatas podem ser exploradas e demarcadas por testes comportamentais em condicionamento e extinção diferencial de suas respostas, e são elas um pré-requisito para aprender uma língua, por isso Quine afirma que: “O mecanismo inato, apesar de tudo, é o coração e a força do comportamento” (RC, 1969, p. 307).

(4) Outra confusão que Chomsky parece ter feito, segundo Quine, se deve ao fato que ele não compreende a sua definição de linguagem como um “complexo de disposições ao comportamento verbal”. Chomsky acredita que Quine substitui sua base de “totalidade de disposições de fala” por *stimulus meaning*, porém, essa interpretação é errônea, pois para Quine não há substituição como alegou Chomsky, dado que as disposições a “assentir ou dissentir” - *stimulus meaning* - estão seguramente dentro da “totalidade de disposições de fala”. Não há, para Quine, nenhuma arbitrariedade ao formular as sentenças que são indagadas pelo assentimento e dissentimento de um falante, ou seja, Quine não seleciona nenhum experimento arbitrariamente que conta como uma circunstância ou situação definível. Chomsky objeta Quine por este atribuir suposições empíricas obscuras, limitadas e arbitrárias. Entretanto, atribuições estas que repousam em interpretações confusas, pois Chomsky tem deixado de fora o entendimento sobre a generalidade e neutralidade estudada do método de agrupar estímulos, proposto por Quine, método este que é designado a capturar todos os inputs sensoriais e todas as diferenças de inputs sensoriais, por mais que sejam irrelevantes¹¹¹.

(5) A crítica mais séria feita por Chomsky a Quine, segundo o próprio filósofo, é a de que Chomsky observa a tendência que Quine tem de usar o termo “linguagem” e “teoria” alternadamente. De acordo com Quine isso se deve a sua rejeição da distinção tradicional entre declarações analíticas e sintéticas; ou, a distinção entre significado e informação colateral compartilhada amplamente; ou ainda, a noção de que as sentenças de uma teoria tem seus conteúdos empíricos diferentes e separáveis, entretanto, tudo isso quer dizer a mesma coisa. O termo

¹¹⁰ Essas disposições inatas são denominadas por Quine de padrões de similaridade, todavia, um melhor esclarecimento sobre elas será exposto mais adiante.

¹¹¹ QUINE, *Replies to Chomsky*, 1969, p. 307.

“teoria” é concebido por Quine, em seus escritos como *Word and Object* e relacionados, não em sentido técnico como em Tarski¹¹², pois a finalidade da teoria de um homem sobre um dado assunto pode ser concebida como a classe de todas as sentenças, dentro de um limitado vocabulário apropriado ao assunto desejado, que ele acredita ser verdadeiro. Além disso, é possível ainda figurar uma teoria imaginária, embora ninguém a defenda, isto é, pode-se conceber uma espécie de teoria que vai além da noção técnica de Tarski que implica um sentido intuitivo e figurativo (RC, 1969, p. 309).

Contudo, pode-se contrastar, de acordo com o senso comum, uma diferença entre linguagem e teoria¹¹³. Porém, o senso comum ou a filosofia tradicional comete falhas, como observou Quine, tanto por estabelecer teorias vazias, isto é, compostas por sentenças analíticas, ou ainda, por sustentar que uma sentença é verdadeira em virtude puramente de seus significados; o que parece descartar a ajuda de qualquer teoria. Quine reconhece claramente que “teoria” e “linguagem” não são permutáveis em todos os contextos, mas são certamente em alguns. Chomsky observa o contexto no qual elas podem ser trocadas, isto é, quando Quine fala de linguagem ou teoria como uma teia ou “rede de sentenças associadas uma a outra e a estímulos externos pelo mecanismo de resposta condicionada”, contexto no qual é impassível a distinção entre linguagem e teoria (RC, 1969, p. 310).

Todas essas confusões cometidas por Chomsky e apontadas por Quine corroboraram para que Gibson elaborasse uma defesa mais completa da posição de Quine como foi visto no capítulo anterior. De acordo com Gibson (1982), as objeções

¹¹² Cf. QUINE, *Replies to Chomsky*, 1969, p. 309. Em *The Ways of Paradox and Other Essays* (1976) Quine afirma: “O projeto de Tarski era direcionado sobre sistemas dedutivos, e ele exigia que cada instância de seu esquema (1) [‘.....’ é verdadeiro \equiv ] é dedutível de definição de verdade. Mas eu poderia estar preocupado em interpretar as linguagens sem considerar a axiomatização, assim eu precisaria somente que a definição de verdade represente as instâncias do esquema (1) tornando-se verdadeiro” (WP, 1976, p. 309). O projeto de Tarski recorria à referência objetiva, como sendo um caso especial ou limitado de satisfação - de relação de satisfação -, e o de Quine parece basear-se apenas em função de substituição, sem comprometimento objetivo, tomando a forma de uma função de “saturação de satisfação” – *functor ‘sat’ of satisfaction* – (WP, 1976, p. 312 – 321).

¹¹³ Conforme afirmação de Quine: “A linguagem estabelece as sentenças e o que elas significam; uma teoria adiciona, seletivamente, a propriedade assertiva ou a estimulação da crença seletiva. Uma linguagem tem sua gramática e semântica; uma teoria segue mais longe e afirma algumas das sentenças” (RC, 1969, p. 309).

que Chomsky fez a Quine resumem-se em três alterações feitas acerca da doutrina quineana¹¹⁴:

(1) Para Gibson Chomsky faz uma leitura errada de Quine I referente à como as sentenças são aprendidas, pois Chomsky afirma que Quine possui três métodos para a aprendizagem de sentenças em seu livro *Word and Object*, mas na verdade Quine sustenta somente dois, o condicionamento direto (ostensão) e a síntese analógica.

(2) Chomsky alega que a gramática gerativa de Quine II é inconsistente a Quine I, no entanto, para Gibson é também insustentável, pois remete ao mal-entendido sobre os métodos de aquisição da linguagem.

(3) O dualismo contraditório proposto por Chomsky de Quine I e Quine II é insustentável, pois, em ambas as fases, Quine afirma a existência de mecanismos inatos que podem ser pouco entendidos, entretanto são necessários para a aprendizagem da linguagem.

Na tentativa de dar um passo à frente à defesa de Gibson, concorda-se com todas as observações e críticas feitas a Chomsky. Assim, sustenta-se, conjuntamente com Gibson, que Chomsky não compreende corretamente a afirmação que Quine faz em 1969 quando afirma que nem toda a aprendizagem da linguagem é explicada por resposta condicionada, afirma-se isso, pois já em *Word and Object* Quine fala acerca da “síntese analógica” não como um terceiro método de aquisição da linguagem, mas ele próprio é a associação de sentenças com sentenças, a qual Chomsky pensa ser um terceiro método. Além do mais, ao afirmar que a resposta condicionada não explica toda a aprendizagem da linguagem, o que Quine faz não é desconsiderar este método, pois embora ele possa não ser suficiente, é um mecanismo necessário a toda aprendizagem da linguagem. Isso tudo, pois, todos os métodos de aquisição da linguagem parecem implicar de algum modo o condicionamento direto, ou seja, devem fazer referência a uma ligação de estímulos com a resposta social.

Logo, a alegação de que o condicionamento de Quine I é inconsistente devido à afirmação de uma gramática gerativa não deve ser levada em conta. Isso, pois, o método de síntese analógica defendido por Quine não propõe que sejam somente

¹¹⁴ Cf. GIBSON, *The Philosophy of W. V. Quine*, 1982, p. 176–205.

associadas sentenças inteiras com sentenças inteiras e sentenças inteiras com estímulos não-verbais, mas este método também propõe que é possível construir sentenças inteiras com partes de sentenças anteriormente aprendidas a partir do condicionamento. Deste modo, a gramática gerativa não se contrapõe ao que Quine defende em 1960.

Segundo Gibson, Quine tem expressado concordância com algumas das observações de Chomsky com respeito às condições gerais da aprendizagem da linguagem, pois, Chomsky também afirma que as teorias e linguagens são subdeterminadas pela experiência e, ainda, seria possível afirmar que ambos defendem que uma criança possui uma disposição inata a linguagem (GIBSON, 1982, p. 179). Todavia, o que Quine parece querer assegurar é uma noção de “inato” biológico, e não mental como Chomsky apontou, pois ele assegura que o auxílio de estruturas inatas a linguagem é físico, pois é acessível pelo comportamento¹¹⁵. Além disso, quando Quine propõe as estruturas inatas ele as propõe como auxiliares na aprendizagem de uma linguagem, uma vez que a aprendizagem vai além da ostensão ou indução. Porém, isso não vai contra, mas sim a favor do que Quine propõe quando ele afirma que o homem, sendo parte do mundo natural e podendo ser estudado como um objeto natural, possui “padrões inatos de similaridade”, que podem ser entendidos em um sentido biológico, pois o homem é dotado por natureza com esses padrões.

Mas de onde esses padrões de similaridade vêm? Como são usados? As respostas a essas perguntas remetem a influência darwiniana encontrada nos escritos de Quine. Em seu artigo *Natural Kinds* (1969), Quine reconheceu que o espaço qualitativo inato de um sujeito é um traço genético que predomina através da seleção natural¹¹⁶. Contudo, os critérios de similaridade perceptual de alguém, como ele destacou em *From Stimulus to Science*, mudam radicalmente, e talvez rapidamente por um espaço de tempo, em consequência de experiência e aprendizagem (FSS, 1995, p. 19). De acordo com Quine isso tudo é explicado por um processo de seleção natural que gera uma concordância pública entre os

¹¹⁵ Cf. QUINE, *The Roots of Reference*, 1974.

¹¹⁶ Os padrões inatos de similaridade são adaptados pela seleção natural e pelo contexto, isto é, por hábitos e costumes de uma comunidade na qual o indivíduo está inserido, e são transmitidos por uma cadeia genética (ver Quine, *Progress on Two Fronts*, 1996).

padrões privados de similaridade perceptual. A similaridade perceptual é, então, uma relação entre as entradas neurais (input) de um sujeito medido por reforço e extinção de resposta, e estas mesmas são somente perceptivelmente similares. Segundo Quine (NLWM, 1995, p. 253) esta é a base de toda a aprendizagem, de toda formação do uso, de toda expectativa pela indução de experiências passadas.

Além do mais, é possível que Gibson não tenha compreendido completamente o que Quine propõe com as hipóteses analíticas, pois ele as concebe como hipóteses analíticas não fatuais e baseadas na “empatia”. Porém, pode-se pensar que essas hipóteses são sim guiadas pelas observações, pois são formadas por sentenças observacionais, além de uma empatia, pois tem por base uma sinonímia estimulativa, dada a partir do *stimulus meaning*, e estes não são entidades abstratas, simplesmente teóricas, mas são disposições¹¹⁷. E tudo isso envolve o mundo externo de comunicação, não recaindo em uma introspecção mentalista como Gibson parece fazer acontecer com a noção de empatia.

O “verificacionismo” apontado por Chomsky a Quine, sobre o qual Gibson não manifesta defesa, não deve ser entendido como uma crítica, dado que Quine sustenta o seu holismo como um avanço ao que os positivistas lógicos propunham com a teoria verificacionista. Quine parece argumentar que com a sua proposta de confirmação holística não é possível recorrer a uma teoria verificacionista dado que esta apela a uma condição de identidade e, ainda, para Quine não há como salvaguardar o conceito de sinonímia, significado e nem a distinção analítico/sintético como o verificacionismo propõe¹¹⁸. Por isso, Quine parece fazer referência não a um verificacionismo, mas a uma noção de falsificacionismo, seguindo a terminologia de Popper¹¹⁹. O verificacionismo tradicional propõe que as sentenças devem ser individualmente verificadas com a experiência, igualando os conceitos de significado e evidência. Porém, Quine não propõe isso. Para ele há uma aproximação entre *stimulus meaning* e o mundo empírico, mas não igualdade.

¹¹⁷ Sofia Stein em seu artigo *Os pressupostos da visão eliminativista de Quine* (2002) destaca que Quine foi gradativamente assumindo uma visão mais tolerante com respeito às “entidades abstratas”; entretanto, elas não são descritas com a intenção de se aceitar um discurso semântico sobre “intensões”.

¹¹⁸ O verificacionista ao igualar o significado de uma sentença com as suas condições de confirmação parece propor que há uma explicação satisfatória do que é o significado.

¹¹⁹ Cf. QUINE, *Empirical Content*, 1981.

Além disso, é incorreto falar de significado de sentença individual, dado que muitas sentenças não admitem, separadamente, evidência observacional, mas somente dentro de um conjunto de sentenças. É este agrupamento de sentenças, composto principalmente por sentenças teóricas que pode ser confirmado ou refutado, é somente assim que é possível afirmar que uma sentença teórica tem uma implicação empírica. O que Quine parece propor é que um significado pode ser refutado ou confirmado, sendo a confirmação e a refutação um critério, mas sem se comprometer com uma teoria verificacionista. Pois que para Quine não é possível haver conclusivamente uma verificação, mas apenas refutação¹²⁰. Isso recai também no problema da indeterminação, pois é possível que haja duas teorias que possuem as mesmas implicações empíricas como um todo, sem ser possível dizer qual das duas teorias é a correta. Ao invés de tomar o termo “verificação” pode-se dizer que Quine “aprova” ou “desaprova” uma teoria a partir da noção disposicional de assentimento e dissentimento, visto que é sempre possível que ela seja falível e passível de revisão. Segundo Quine (EN, 1969, p. 79):

Às vezes também uma experiência implicada por uma teoria deixa de se produzir; e então, idealmente, declaramos a teoria falsa. Mas o insucesso falsifica apenas um bloco de teoria como um todo, uma conjunção de muitos enunciados. O insucesso mostra que um ou mais de um dos enunciados é falso, mas não mostra qual. As experiências preditas, verdadeiras e falsas, não são implicadas por nenhum enunciado que compõe a teoria mais do que por um outro. Pelo critério de Peirce, os enunciados componentes da teoria simplesmente não tem significados empíricos; mas uma porção suficientemente abrangente de teoria, sim.

Em seu artigo *Philosophical Progress in Language Theory* (1970), Quine reconhece que não é somente a noção de analiticidade que está envolta de problemas por falta de fatos materiais, mas a noção de verificabilidade tem tido seus problemas também.

Além disso, a unidade na ciência é oferecida a partir do holismo¹²¹, e através dele é possível negar que uma teoria admite confirmação e não confirmação a partir de sentenças individuais, e ainda, que haja um suposto contraste entre sentenças

¹²⁰ Cf. QUINE, *The Pursuit of Truth*, 1990.

¹²¹ Quine afirma: “Compreendida coletivamente, a ciência tem sua dupla dependência sobre a linguagem e a experiência; mas esta dualidade não é significativamente determinável na direção de sentenças da ciência assumidas uma a uma” (TDE, 1953, p. 42).

analíticas e sentenças sintéticas. Não há qualquer caráter de dualismo em Quine como Chomsky chegou a afirmar.

Chomsky também se posicionou niilisticamente quando criticou o uso que Quine faz da noção de “disposição”, entretanto Quine encontrou-se perplexo com tal alegação. Em seu artigo *Methodological Reflections* (1972) Quine elabora um pequeno esclarecimento sobre essa noção, afirmando que a “disposição verbal” não é definível em termos de probabilidade absoluta, como compreendeu Chomsky¹²², mas com referência a uma circunstância específica, que é aquela em que a expressão é apresentada ao falante na espera de assentimento. Assim, a solubilidade em água seria uma disposição débil se definida em termos de probabilidade absoluta, mas sim, forte se uma questionada circunstância é especificada, a saber, a circunstância de ser oferecida uma sentença por assentimento ou dissentimento ou indecisão ou reação esquisita (MRCLT, 1972, p. 444).

Já quanto à afirmação que Chomsky faz de que Quine a partir de 1969 abandona quase completamente o behaviorismo em favor de um mentalismo é um tanto quanto equivocada¹²³. Chomsky defende que falar uma língua natural é um comportamento regido por regras e a explicação desse comportamento envolve estados e processos mentais cujas regras formais constituem conhecimento inconsciente e inacessível à consciência. Todavia, para Quine é necessário se abster de atribuir qualquer tipo de realidade "mental" ao sistema de regras e deve-se falar apenas de adequação dos comportamentos linguísticos ao sistema. Quine não é adepto ao mentalismo e nem abandona, no decorrer de seus trabalhos, o behaviorismo a que defende. Para sustentar isso, faz-se uma rápida retomada de alguns pontos essenciais ao behaviorismo, para na seção que segue expor a posição oficial de Quine, sustentando a permanência do behaviorismo em toda filosofia quineana.

Em *The Roots of Reference* (1974) Quine afirma que o mentalismo tem seu uso como um estimulante, porém somente há suposições sobre mecanismos

¹²² Cf. CHOMSKY, *Quine's Empirical Assumptions*, 1968, p. 57.

¹²³ Com respeito a essa alegação penso que Gibson deixou a desejar na sua defesa a Quine, pois ele não esclarece no fim do capítulo 4, *The Defense*, se há realmente certo abandono do behaviorismo (GIBSON, 1982, p. 177–205).

internos, à medida que existe uma esperança de serem sustentados por descobertas neurológicas. Deste modo, defender que as “entidades mentais” são irrepreensíveis, somente seria possível se concebidas como hipotéticos mecanismos físicos e fixados por um aspecto estrito a sistematização do fenômeno físico. Essas “entidades mentais” seriam fixadas na esperança de algum dia submeterem-se a uma explicação física satisfatória, o que para parece ser muito difícil.

Quine propõe que a linguagem é adquirida somente através do comportamento público e através dos estímulos que os objetos causam aos sentidos, pois não se tem acesso aos significados desassociados das circunstâncias observadas nas elocuições. Além disso, nada é identificado no significado que não é em seu comportamento¹²⁴. Por conseguinte, fica claro que a teoria da aprendizagem para Quine é behaviorista.

Ainda, como Gibson (1982) ressaltou, diferentemente de Chomsky, Quine nunca manteve espaço qualitativo e condicionamento como suficientes para explicar toda a aprendizagem da linguagem, mas ele assegura que a teoria da linguagem deve ser desenvolvida entre moldes behavioristas. O que pode ser identificado em seus trabalhos como possíveis “duas fases”, são esclarecimentos de algumas teses que parecem ter ficado obscuras em seu primeiro trabalho, *Word and Object*, mas, que em nenhum sentido devem ser ditas incoerentes ou inconsistentes com seu programa behaviorista.

Quine parece sustentar que é somente a partir dessa concepção da linguagem behaviorista que seria possível solucionar o problema de como relacionar teoria e mundo. Isto é, ao invés de falar de observações, que podem ser concebidas como subjetivas, ou ainda, podem não pressupor uma concordância sobre uma situação, Quine propõe falar de linguagem através de “sentenças observacionais”. De acordo com ele estas sentenças se reportam a observações e possibilitam consideráveis certezas para um acordo firme por parte dos observadores (RR, 1974, p. 39).

Além do mais, de acordo com Quine (PPLT, 1970, p. 05) qualquer consideração behaviorista sobre o processo de aprendizagem está comprometida publicamente e enfaticamente com princípios inatos:

¹²⁴ Cf. QUINE, *Philosophical Progress in Language Theory*, 1970.

O behaviorista reconhece a indispensabilidade, para qualquer tipo de aprendizagem, de linhas e afinidades prévias. Sem elas não poderiam existir nenhum reforço ou extinção de respostas, visto que todas as estimulações discrimináveis contariam como igualmente dissimilar.

Isso significa que a aprendizagem da linguagem vai além do mero espaço qualitativo inato, o que Quine já observava em *Word and Object*¹²⁵, sendo necessário postular outros aparatos inatos ainda desconhecidos. “O apoio inato a linguagem é amplo, qualquer que sejam seus detalhes” (PPLT, 1970, p. 06), não havendo entre o behaviorismo e as disposições inatas qualquer tensão¹²⁶. Chomsky ao criticar Quine não observou isso.

Assim, como Sofia Stein (2003, p. 70) afirmou:

Se quisermos, então, refutar o sistema filosófico de Quine, não basta achar falhas de argumentação ou exemplos falhos. Devemos, isto sim, tentar substituir o sistema filosófico em questão por um sistema que explique de forma mais satisfatória os objetos tratados; no caso específico de Quine, a linguagem significativa e suas diversas funções.

O que até então parece não ter sido feito.

3.3 A posição oficial de Quine

Quine no decorrer de todos os seus trabalhos sempre tentou deixar claro que a aprendizagem da linguagem é um acontecimento externo por causa do caráter social da linguagem, entretanto ela não implica somente o que é aprendido por um condicionamento das respostas públicas a estimulação verbal. Mas, o ponto mais especial é que o comportamento verbal é determinado pelo que a pessoa pode observar da resposta de outra pessoa a fim de poder observar a estimulação externa de outra pessoa. O behaviorismo de Quine marca, então, a mudança do olhar interno para a evidência externa.

¹²⁵ Cf. QUINE, *Word and Object*, 1960, p. 83.

¹²⁶ Quine chama atenção a isso em *Philosophical Progress in Language Theory* (1970) pelo fato de que não há uma associação do behaviorismo com o empirismo tradicional, o que levaria a ter essa pressão, mas sim com o empirismo externalizado o qual possibilita a associação de disposições inatas e comportamento público, todos baseados na experiência.

Quine (PPLT, 1970, p. 04), nesse contexto, afirma:

Mas ainda, aqueles que não tem adotado o behaviorismo como uma filosofia são obrigados a aderirem ao método behaviorista dentro dos limites de certas buscas científicas; e a teoria da linguagem é, deste modo, uma busca. Um cientista da linguagem é, na medida, um behaviorista *ex officio*.

A linguagem, então, é controlada através da imitação social e *feedback* social, e esses controles ignoram qualquer idiosincrasia na imagem ou associação do indivíduo que não é percebido em seu comportamento. Logo, para Quine (PPLT, 1970, p. 04): “Mentes são indiferentes a linguagem à medida que elas diferem privadamente de um a outro; isto é, à medida que elas são comportamentalmente inescrutáveis”, e isso o faz reconhecer que “não existe nada no significado que não está no comportamento” (Ibid., p. 09).

Dessa forma, tudo que se dispõe para a aprendizagem da linguagem está no comportamento público, e este é tudo que se tem na busca de um significado. Assim, não são as entidades significadas que devem ser construídas em termos de comportamento, “o significado [...] não possui uma existência; é primeiramente, uma propriedade do comportamento” (OR, 1969, p. 27). Logo, é a disposição comportamental dos falantes que conta como o meio objetivo para o estudo da linguagem. É claro que há, além disso, a necessidade de haver entre os falantes um mesmo evento externo. O processo de aprendizagem da linguagem também depende de uma propensão inata, a qual proporciona a cada um dos falantes a achar uma estimulação qualitativamente mais afim de uma segunda estimulação do que a uma terceira ¹²⁷.

Para sustentar a permanência do behaviorismo em Quine, as seções seguintes apresentam como o behaviorismo aparece em *The Roots of Reference*, respondendo a alegação de Chomsky de que nessa obra há um abandono do behaviorismo em favor de um mentalismo; e de como ele permanece em seus últimos trabalhos.

3.3.1 Sobre o behaviorismo em *The Roots of Reference*

¹²⁷ Cf. QUINE: *Word and Object*, 1960; *Ontological Relativity*, 1969; *The Roots of Reference*, 1974.

The Roots of Reference é uma ampliação do terceiro capítulo de *Word and Object, The Ontogenesis of Reference*, como afirmou Quine em 1981¹²⁸. Logo, ele deve ser entendido como uma continuação do que este filósofo propunha em 1960 e consoante com o seu programa behaviorista. O que Quine destaca é que em trabalhos anteriores ele considerou pouco o estudo sobre a “referência” o que o incentivou a elaborar essa obra. É também neste livro, depois de ter exposto a maior parte de suas teses, que Quine parece então apresentar a pergunta que impulsionou todos os seus estudos: “Dado somente a evidência de nossos sentidos, como nós alcançamos a nossa teoria do mundo?” (RR, 1974, p. 01). Esta é uma pergunta epistemológica, todavia, para Quine ela somente pode ser respondida através do estudo da linguagem. Reconhece-se, então, um aspecto epistemológico e um aspecto semântico para tentar entender a relação entre mundo e teoria.

Este livro é também muito citado por críticos de Quine como um marco do abandono do seu behaviorismo. Contudo, fazer essa “constatação” é um tanto equivocada, pois Quine afirma “eu relaxo meu behaviorismo, mas não muito” (RR, 1974, p. 48). Logo, não há abandono do behaviorismo, muito menos por um mentalismo como alegou Chomsky.

Quine ao propor uma epistemologia “esclarecida” que não sonha mais com uma filosofia primeira, mas sim admite a verdade da ciência natural e repousa a questão de como o homem alcança seu domínio da ciência na investigação da aquisição da ciência baseada no material que é avaliável pela superfície sensorial, transforma o epistemólogo em um psicólogo empírico. Este se torna um homem livre que defende a ciência de dentro, contra suas próprias dúvidas. O que se pretende é abandonar a necessidade da consciência e falar diretamente de input físico sobre os receptores sensoriais, que operam simplesmente ao nível de recepção, que é notoriamente físico. A “recepção” é reconhecida, por Quine, como sendo uma ação física, em contraposição ao que os psicologistas de Gestalt propunham com “percepção”, sendo esta mental, pois requer uma noção de consciência. Entretanto, Quine sustenta que a “percepção” por mais implicação mentalista que tenha é

¹²⁸ Cf. QUINE, *Theories and Things*, 1981.

acessível ao critério comportamental, através do condicionamento de respostas (RR, 1974, p. 03).

Desse modo, para a epistemologia ser estudada pela psicologia empírica é necessário entender como se dá a aquisição da ciência, e para isso, é exigido tanto “recepção” quanto “percepção”. O que Quine parece fazer é reinterpretar a “percepção”, para ser trabalhada em seus moldes naturalistas, em termos comportamentais, isto é, em teoria do condicionamento ou formação de hábito, a saber, em disposições, excluindo um caráter mentalista¹²⁹. Assim, ao invés de falar o que é ou não é percebido, Quine propõe conceber diferenças de graus, falando de “similaridade perceptiva”. Por exemplo, um animal tem sido treinado a pressionar a alavanca quando confrontado com um tipo circular e, reprimido de pressioná-la quando confrontado com quatro manchas, quando exposto a uma configuração de sete manchas o animal pressiona o botão, pois essa configuração demonstra ser perceptivelmente mais similar ao tipo circular, do que as quatro manchas. Nesse exemplo pode-se observar a distinção que Quine faz nos padrões de similaridade entre “similaridade perceptiva” e “similaridade receptiva”¹³⁰. Quando um episódio A é mais similar a B do que a C, é possível reconhecer quais os episódios são receptivamente similares quando o grupo total de receptores sensórios, que é provocado sobre uma ocasião, aproxima-se do grupo provocado sobre a outra ocasião; a similaridade perceptiva é manifestada em comportamento e observada por sua reação (RR, 1974, p. 16).

A similaridade receptiva é a semelhança de impactos nos dados sensórios, é um estado físico do organismo. Quando se trata da receptividade de um único sujeito não se encontram muitos problemas, pois ela tem relação com os episódios e receptores de um único sujeito. O problema ocorre quando faz referência a dois sujeitos, pois como dizer que há similaridade receptiva entre ambos dado que eles não compartilham os mesmo receptores sensórios? Quine reconhece que falar de

¹²⁹ O behaviorismo possui uma grande importância aqui, pois é ele que faz com que a “percepção” seja acessível.

¹³⁰ Quine reconhece na § 6 que os episódios na vida de um sujeito deveriam admitir três tipos de similaridade: receptiva (input sensório), comportamental (relaciona os episódios de acordo com o output do comportamento público, reconhecendo fatores causais) e perceptiva (intermediária entre a receptiva e a comportamental, é refletida em output comportamental como é de alguma forma distinta do input presente). Entretanto, Quine reconhece que o comportamento conta mais para as similaridades perceptivas do que as receptivas, por isso ele distingue os padrões de similaridade nestes dois principais: receptivo e perceptivo.

“receptores homólogos” em diferentes sujeitos não é nenhuma garantia, o que parece ser solicitado aos sujeitos é que ambos sejam orientados igualmente pelas disposições influentes, para assim despertar a questão da homologia. Logo, não é o fisiológico que assume maior importância, mas é a situação estimulatória que ativa os receptores, isto é, os traços e saliências do mundo externo¹³¹.

A similaridade perceptiva é limitada ao sujeito, no entanto, ela é refletida no seu comportamento, no reforço e extinção de suas respostas. Quine reconhece que essa similaridade depende de uma conformidade social, pois é a comunidade em que o sujeito está inserido que vai condicionar a resposta correta pela observação de seu comportamento diante as estimulações sensoriais. Ao mesmo tempo um sentido inato de similaridade perceptiva tem se mostrado objetivamente válido, pois ele mostra a tendência dos padrões de similaridade perceptiva estar de acordo com a estrutura da natureza, através da seleção natural, que reforça a razão de porque a indução é importante¹³². Isso implica que Quine propõe que os padrões inatos de similaridade são hereditários e embora mudem gradualmente com a experiência pode-se esperar que eles permaneçam significativamente semelhantes em parte com o ambiente, cultura, linguagem comum e com influência mútua (RR, 1974, p. 23). Quando Quine relata que há um sentido introspectivo presente na similaridade ele fala dele como um empenho principiante em direção ao comportamento público (Ibid., p. 48).

É essa noção de similaridade perceptiva que traz a noção de disposição. Esta, então, segundo Quine (RR, 1974, p. 08), é uma propriedade, no objeto, em virtude de quais circunstâncias *c* motivam o objeto a fazer *a*. Neste caso é possível entender o condicionamento linguístico como uma disposição. O exemplo que Quine utiliza para apresentar a disposição é a “solubilidade em água”, um corpo se dissolve

¹³¹ Os traços estão ligados ao evento e variam de acordo com o tempo ligando um evento presente a um evento passado; a saliência direciona a observação do sujeito e são como estímulos, pensando na fala dos psicologistas, dentro dos episódios. O exemplo que Quine apresenta para especificar traços e saliência é o de um sujeito observando um gato: um gato é visível no tempo *a*, *b* e *c*, e supõe-se que o gato é visto como o mesmo no tempo *a* e *c* e diferente no *b*, mas supõe-se que o gato é saliente no tempo *a* e *b* por causa de seu movimento ou por causa de seu reflexo ou ainda por sua posição; um sujeito pode achar *a* perceptivelmente mais similar a *b* do que a *c*, apesar da semelhança visual de *a* e *c*; o que Quine propõe é que *a* é receptivelmente mais similar a *c* do que a *b*, não obstante a saliência tem o poder de oscilar a similaridade perceptual em outro caminho. (Ver § 7 sobre traços e saliência).

¹³² É por um instinto “indutivo” que há uma tendência a esperar estimulações perceptivelmente mais similares a uma do que a outra.

quando posto em água em virtude de ter a disposição, e não por dizer que o corpo é solúvel em água quando se diz que ele se dissolveria se estivesse na água. Cada disposição, em sua visão, é um estado ou mecanismo físico.

Dentro do idioma disposicional Quine reconhece dois tipos de disposições: inatas e comportamentais. Quando ele trata de “disposições inatas” ele simplesmente assume que há um sistema específico de células ou talvez uma combinação de tais sistemas que nascem conosco. As disposições inatas são uma mistura de reforço aleatório da criança e do feto, aonde os “reflexos inatos são aprendidos no útero, enquanto que as disposições inatas do tipo mais profundo estão em mãos de geração a geração através do código genético nos cromossomos” (RR, 1974, p. 13). As disposições comportamentais são como hipóteses fisiológicas, não obstante incompletas. Elas proporcionam a suposição de um sistema fisiológico tal que, se tivesse sucesso em sua identificação e análise, seria possível chegar a um entendimento satisfatório do mecanismo comportamental (RR, 1974, pp. 13 – 14).

Em meio a tudo isso Quine observa que o que rege os episódios e governa o processo de condicionamento é o que ele descreve como o princípio de prazer ou satisfação, por exemplo, um episódio é agradável ou desagradável em vários graus, e um traço varia de acordo com o prazer ou desconforto de um episódio. Segundo Quine, quando um traço é um episódio de prazer, o sujeito é estimulado a manifestar um aumento de similaridade o que reforça uma vivência do traço; quando o traço é um episódio desagradável, o sujeito é incitado a reduzir a similaridade ou a impedir o seu aumento (RR, 1974, p. 28). Desse modo, o aumento ou redução da similaridade variará de acordo com o grau de prazer ou desprazer de um episódio anterior, além do grau de similaridade perceptual. Então, o processo que rege a satisfação é o condicionamento.

Aprender, para Quine, significa, então, “aprender a se divertir”¹³³, de um lado aprende-se pelos episódios ligados as estimulações de prazer ou desprazer em episódios anteriores; de outro comportamentalmente, em que se um episódio é considerado prazeroso, então ele fixa um caminho para reproduzi-lo, se é desagradável é levado a ser extinguido. Isso não contradiz o que Quine descreveu

¹³³ “To learn is to learn to have fun” (RR, 1974, p. 28).

quando propôs o condicionamento em *Word and Object*, pois como ele afirma agora, em *The Roots of Reference*, tudo isso é descrito suficientemente em termos clássicos de reforço e inibição de respostas por condicionamento. O que Quine faz é avançar sobre alguns pontos e esclarecer certas noções de sua proposta apresentada em *Word and Object* adicionando ao condicionamento e as estimulações sensoriais a noção de traço, saliência, princípio de prazer, padrões de similaridade que pareciam estar implícitas em seus primeiros trabalhos.

As noções de prazer, saliência e traço eram usadas pelo idioma mentalista, entretanto, suas motivações sempre foram comportamentais. O que Quine faz em *The Roots of Reference* é destacar que o mentalismo tem seu uso como um estimulante, porém, aceitar um “discurso mentalista” é cometer um erro, pois este levaria a uma introspecção do mundo. Quine propõe que se deve aceitar estados neurais hipotéticos ao invés de “entidades mentais”, pois assim, não incorreria nos problemas que se tem quando se assume a noção mentalista de “ideia”. O único caminho que o homem poderia seguir para alcançar a teoria científica seria através da linguagem, mas não esta seguindo os moldes mentalistas, mas sim tratada comportamentalmente¹³⁴. Para Quine “A linguagem ignora a ideia e retorna sobre o objeto” (RR, 1974, p. 35). A antiga fala de ideias é abandonada sem tristezas. Quine (RR, 1974, p. 37) afirma:

O que é pretendido para um melhor entendimento dos mecanismos da linguagem e aprendizagem da linguagem é uma adesão contínua ao exterior. Suposições sobre mecanismos internos são saudáveis à medida que existe uma esperança de serem sustentados por descobertas neurológicas. Mas a ideia da ideia de nossos pais serão somente de certo modo.

Ao afirmar isso Quine nega qualquer perspectiva mentalista em suas doutrinas, pois, a semântica mentalista somente pode ser satisfeita onde se desiste de dar uma explicação científica. Ou seja: “O mentalismo, o supernaturalismo, e outras culturas perniciosas tem sucesso somente em lugares obscuros” (RR, 1974, p. 36). Ao contrário, Quine defende que o processo de aprendizagem da linguagem

¹³⁴ “As ideias são como podem ser, mas as palavras estão no espaço aberto onde nós podemos ver e ouvi-las. E teorias científicas, por mais contemplativas e abstratas que sejam, estão em palavras” (RR, 1974, p. 35).

é uma matéria de fato, acessível à experiência empírica, pois se aprende a linguagem de outras pessoas em circunstâncias compartilhadas¹³⁵.

Em *The Roots* Quine continua a sustentar seus dois métodos de aprendizagem da linguagem propostos em *Word and Object*: o início da linguagem se dá através da aprendizagem ostensiva, e depois se aprende a recombinar o vocabulário dentro de novas sentenças. Dessa forma, a criança aprende sentenças curtas como um todo em caminhos óbvios, por ouvir elas dos adultos em circunstâncias apropriadas, e então, ela constrói novas sentenças por síntese analógica (RR, 1974, p. 35). A aprendizagem ostensiva é, então, fundamental, e requer observação, pois, a criança e os pais devem ambos ver, por exemplo, vermelho quando a criança aprende 'vermelho' e um deles deve ver também que o outro também vê vermelho ao mesmo tempo (RR, 1974, p. 37). Quando Quine fala de "observação" ele fala de um modo indireto, pois o que serve de evidência não é a observação, mas as sentenças observacionais, que reportam a observações, mais especificamente ao comportamento. O problema da observação está em ser concebida como algo subjetivo, pois elas são visuais, auditivas, táteis, olfativas; Quine pensa que ao deixar de falar de observação para falar de sentenças observacionais não se faz mais referência a sensações privadas.

As sentenças observacionais, então, assumem um papel semântico e evidencial: elas são o caminho de entrada tanto para a linguagem quanto para a ciência. Essas tratam não de sensações, de *sense data*, mas de comportamento, visto que admitem verificação pública. As primeiras sentenças aprendidas, então, são as sentenças observacionais. Mas, estas não são somente aprendidas por condicionamento, apesar de serem as únicas aprendidas a partir deste método, mas também em caminhos indiretos, por explicação verbal ou por contexto verbal ou por construção analógica de palavras previamente aprendidas. As outras sentenças, não observacionais, podem ser parcialmente aprendidas pelo método de condicionamento.

O sucesso da aprendizagem de um falante, por exemplo, de uma criança, dependerá do acordo substancial entre os seus padrões de similaridade e o de seus pais. É a similaridade perceptual que relaciona o episódio a autorizar o assentimento

¹³⁵ Para Quine: "A razão para o papel básico de observações, ambos no suporte de teoria e na aprendizagem da linguagem, é a sua mediação intersubjetiva" (RR, 1974, p. 37).

a uma sentença observacional e, este permite apressar o aprendizado de uma criança¹³⁶. Além disso, é o recurso ao assentimento que possibilita a compreensão de expressões como coextensivas, isto é, faz com que uma criança relacione termos como 'coelho' e 'animal' como coextensivos (RR, 1974, p. 35).

Opostas as sentenças observacionais¹³⁷ estão as sentenças eternas. Entretanto, estas possuem sua utilidade de acordo com sua participação em uma teoria. O que faz uma sentença ocasional menos enigmática semanticamente do que a sentença eterna é que ela não necessita traçar a sua conexão sistemática com a teoria para investigar seu significado, elas estão na periferia, onde os significados podem ser empiricamente acessados pelo controle de assentimento e dissentimento, ocasião por ocasião (RR, 1974, p. 64). O significado de uma sentença eterna no interior de uma teoria é somente esboçado indiretamente, pois o que se segue para alcançá-lo são conexões variadas dentro da teoria e por último, indiretamente, com a periferia.

Apesar de Quine adotar estruturas inatas necessárias para a aprendizagem da linguagem – como o “espaço qualitativo” - e apresentar novas noções, ele continua em *The Roots of Reference* a defender que a linguagem é social. E justifica estar adicionando essas estruturas inatas em prol da linguagem.

Novamente eu ando em chão perigoso em especular sobre sentido interno. E novamente eu alego em desculpa que isso é somente uma questão de estar consciente da atividade principiante rumo ao específico comportamento público (RR, 1974, p. 67).

Observa-se, assim, que Quine justifica a sua utilização de noções mentalistas no desenvolvimento de sua concepção behaviorista, dado que elas devem ser, de alguma forma, direcionadas ao comportamento público.

3.3.2 Sobre o behaviorismo nos últimos escritos quineanos

¹³⁶ O método de pergunta e assentimento apresentado por Quine afirma que conjuntamente com uma sentença ocasional uma criança também aprende a compreender o 'sim' e o 'não', ao passo que ao pronunciá-la a criança precisa ser recompensada ou penalizada quando questionada por um adulto.

¹³⁷ Sentenças observacionais são sentenças ocasionais.

Na literatura contemporânea observa-se que não foi somente Chomsky que alegou uma mudança de posição nos últimos trabalhos de Quine, muitos outros críticos alegam o abandono do behaviorismo em favor de um mentalismo ou ainda de uma perspectiva mais neurofisiológica ¹³⁸. Uma saída inicial que demonstra que a alegação de uma mudança em Quine rumo à neurologia não é legítima, é a observação de que não é só em seus últimos trabalhos que há um discurso sobre a neurologia, já em *Word and Object* Quine afirma o caráter essencial que o mecanismo neurológico – cérebro e sistema nervoso - possui para a aprendizagem da linguagem. Quine afirma: “O mecanismo neurológico de conduzir a simplicidade/clareza é indubitavelmente fundamental ainda que desconhecido, e sua sobrevivência estima-se esmagadoramente” (WO, 1960, p. 20). Acredita-se que Quine, em seus últimos trabalhos, somente reforça e esclarece o que são esses mecanismos e como eles tomam forma na aprendizagem, mas não que há um abandono de sua perspectiva behaviorista. Em *Two Dogmas in Retrospect* (1991) ele tenta sustentar que há uma associação do aspecto neurofisiológico com o comportamental, aonde o *input* do mundo externo de alguém, sobre uma dada ocasião, com o seu *input neural* sobre a ocasião são identificados. Isso quer dizer que os processos cerebrais traçados, os quais os neurologistas estão esclarecendo pouco a pouco, ficam entre o *input* neural e a percepção, onde a similaridade perceptual segue em graus, e dá margem a um critério comportamental comum no reforço e extinção de respostas (TDR, 1991, p. 273). Nota-se que o critério comportamental, mesmo na tentativa de buscar uma explicação neurofisiológica, sempre se faz presente e necessário.

¹³⁸ Segundo Follesdal as objeções de Chomsky contra o behaviorismo quineano são irrelevantes. Para ele o que há de confuso em Quine é a sua concepção acerca do estímulo e resposta, uma vez que esta parece abandonar a natureza pública da linguagem. Follesdal afirma: “Estímulo pode ser empiricamente estudado, mas ele não é publicamente acessível. E de acordo com o critério fundamental de Quine o aparecimento e o desenvolvimento da linguagem, a aprendizagem da linguagem e o uso da linguagem em comunicação devem todos ser fundados sobre evidência acessível publicamente. Em minha vida diária, onde eu aprendo e uso a linguagem, eu não posso observar o estímulo sensorial dos outros. E nem o meu próprio. Como posso eu então comparar o estímulo dos outros com os meus próprios, como Quine requer?” (FOLLESDAL, 1999, p. 141). Já o filósofo Charles Parsons (1990) alega que Quine abandona em seus últimos trabalhos o behaviorismo e passa a propor uma leitura neurofisiológica para a linguagem, isto é, passa a buscar uma explicação genética na filosofia onde alguma importante característica do pensamento ou do conhecimento é explicada por uma história hipotética sobre como isso surge sendo como é.

Entretanto, para esta seção, que procura reforçar a permanência do behaviorismo em Quine, leva-se em consideração somente a alegação que Chomsky faz do abandono do behaviorismo quineano em favor de um mentalismo nos seus últimos escritos. Para alcançar esse objetivo deve-se lembrar que já em *Word and Object* Quine defende que o behaviorismo, no sentido filosoficamente significativo do termo, não deve ser concebido seguindo apenas um esquematismo psicológico específico de resposta condicionada, mas sim, mais amplo, sendo possível a postulação de estruturas inatas ainda desconhecidas, como as hipóteses analíticas adicionadas ao mero espaço qualitativo, e a noção de padrões de similaridade (LP, 1976, p. 57). Com declarações similares a essas, em grande parte de seus escritos, Quine tenta esclarecer que ainda que o método de resposta condicionada conserve um papel chave na aprendizagem da linguagem, este método não é capaz de levar muito longe. Por essa razão que ele postulou a síntese analógica e os padrões inatos de similaridade. Entretanto, isso tudo não vai contra o behaviorismo, nem indica que Quine o abandona, seja em prol do mentalismo ou da neurofisiologia. Pois, embora um linguista ainda estime entidades filosoficamente mentais, como Quine observou, elas são inúteis ou nocivas na teoria da linguagem gerando a noção de uma linguagem privada (PPLT, 1970, p. 05). Para ele, os atos mentais são notoriamente difíceis de fixar, por isso, para que haja algo objetivo que os assegure, deve-se ir atrás das palavras, pois elas acompanham o pensamento e é somente quando os pensamentos são expressos em palavras que se pode especificá-los (TPT, 1981, p. 02).

Em seu artigo *Mind and Verbal Dispositions* (1975) Quine até acredita que possa existir uma afinidade entre mente e linguagem, mas essa relação ainda não é exata. O problema de Quine não é com uma teoria da mente, mas com a postulação de termos mentais, para ele “uma teoria da mente pode ganhar clareza e sentido, eu penso, de uma melhor compreensão dos trabalhos da linguagem, considerando que um insignificante entendimento dos trabalhos da linguagem está sendo esperado em termos mentalistas” (MVD, 1975, p. 84). Segundo a sua proposta, os termos mentalistas, como crenças, desejos, e assim por diante, devem ter conteúdo empírico. Disso se segue que esses termos são, de alguma forma, aprendidos (SM, 1985, p. 5):

Tais termos são aplicados à luz de indícios publicamente observáveis: indícios estritamente físicos de estados corpóreos [...]. Sem os traços visíveis, antes de tudo, termos mentalistas não poderiam ser aprendidos de qualquer modo.

Pode-se dizer que a mente, para Quine, consiste em disposições ao comportamento, e estas são estados fisiológicos. Isso quer dizer que um estado mental não é sempre manifestado no comportamento, mas fisicamente construído ele é um estado de nervos, ou ainda, os estados mentais são, por exemplo, como doenças que podem ser diagnosticadas a luz de sinais observáveis embora a sua origem seja desconhecida para a ciência¹³⁹.

Quine (MVD, 1975, 94) afirma:

Nós recordamos que John B. Watson não declarou que todo pensamento era fala incipiente; ele era toda contração de músculos incipientes, e principalmente de músculos da fala. Certamente, eu não identificaria a mente completamente com disposições verbais; com Gilbert Ryle e Wilfrid Sellars eu a identificaria com disposições comportamentais, e a maioria das vezes verbal. Por conseguinte, tendo construído disposições comportamentais em ordem seguida como estados fisiológicos, eu acabo com a assim chamada teoria da identidade da mente: estados mentais são estados do corpo.

Em seu artigo *States of Mind* (1985) Quine assegura que é possível apoderar-se de termos mentalistas e construí-los como se referindo a estados corporais, apesar de continuar a falar de estados como mentais. A mudança se mostra ao considerar estados mentais como estados do corpo mais propriamente do que como estados de outra substância, no caso a mente. Desse modo, a fala sobre a vida mental de alguém pressupõe referência externa (SM, 1985, p. 05). Quine parece propor uma identificação da mente ao corpo, isto é, “uma identificação dos estados mentais com estados corpóreos, estados neurais; uma construção do mental como neural” (SM, 1985, p. 06).

Entretanto, não existe nenhuma presunção que o idioma mentalista seja traduzível dentro de uma terminologia anatômica e bioquímica da neurologia, por mais que os mecanismos neurológicos pudessem ser entendidos. O conteúdo empírico de declarações de crenças é heterogêneo ao extremo, assim como o mecanismo fisiológico envolvido também é (SM, 1985, p. 06). Para Quine os únicos

¹³⁹ Cf. QUINE, *States of Mind*, 1985.

fatos da natureza que podem conduzir a uma precisão de tradução são disposições de fala identificadas pelo comportamento, e embora fosse possível um completo entendimento da neurologia em nenhum caminho ele resolveria a indeterminação da tradução.

Segundo Quine (WO, 1960, p. 234):

[...] os termos que designam objetos físicos pertencem a um estado mais básico de nossa aquisição da linguagem que os termos abstratos [...]. Em segundo lugar, os termos que designam coisas físicas intersubjetivamente observáveis são a base da comunicação que tem mais êxito sem necessidade de preparação, como pode ser a comunicação entre estrangeiros na rua [...]. Em terceiro lugar, os termos que designam objetos físicos podem ser aprendidos mediante um condicionamento bastante direto a efeitos estimulativos dos objetos denotados.

Sofia Stein (2002) reconheceu que a posição extensionalista e a tendência nominalista de Quine é o que o aproxima do fisicalismo¹⁴⁰. Seguindo isso, de acordo com Quine (FM, 1979):

O que está posto como objetos aos quais os termos podem referir serão, primariamente, objetos que são considerados idênticos sob mudanças de perspectiva. Isto explica a primazia dos corpos. Se a clareza pode ser atribuída a coisas assim como a palavras, então corpos são coisas das mais claras. Se a investigação deve começar com o que é claro, então comecemos como fisicalistas (p. 158).

[...]

Qual é agora a afirmação do fisicalismo? Simplesmente que não há diferença em questões de fato sem uma diferença na satisfação dos predicados de estados físicos por regiões espaço-temporais. Novamente, isto não é reducionismo em um sentido forte. Não há a suposição de que qualquer um esteja em uma posição de sugerir o predicado de estado apropriado para as regiões pertinentes em qualquer caso particular (p. 166).

Para Quine o naturalismo se associa de forma natural com o fisicalismo ou materialismo, assim ele abraça o fisicalismo como posição científica, mas poderia dissuadir-se dele sobre bases científicas, sem ver-se por isso dissuadido do naturalismo¹⁴¹. Pode-se dizer que essa compreensão foi o que motivou Quine a assumir que um dualismo de mente e corpo não é atrativo. Segundo ele o dualismo

¹⁴⁰ “Tanto a sua posição extensionalista, que observa extensões como entidades de fácil identificação, quanto as suas tendências nominalistas, segundo as quais objetos abstratos são de difícil identificação, aproximam Quine do fisicalismo, isto é, da posição segundo a qual objetos físicos são objetos claramente identificáveis, aos quais devemos tentar reduzir objetos abstratos difíceis de serem identificados” (STEIN, 2002, p. 315).

¹⁴¹ Cf. QUINE, *Naturalism; Or, Living Within One's Means*, 1995.

é reduzível ao monismo físico¹⁴², pois para todo o estado da mente há exatamente um estado do corpo acompanhante, logo é possível reinterpretar os termos mentalistas como denotando estados corpóreos relacionados. Entretanto não se está aqui reduzindo a mente ao corpo, de eventos mentais a corpóreos, há aqui, segundo Quine, uma revisão ontológica e ideológica, com a intenção de renunciar a noção de que existe uma substância mental independente da substância corpórea, sobre a qual o comportamento verbal prossegue imperturbado, justificado e acionado pelas observações (TPT, 1981, p. 18–19)¹⁴³.

A proposta fisicalista de Quine pode ser sustentada, além do problema mente-corpo, na sua tese holista¹⁴⁴. Diferentemente do reducionismo proposto por Carnap que propunha uma redução de tradução a termos de observação, lógica e teoria dos conjuntos, Quine (EN, 1969, p. 76) reconhece que, “temos que perder as esperanças quanto a qualquer redução dessa espécie”¹⁴⁵. Assim, na medida em que

¹⁴² “Não há necessidade de se evitar, segundo Quine, o ‘discurso’ sobre os eventos mentais, porém, os predicados que descrevem esses eventos podem e devem ser atribuídos a ‘corpos físicos’ e não a uma ‘entidade mental’ adicional. A essa sua posição Quine chama ‘monismo físico’” (STEIN, 2002, p. 316).

¹⁴³ A conclusão que Quine tira de tudo isso é a inescrutabilidade da referência, pois dizer que os objetos de que alguém está a falar é dizer nada mais do que como é que é proposto traduzir os seus termos, isso quer dizer que a tradução adotada prende a referência livremente oscilante dos termos estranhos apenas relativamente à referência livremente oscilante dos nossos próprios termos. Os objetos, ou os valores das variáveis, servem meramente como índices em toda a extensão e podem ser permutados ou substituídos como se desejar, desde que a estrutura frase-frase seja preservada. A crença de Quine em coisas externas, como pessoas, terminações nervosas, paus, pedras, átomos, elétrons, ou como ele descreve, seu “realismo robusto”, reconcilia suas descrições através do seu naturalismo, “o reconhecimento de que é no interior da própria ciência, e não nalguma filosofia prévia, que a realidade dever ser identificada e descrita” (TPT, 1981, p. 20). Para Nascimento: “A consequência que talvez tenhamos de tirar, portanto, é não que Quine não possa ser um realista – ele o é – mas que, para Quine, o discurso, as palavras e conceitos utilizados não tem nenhum vínculo essencial com a natureza descrita. Usamos o discurso para falar da realidade, sim, mas o mesmo não é, em nenhum sentido – para tomar de empréstimo uma expressão de Rorty – um ‘espelho da natureza’” (NASCIMENTO, 2008, p. 108).

¹⁴⁴ Sofia Stein em seu artigo *Empirismo e Fisicalismo: Características do Holismo Epistemológico de Willard Quine* (2003) apresenta uma argumentação semelhante, pois ela afirma que a sustentação de uma teoria se dá a partir de critérios empíricos, por meio das sentenças observacionais; e a ontologia de Quine deve ser entendida como fisicalista. De acordo com Sofia: “Quine não está propriamente abandonando seu holismo moderado em favor de um realismo dos objetos físicos. Aproxima-se da posição fisicalista com o intuito de apresentar a visão do mundo que considera a mais competente para explicar os fenômenos naturais” (STEIN, 2003, p. 74).

¹⁴⁵ O objetivo de Carnap era realizar uma *reconstrução racional*, isto é, reduzir qualquer construção de discurso fisicalista em termos de experiência sensível, lógica e teoria dos conjuntos, traduzindo a ciência em lógica, termos observacionais e teoria dos conjuntos. Todavia, esse empreendimento de Carnap não alcança seu objetivo, “o momento crucial é aquele em que Carnap explica como atribuir qualidades a posições no espaço e tempo físicos. Essas atribuições têm de serem feitas de modo a preencher da melhor maneira possível certos desideratos que ele enuncia e, com o crescimento da experiência, tem que ser revistas para continuar a corresponder. Embora traga luzes, esse plano não

Quine propõe seu holismo, ele assegura que é necessário um agrupamento de sentenças para assim, existir uma “massa semântica crítica”, ou seja, só um agrupamento de sentenças é suficiente para implicar um efeito observável de uma condição experimental observável (TDR, 1991, p. 168). Em seus últimos trabalhos Quine formula os chamados “categóricos observacionais”¹⁴⁶, que ao serem implicados por um agrupamento de sentenças inferem que há uma massa semântica crítica envolvida. Além disso, o controle experimental de um agrupamento de sentenças consiste em testar o categórico incluído pela combinação para a execução de seu acontecimento observável e ver se é realizado. Ou seja, uma teoria é testada por deduzir um categórico observacional e por testá-lo. Se ele falha, uma ou outra de suas asserções componentes é falsa e necessita ser recolhida; porém se o categórico passa no teste então ele foi até aqui muito bem (FSS, 1995, p. 44). Todavia, Quine chama a atenção de que um teste favorável não prova a teoria como sendo verdadeira e também não prova se o categórico observacional é verdadeiro, a observação somente pode falsificar um categórico¹⁴⁷. Um categórico ganha confiança à medida que as observações continuam a conformar-se a ele, isto é, pela formação do hábito ou condicionamento.

Gibson (1982) afirmou que o objetivo geral de Quine é fazer com que a linguagem da física seja feita a linguagem universal de toda a ciência, incluindo a ciência social. Por isso, o fisicalismo de Quine é um tipo aplicado/usado pela psicologia, é a base lógica para o método do behaviorismo, que mais adiante faz com que o behaviorismo busque a eliminação de toda a linguagem intensional da

nos oferece nenhuma chave para *traduzir* as sentenças da ciência em termos de observação, lógica e teoria dos conjuntos” (EN, 1969, p. 76). Quine acolhe todos os problemas enfrentados por Carnap como base de seu “holismo”, e parece propor que esta seria a única saída para a ciência.

¹⁴⁶ Um categórico observacional é uma generalização da forma “Quando isto, aquilo” onde ‘isto’ e ‘aquilo’ são sentenças observacionais, como no caso de frases “Onde há fumaça há fogo” ou “Quando chove cai água”. O categórico observacional é o “salva-vidas” da ciência, pois Quine os vê não como miniaturas de teorias científicas individualmente, mas como o último “*checkpoint*” empírico da ciência. Um melhor esclarecimento sobre os “categóricos observacionais” se encontra no seu livro *From Stimulus to Science* (1995), no cap. IV, no qual ele afirma que os categóricos são os pontos de verificação de uma teoria científica e é formado pela união de duas sentenças observacionais – combinação de um condicional observacional e o resultado observável em uma única sentença -, eles são o conteúdo empírico de uma teoria, pois são eles que ligam a teoria à observação.

¹⁴⁷ Quine em seu artigo *Empirical Content* (1981) ao explicitar o método de testar um categórico observacional apresenta a teoria do filósofo Popper como sendo a sua base, pois a caracterização de Quine se serve da afirmação de Popper que teorias científicas apenas podem ser refutadas, nunca definitivamente estabelecidas (EC, 1981, p. 28).

ciência da psicologia. Então, de acordo com Gibson, o behaviorismo é um empreendimento para fazer psicologia sem usar termos como ‘acredito’, ‘desejo’, ‘espero’, ‘penso’, ‘quero’. Todavia, isso não quer dizer, naturalmente, que tal linguagem universal da ciência, cheia de vocabulário, está agora à mão. Mais propriamente, a tese de fisicalismo unida ao behaviorismo é uma proposta para desenvolver tal linguagem para o futuro (GIBSON, 1982, p. 107).

Em *From Stimulus to Science*, Quine (FSS, 1995, p. 98) afirma:

Neste caso, a linguagem é extensional, mas abrange predicados mentalistas por obséquio do monismo anômalo. Os verbos de atitude proposicional na maioria das vezes permanecem mentalistas: não presumem tradução dentro de termos fisiológicos, embora cada evento mental individual pretenda ser especificável fisiologicamente. Tal é a adaptação do antigo idioma intensional de atitude proposicional¹⁴⁸.

Todavia, defender que todo o conhecimento provenha de objetos físicos é de onde resultam muitas confusões. Por isso, a solução de Quine para não incorrer nelas é, ao invés de falar de objetos físicos, falar de estimulações. Dessa forma justifica-se a investigação das estimulações do discurso sobre as coisas físicas. A clarificação e a compreensão do discurso comum sobre as coisas físicas não se dá pela redução desse a uma única base de um idioma mais familiar, o que deve ser feito é aclarar as conexões entre o discurso sobre as coisas físicas e os outros vários materiais captados pelos cinco sentidos (WO, 1960, p. 03).

Em *Three Indeterminacies* (1990) Quine reforça a ideia de que não é possível a análise de termos observacionais, pois alguns proferimentos que registram observação não são termos, como por exemplo, “Está chovendo” ou “Está nevando”. Por isso, ele propôs desviar-se de termos observacionais para falar de sentenças observacionais. As palavras que antes designavam termos, como “pedra” ou “estaca”, devem agora ser tratadas como sentenças de uma palavra (TI, 1990, p. 01). O empirismo de Quine, então, não faz referência especificamente a observações, mas a sentenças observacionais¹⁴⁹. Logo, o que seria “observável”

¹⁴⁸ São idiomas da atitude proposicional aqueles termos que relatam atos, eventos ou atitudes que são intensionais: “perceber que”, “pensar que”, “acreditar que”, “dúvidas, expectativas, esperanças, medos, arrependimentos que”, etc.

¹⁴⁹ E é sobre as sentenças observacionais que se encontram muitas críticas ao sistema filosófico de Quine, incluindo a de Davidson (1990). O que acontece é que Quine oscila entre diferentes definições de sentenças observacionais. Estas, como Davidson nota, não devem ser reportadas as observações, elas não são sobre sensações ou experiências, mas sobre os objetos os quais são

para Quine seria algo atestado sobre algum lugar, por alguma evidência em comando da linguagem e seus cinco sentidos. O que ele quer afirmar é que as sentenças observacionais, ainda em seu último sentido, são reportadas não somente de dados dos sentidos, mas também de circunstâncias externas comuns (TI, 1990, p. 02). Assim, o que conta como observação pode agora ser estabelecida em termos de estimulação de receptores sensoriais, caia a consciência onde puder cair. São as estimulações dos receptores sensoriais, tomando a forma de sentenças observacionais, que passam a ser consideradas, da melhor maneira, como a entrada do mecanismo cognitivo (EN, 1969, p. 84).

Quine em seu artigo *The Scopes and Language of Science* (1976) salientou que se questionar sobre se o conhecimento deve depender exclusivamente de irritações da superfície e condições internas mostra apenas que a compreensão está limitada às superfícies sensórias. De acordo com ele não é legítimo questionar, de maneira significativa, a realidade do mundo exterior, ou negar que existe evidência de objetos exteriores no testemunho dos sentidos, pois fazer isso é simplesmente dissociar os termos “realidade” e “evidência”, dado que: “Tudo o que eu sou ou que espero vir a ser deve-se às irritações da minha superfície” (SLS, 1976, p. 228). “E todo o saber dos tempos é devido à irritação das superfícies de uma sucessão de pessoas, juntamente, de novo, com as condições internas iniciais desses vários indivíduos” (Ibid, p. 229).

Quine considerou válidas as observações feitas por Davidson (1990)¹⁵⁰, pois é possível se questionar acerca de “como” duas pessoas que não compartilham os mesmos receptores podem compartilhar a mesma estimulação, isso poderia levar a uma espécie de concepção de estímulos como sendo privados, pois cada percepção seria sentida somente pela própria pessoa. Então, como saber que o outro está compartilhando a mesma percepção?

Uma das possibilidades seria sugerir que ambos possuem receptores homólogos (como Quine destacou em *The Roots of Reference*), apesar de que não há receptores exatamente homólogos se consideradas às minúcias anatômicas.

ocupantes da teoria do mundo. Assim, de acordo com Davidson, Quine não respondeu a questão em que consiste a evidência da qual a teoria do mundo depende, ele não descobriu ainda o que é que suporta a teoria e dá as sentenças o seu significado. Esta resposta poderia estar contida na definição de sentença observacional, mas Quine parece possuir diferentes definições acerca dela.

¹⁵⁰ Cf. DAVIDSON, *Meaning, Truth and Evidence*, 1990.

Entretanto, não há problemas, pois não se equaciona estimulações entre pessoas, mas para uma única pessoa, dado que a equivalência das sentenças ocasionais baseia-se na mesmidade e na diferença de estimulações só desta pessoa. A subsequente soma que é requerida para se obter à sociedade faz apelo à equivalência cognitiva para cada pessoa em separado, sem nunca equacionar as estimulações entre pessoas, observa-se somente o comportamento público de cada pessoa. Ou seja, a relação de equivalência cognitiva é definida para o sujeito e para a sociedade por uma rotina de interrogação e veredicto, por assentimento e dissentimento, valendo-se apenas do comportamento publicamente observável (UPM, 1981, p. 50).

Nesse sentido, Quine declara que o que Davidson (1990) quis fazer é fornecer semelhança intersubjetiva de estimulação pela localização do estímulo, não estando esse mais localizado na superfície corporal, mas fora dela, compartilhando a mesma causa do comportamento de dois sujeitos. Porém, Quine parece não mudar de posição ao localizar estimulações sobre “input neural”. Ele expõe a Davidson que sua preocupação não é linguística, como Davidson argumentava, mas epistemológica, pois o que ele quer fazer é fluir de evidências vindas dos sentidos para declarações da ciência. Além disso, as sentenças observacionais constituem informações não somente de dados dos sentidos, mas também de circunstâncias externas correntes. Muitas das sentenças observacionais são aprendidas por condicionamento direto a estimulação sensorial e todos podem condicionar-se deste modo (TI, 1990, p. 03).

Ainda em *The Scope and Language of Science* (1976), Quine deixa claro que as semelhanças e os contrastes que são a base da aquisição da linguagem de alguém não devem ser só pré-verbalmente apreciáveis, elas devem ser intersubjetivas, dado que a sensibilidade, por exemplo, ao vermelho de uma criança de nada valerá a ela ao aprender “vermelho” da mãe se esta não estiver em posição de apreciar que a criança é confrontada com algo vermelho. Logo, o “real” é prévio à linguagem e exterior aos falantes (SLS, 1976, p. 231).

Todavia, o que Quine quer assegurar é um reconhecimento de semelhança intersubjetiva de estimulação a partir de uma “concordância perceptual” – *harmony preestablished* -, e quer afirmar que essa é uma via aceitável, melhor do que simplesmente não utilizá-la (TI, 1990, p. 03). Se a questão posta por Davidson era a

de “como significados são determinados”, a resposta de Quine parece ser dada por um passo intermediário entre as teorias que ele apontou, isto é, nem distal nem proximal. Pois, qualquer diferença que haja entre essas concepções, o que deve ser mostrado é quando sentenças – a mesma ou diferentes – tem o mesmo *stimulus meaning* para duas pessoas. Quine sustenta que o que flutua em ar aberto é a linguagem comum observada socialmente, na qual cada um é livre a internalizar em seu caminho neural próprio. Ou seja, a linguagem é o único meio em que se movimenta intersubjetivamente, e as sentenças observacionais são os pontos de verificação a partir da observação do comportamento (TI, 1990, p. 04).

Essa posição de Quine parece se confirmar em seu artigo *Progress on Two Fronts* (1996), no qual ele acentua a idéia de “concordância preestabelecida” entre os falantes. Quine nesse artigo demonstra desconforto com as posições que parecia assumir na proximal em *Word and Object* (1960) e na distal em *The Roots of Reference* (1974). No entanto, ele sugere não ver nenhum passo a mais a ser tomando, mas somente esclarecer alguns detalhes cruciais que ele tem modificado em sua doutrina. Quine continua a apontar problemas tanto com a teoria proximal – de receptores sensoriais – quanto com a distal – objetos externos -. E, para solucionar isso, ele reforça a noção de *harmony* - que é traduzida como “concordância”. Essa noção implica uma concordância preestabelecida de padrões de similaridade perceptual independente de semelhança intersubjetiva de receptores ou sensações, e que está entre a semelhança perceptual e o ambiente, e é manifestada através do comportamento (PTF, 1996, p. 160). Quine ainda garante que essa concordância é necessária não somente com respeito à tradução em uma mesma língua, mas também com respeito à proferimentos em uma tradução de uma língua a outra.

Neste último artigo, Quine conserva a noção absoluta de uma sentença observacional como simplesmente uma sentença ocasional que dirige o assentimento imediato de um sujeito, por mais falível e revisável que seja (PTF, 1996, p. 162). Assim, todas as sentenças observacionais são holofrásticas¹⁵¹ em sua associação à estimulação, ou seja, o assentimento a elas é imediato.

¹⁵¹ O termo “holofrástico” é usado por Quine para qualificar a relação existente entre as sentenças de observação e as situações que causam o assentimento do falante, não estando assim comprometidos com um objeto. Dessa forma é possível estudar a aquisição e o uso de sentenças observacionais sem prejudicar os objetos, estando assim livres a especular sobre a natureza da

Dessa forma, Quine afirma que as sentenças observacionais permanecem sobre sua antiga definição e seu antigo papel, e são como condicionais em “categóricos observacionais”, os quais são os pontos de verificação da ciência e uma possível solução ao problema da gênese da comunicação¹⁵². Para Quine, uma criança, por exemplo, não apenas ouve a sentença, vê o objeto ou evento reportado, e associa os dois; mas ela também nota a orientação do falante, o gesto e a expressão facial, e nesse caminho ainda percebe que o falante percebe o objeto ou o evento. Quando uma criança faz uso da sentença, existe ainda um perceber do perceptivo, este é formado a partir da “empatia”, considerada como instintiva (FSS, 1995, p. 89).

Com isso, pode-se dizer que Quine aceita o emprego da psicologia junto à ciência empírica, pois, ao parar de sonhar com a dedução da ciência, a partir de observações, a psicologia não sofre mais da condenação de “circularidade” que sofria anteriormente. Se o objetivo é procurar simplesmente compreender o elo entre observação e ciência, será de bom critério empregar qualquer informação disponível, inclusive a que é oferecida pela ciência mesma, cujo elo com a observação procura-se compreender (EN, 1969, p. 75–76). Por isso, Quine afirma que o significado que importa para a linguagem é o “significado empírico”, o qual é ligado a estímulos e comportamento observável. Segundo ele, uma criança aprende suas primeiras palavras e sentenças ouvindo-as e empregando-as na presença de estímulos apropriados. Assim, segundo Quine (EN, 1969, p.81), estes são externos e devem atuar tanto sobre a criança como sobre o locutor com quem ela está aprendendo a linguagem:

A linguagem é socialmente inculcada e controlada. Inculcar e controlar depende estritamente da ajustagem das sentenças à estimulação compartilhada. Fatores internos podem variar *ad libitum*, sem prejuízo para a comunicação enquanto não for perturbada a ajustagem da linguagem aos estímulos externos. Decerto, enquanto se trata da própria teoria do significado linguístico, não se tem outra escolha além de ser um empirista.

reificação e sua utilidade para a teoria científica (PT, 1990, p. 08). Em *Reply to Stroud* (1981) Quine afirmou que as sentenças observacionais são holofrasticamente condicionadas a estimulações, sem consideração de qualquer disputa de referência objetiva.

¹⁵² Um melhor esclarecimento sobre os “categóricos observacionais” se encontra no livro *From Stimulus to Science* (1995). Nesta obra Quine destaca que os categóricos são os pontos de verificação de uma teoria científica e é formado pela união de duas sentenças observacionais – combinação de um condicional observacional e o resultado observável em uma única sentença.

Por isso, Quine (PT, 1990, p. 37) afirma:

Na psicologia alguém pode ou não ser um behaviorista, mas na linguística não há escolha. Cada um de nós aprende sua linguagem por observar o comportamento público de alguém e tendo seu próprio comportamento verbal balbuciante observado e reforçado ou corrigido por outros. Nós dependemos estritamente sobre o comportamento público em situações observáveis. Contudo que o nosso domínio da linguagem ajuste-se a todos os *checkpoints* externos, onde nossas declarações ou reações a declarações de alguém possam ser avaliadas considerando alguma situação compartilhada, até que tudo está bem. Nossa vida mental entre *checkpoints* é indiferente para nossa avaliação como um especialista da linguagem. Não existe nada no significado linguístico além do que está sendo apanhado do comportamento público em circunstâncias observáveis.

Com isso nota-se que o behaviorismo é central e permanece em todos os trabalhos de Quine. A sua proposta behaviorista acolhe a genética, a neurologia, e dotes inatos, mas ela exclui as explicações mentalistas. Os termos mentalistas são definidos mais adequadamente pela sua observável manifestação no comportamento. Deste modo, como Quine sustenta, pode ser que, agora e sempre, a única maneira de adivinhar, por exemplo, se um homem está inspirado, ou deprimido, ou desiludido, ou com dores, seja perguntando-lhe ou observando o seu comportamento comum, e não examinando as suas contrações nervosas, ainda que com instrumentos de uma sutileza não sonhada. Embora a “fiscalização” de termos mentais não seja suficiente para torná-los aceitáveis a ciência, o que está em jogo aqui é a aceitabilidade de certos predicados e não de certos objetos mentais (SLS, 1976 p. 243). Desse modo, Quine aprova predicados mentalistas quando a sua aplicabilidade é aparentemente observável para a sua utilidade prática, entretanto ele dispensa entidades mentais¹⁵³.

Quine não concebe a linguagem como um “objeto” de estimulações na superfície sensória, se assim o fizesse estaria confundindo referência com significado, o que este filósofo faz é usar estimulações em significados, principalmente no significado de sentenças observacionais, enquanto que a referência seriam os corpos, relacionados com a teoria e assim, sujeitos a

¹⁵³ Cf. DREBEN, *Quine on Quine*, 2004, p. 287.

indeterminação da tradução¹⁵⁴. É possível dizer, como Quine, que a noção de observação é social e a definição comportamental se baseia em semelhanças entre *stimulus meaning* tomados em toda a comunidade¹⁵⁵.

No último parágrafo de seu artigo *Two Dogmas in Retrospect*, Quine (TDR, 1991, p. 274) afirma:

‘Insights’ mais profundos dentro da natureza da inferência científica e da explicação podem algum dia ser alcançada na neurologia, unida talvez com a simulação computacional [...]. A natureza e a natureza da ciência permanecem um campo fértil de pesquisa, variado e convidativo.

Quine reconhece o avanço científico tanto no lado epistemológico quanto linguístico, e deste modo, pode-se dizer que sustenta que o seu discurso behaviorista possibilita o progresso do discurso sobre a ciência, e não o engessa como fazia o mentalismo. Com o behaviorismo, as noções de indeterminação e falibilidade do discurso se tornam coerentes com a evolução da ciência e não um problema desfavorável, mas sim, favorável que indica avanço. Além do mais, o behaviorismo se apresenta como um caminho pragmático que possibilita uma relação entre teoria e mundo.

¹⁵⁴ Cf. QUINE, *Replies to Stenius*, 1969, p. 299.

¹⁵⁵ Cf. QUINE, *Word and Object*, 1960.

CONCLUSÃO

Essa dissertação apresenta uma exposição e uma possível defesa da concepção behaviorista da linguagem de Quine. Alegou-se aqui a permanência do behaviorismo quineano no decorrer de todos os seus trabalhos e não o seu abandono como sustentou Chomsky. Isso foi mostrado nos precedentes capítulos organizados da seguinte forma:

No primeiro capítulo foram expostas as críticas e os argumentos que Quine utiliza para sustentar o seu behaviorismo. Entretanto, fez-se primeiramente necessário apresentar brevemente o sistema filosófico de Quine, suas principais teses, para então descrever o lugar central que a concepção behaviorista assume nesse sistema. Na sequência do capítulo dividiu-se a proposta behaviorista de Quine em duas partes: uma parte negativa, apresentando as críticas, e uma parte positiva sustentada pelos argumentos quineanos a favor do behaviorismo. Na parte negativa foi exposta a crítica de Quine a semântica mentalista tradicional, principalmente à “explicação” do conceito mentalista de significado.

Por conseguinte, com a sua proposta behaviorista, o conceito de significado deixa de ter seu lugar central na teoria semântica, cedendo seu posto ao *stimulus meaning*, que é dado pelas disposições comportamentais frente ao discurso. Ou seja, é dado pelas condições públicas de uso, através da observação do comportamento das pessoas usando a linguagem. Assim, ao defender a perspectiva behaviorista, Quine apresenta a sua proposta que denomina a linguagem como uma “arte social” (WO, 1960, Prefácio). A marca de Quine é a intersubjetividade, por isso, ele não aceita a introspecção como um método legítimo para adquirir a linguagem, pois este é privado e não há como verificar algo do mundo exterior. A partir disso ele

sustenta dois métodos de aquisição da linguagem: a ostensão e a síntese analógica. No primeiro há a necessidade de estímulos sensoriais e resposta social, esse método também é conhecido como condicionamento direto, visto que também é dado a partir de recompensa ou castigo do indivíduo frente a comunidade de fala. O segundo método é o nível posterior a ostensão, pois é a construção da linguagem a partir da analogia com outras sentenças, muitas vezes aprendidas pelo primeiro método. O que Quine ressalta com os esses métodos é que ambos se baseiam de alguma forma no condicionamento, isto é, qualquer interconexão de sentenças necessita em última instância estar adequada ao condicionamento de sentenças tanto como resposta a sentenças quanto a estímulos.

Todavia, a linguagem baseada no comportamento publicamente observado sempre permitirá uma indeterminação da linguagem, não somente com respeito à tradução de linguagens diferentes, mas também, do próprio significado e da referência em uma mesma linguagem. Ao reconhecer esta limitação Quine afirma a existência de uma indeterminação na linguagem, a qual é vista através da tese que ele denomina de tese de *Indeterminação da Tradução Radical*.

Assim, com a sustentação da concepção behaviorista da linguagem de Quine afirma-se: (1) o significado é uma propriedade do comportamento; (2) que a realidade da linguagem é definida pelos *stimulus meaning*, os quais são dados a partir do comportamento; (3) que a única maneira de verificar ou falsificar uma teoria é através do comportamento; e (4) a linguagem deve ser como um todo extensional, assumindo-se assim, a existência dos corpos, tentando identificar tudo o que existe, até as palavras, com o que há no mundo de acordo com situações observáveis, limitadas pelo comportamento linguístico e os cinco sentidos.

Entretanto, críticas se sucederam a proposta behaviorista da linguagem de Quine, e as principais delas foram feitas por Chomsky. Por essa razão no segundo capítulo foram apresentadas as críticas que Chomsky fez a Quine e a defesa que Roger Gibson elaborou contra Chomsky. Esse capítulo se fez necessário para posteriormente, no terceiro capítulo, tentar elaborar um passo a mais na defesa do behaviorismo quineano frente às críticas de Chomsky e as que a sucedem no mesmo sentido. O interesse de realizar essa defesa se fez ao ler Gibson, em seu livro *The Philosophy of W. V. Quine: An Expository Essay* (1982), em que ele rebate

as críticas de Chomsky assegurando que este possui mal-entendidos sobre Quine, porém, essa defesa não ficou muito clara.

Assim, no terceiro capítulo foi feita uma análise das alegações de Chomsky, bem como da defesa de Gibson e, também foi sustentado que o behaviorismo permanece em todas as obras de Quine, inclusive em *The Roots of Reference* (1974), obra que Chomsky considerou como o marco da mudança de posição de Quine, na qual ele deixa de priorizar a postura behaviorista e assume um mentalismo na linguagem. A partir dessa análise, foi então exposta a posição oficial de Quine sustentando que ele não abandona o behaviorismo, este permanece em todos os seus trabalhos e ainda, de uma forma ou outra, todas as investigações filosóficas de Quine implicam a sua concepção behaviorista, sendo ela a base de todo o seu sistema filosófico.

Pode-se indicar com isso que a filosofia de Quine é marcada por sua concepção behaviorista da linguagem, apesar de sua preocupação ser basicamente epistemológica. O que está por trás de todo o questionamento epistemológico é a concepção behaviorista e, isso fica claro nos seus trabalhos, pois Quine parece induzir que primeiro é necessário entender como é adquirida a linguagem, a qual formula as teorias, para então, buscar compreender qual a relação entre teoria e mundo. O behaviorismo assume, então, um papel importante para se pensar sobre o problema epistemológico, pois se estuda mais responsabilmente palavras do que ideias. O ponto de pesquisa recai sobre a aquisição da linguagem, caracterizadas por Quine na figura da criança aprendendo suas primeiras palavras e de um linguista com a tarefa de realizar uma tradução radical. E como ele afirma “nós estamos interessados na teoria de aprendizagem da linguagem visto que a sua compreensão pode lançar luz sobre a natureza da teoria científica” (RR, 1974, p. 111), assim, “nós temos aqui uma boa razão para considerar a teoria da linguagem como vital a teoria do conhecimento” (NNK, 1975, p. 74).

Quine, então, parece sustentar que primeiro é necessário partir de um discurso na forma comportamental, fugindo do discurso mentalista, para assim, ser possível o estudo acerca do conhecimento. Ou seja, é necessário primeiramente o estudo da linguagem seguindo uma perspectiva behaviorista, para então, ser possível formular uma teoria do conhecimento capaz de estudar conceitos e teorias

sem recair em noções intensionais e obscuras que não permitem a aplicação de uma metodologia naturalista.

Dessa forma, pode-se sustentar que a concepção behaviorista da linguagem de Quine é amparada e definida por quatro afirmações: (1) “Linguagem é uma arte social. Para aprendê-la não dispomos de mais meios que alguns indícios sugestivos, intersubjetivamente disponíveis, que indicam o que pode ser dito e em que circunstâncias” (WO, 1960, prefácio); (2) “O significado [...] é primariamente uma propriedade do comportamento” (OR, 1969, p. 27); (3) “Cada um de nós aprende sua linguagem por observar o comportamento verbal de outra pessoa e tendo seu próprio comportamento verbal balbuciante observado e reforçado ou corrigido pelos outros” (PT, 1990, p. 38); (4) “Não existe nada no significado linguístico além do que está sendo apanhado do comportamento público em circunstâncias observáveis” (PT, 1990, p. 38).

Entretanto, o núcleo que marca sua posição behaviorista está em conceber o significado como uma propriedade comportamental, em contraposição ao significado defendido pelos mentalistas. Deve ficar claro que Quine nunca reconheceu o significado como algo que primeiro existiu na mente e então foi expresso através da linguagem; para ele não existem significados na mente como defendido pelos mentalistas tradicionais. Há certas conexões entre a mente e a linguagem, porém não como era defendido por estes. Quine ao reconhecer seriamente a natureza pública da linguagem oferece outra compreensão acerca destas conexões a partir do comportamento. A partir disso, é legítimo sustentar que se não há diferença no comportamento de dois falantes, não há o porquê assegurar que ambos possuem significados diferentes, o que corrobora a sua afirmação de que “uma distinção de significado não refletida na totalidade de disposições ao comportamento verbal é uma distinção sem uma diferença” (WO, 1960, p. 26).

Além disso, para Quine, a eliminação de fronteiras entre as ciências é o que parece contribuir para o progresso de investigações de natureza científica filosoficamente interessante. Embora a ciência procure aspectos da realidade independentes da linguagem, ela não pode passar sem a linguagem nem aspirar à neutralidade linguística. E o meio que possibilitaria essa neutralidade seria o behaviorismo, por isso Quine afirma que deve-se adotar o método behaviorista dentro dos limites de certas buscas científicas. (PPLT, 1970, p. 04).

Encerra-se esse trabalho ressaltando que a uniformidade que nos une na comunicação e na crença é uma uniformidade que se produz onde é socialmente relevante, neste caso, mais quando se trata de circunstâncias de uso que tenham importância intersubjetiva do que quando a importância é privada (WO, 1960, p. 8). A filosofia quineana privilegia, então, o comportamento frente à intensionalidade, pois para alcançar um sucesso no discurso científico e ao mesmo tempo possibilitar um progresso deve-se seguir, além de uma posição mais pragmatista, uma linha behaviorista. O interesse em defender a validade de seu posicionamento behaviorista, principalmente frente às objeções de Chomsky, se fez para declarar que a concepção behaviorista da linguagem de Quine permanece em todos os seus trabalhos e assume um papel importante no seu sistema filosófico que não pode ser ignorado.

REFERÊNCIAS

BEANEY, M. **Carnap's conception of explication: From Frege to Husserl?**, International Carnap Conference: 'Rudolf Carnap – From Jena to L.A.', Jena, 26-29 September 2001. (Paper published in S. Awodey and C. Klein, eds., Carnap Brought Home: The View from Jena, 2004.)

CARNAP, R. **Der logische Aufbau der Welt**. Berlin: Weltkreis-Verlag, 1928. trad. Rolf George, *The Logical Structure of the World*. London: Routledge and Kegan Paul, 1967.

_____. **Meaning and necessity**. Chicago: University of Chicago Press, 1947.

_____. Empiricism, semantics and ontology. **Revue Internationale de Philosophie**, 4, p. 20–40, 1950,

CHOMSKY, N. A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. **Language**, 35, n. 1, p. 26–58, 1959.

_____. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, Mass: M. I. T. Press, 1965.

_____. **Language and mind**. Enlarged edition. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1968 (1972).

_____. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. Tradução Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. Quine's Empirical Assumptions. **Words and objections: Essays on the Work of W. V. Quine**. Dordrecht-Holland: D. Reidel Publishing Company, 1969.

_____. **Reflections on language**. New York: Pantheon Books, Random House, 1975.

_____. Reply. **Mind and language**, v. 2, n. 2, p.178–197, 1987.

CREATH, Richard. Carnap, Quine and Rejection of Intuition. In: BARRETT, R.; GIBSON, R. **Perspectives on Quine**. Oxford: Blackwell, 1990.

DAVIDSON, Donald. Meaning, Truth and Evidence. In: BARRETT, R.; GIBSON, R. **Perspectives on Quine**. Oxford: Blackwell, p. 68–79, 1990.

_____. The emergence of thought. **Erkenntnis**, 51, p. 7–17, 1999.

DAVIDSON, D.; HINTIKKA, J., eds. **Words and objections**: essays on the Work of W. V. Quine, Dordrecht-Holland: D. Reidel Publishing Company, 1969.

DREBEN. Quine on Quine. **The Cambridge Companion to Quine**. R. Gibson, Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FODOR, Jerry A. **The modularity of mind**. The MIT Press, Cambridge, Mass, 1983.

FOGELIN, R. J. Quine's Limited Naturalism. **The Journal of Philosophy**, v. XCIV, n. 11, p. 543–563, nov., 1997.

FOLLESDAL, Dagfinn. Essentialism and Reference. In: **The Philosophy of W. V. Quine**, L. Hahn and P. Schilp. La Salle, Ill: Open Court, 1986

_____. Indeterminacy and Mental States. In: BARRETT, R.; GIBSON, R. **Perspectives on Quine**. Oxford: Blackwell, p. 98–109, 1990.

_____. What Sense Is Language Public?. **On Quine new essays**. Leonardi, P., Santambrogio, M., Cambridge University Press, 1995.

_____. Mind and meaning. **Philosophical Studies**, 94, p.139–149, 1999.

FREGE. **Lógica e filosofia da linguagem**. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/USP, 1978.

GIBSON, R. Are there really two Quines?. **Erkenntnis**, 15, p. 349–70, 1980.

_____. **Enlightened empiricism**. Tampa: University of South Florida Press, 1988.

_____. Quine's Dilemma. **Synthese**, n. 69, p. 27–39, 1986.

_____. Quine's Behaviorism cum Empiricism. **The Philosophy of Psychology**, ed. W. O'Donohue & R. E. Kitchener. London: Sage Publications, 1996. p. 96–107.

_____. **The Cambridge Companion to Quine**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. **The Philosophy of W. V. Quine: An Expository Essay**. Tampa: University of South Florida Press, 1982.

_____. Translation, Physics, and Facts of the Matter. **The Philosophy of W. V. Quine**, edited by L. Hahn and P. Schilp. La Salle, Ill: Open Court, 1986.

HYLTON, Peter. **Quine**. Routledge, New York, 2007.

HYLTON, P.; SOBER E. Quine's Two Dogmas. **Proceedings of the Aristotelian Society**, n. 74, p. 237–280, 2000.

LEVISON, Arnold B. Translational Indeterminacy and the Mind-Body Problem. In: **The Philosophy of W. V. Quine**, edited by L. Hahn and P. Schilp. La Salle, Ill: Open Court, 1986.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. 5. ed. Tradução de Anair Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores).

NASCIMENTO, Marcos Bulcão. É possível um realismo pragmatista? Quine e o naturalismo. **Cognitio – Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia**, São Paulo, v. 5, n.2, p. 104–113, jul–dez, 2008,

QUINE, W. V. Cognitive Meaning. In: **Monist**, 62(2), p. 129–142, april, 1979.

_____. Comment on Donald Davidson. In: **Synthese**, 27, p. 325–329, 1974.

_____. Empirical Content. In: **Theories and things**. Cambridge MA: Harvard University Press, p. 24 – 30, 1981.

_____. Epistemology Naturalized. In: **Ontological Relativity and Others Essays**, New York: Columbia University Press, p. 69 – 90, 1969.

_____. Facts of the Matter. In: **Essays on the Philosophy of W. V. Quine**. ed. R. Shahan; C. Swoyer, Norman: University of Oklahoma Press, p. 155 –169, 1979.

_____. Five Milestones of Empiricism. In: **Theories and things**. Cambridge MA: Harvard University Press, p. 67–72, 1981.

_____. **From a logical point of view**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1953.

_____. **From stimulus to science**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1995.

_____. Goodman's Ways of Worldmaking. In: **Theories and things**. Cambridge Mass: Harvard University Press, p. 96 – 99, 1981.

_____. Linguistics and Philosophy. In: **The ways of paradox and other essays**, revised and enlarged edition. Cambridge, Mass: Harvard University Press, p. 56–58, 1976.

_____. Methodological Reflections on Current Linguistic Theory. In: **Semantics of natural language**. Davidson and Harman, Reidel Publishing Company: Dordrecht – Holland, p. 442 – 454, 1972.

_____. Mind and Verbal Dispositions. In: **Mind and language**. Samuel Guttenplan, Oxford: Oxford University Press, p. 83 – 95, 1975.

_____. Naturalism; Or, Living Within One's Means. In: **Dialectica**, v. 49, p. 251 – 261, 1995.

_____. **Ontological Relativity and Other Essays**. New York: Columbia University Press, 1969.

_____. On Empirically Equivalent Systems of the World, **Erkenntnis**, 9, p. 313 – 328, 1975.

_____. On The Reasons for Indeterminacy of Translation. In: **The Journal of Philosophy**, v. 67, p. 178 – 183, 1970.

_____. Ontological Relativity. In: **Ontological Relativity and Others Essays**, New York: Columbia University Press, p. 26–68, 1969.

_____. Posits and Reality. In: **The Ways of Paradox**, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1976, p. 246 – 254.

_____. Philosophical Progress in Language Theory. In: **Metaphilosophy** v. 1, n. 1, p. 02– 19, 1970.

_____. Progress on Two Fronts. In: **The Journal of Philosophy**, v. XCIII, p. 159–163, 1996.

_____. Replies to Eleven Essays. In: **Philosophical Topics**, v. 12, n. 1, p. 227–243, 1981.

_____. Reply to Arnold B. Levison. In: **The Philosophy of W. V. Quine**, edited by L. Hahn and P. Schilp. La Salle, Ill: Open Court, 1986.

_____. Replies to Chomsky. In: **Words and Objections, Essays on the Work of W. V. Quine**, edited by D. Davidson and J. Hintikka, p. 295–97. Dordrecht-Holland: D. Reidel Publishing Company, 1969.

_____. Reply to Dagfinn Follesdal. In **The Philosophy of W. V. Quine**, edited by L. Hahn and P. Schilp. La Salle, Ill: Open Court, 1986.

_____. Reply to Roger F. Gibson Jr. In: **The Philosophy of W. V. Quine**, edited by L. Hahn and P. Schilp. La Salle, Ill: Open Court, 1986.

_____. Reply to Stroud, **Minwest Studies in Philosophy** 6, p. 473–475, 1981.

_____. Reply to Stenius. In: **Words and objections**: essays on the work of W. V. Quine, Dordrecht-Holland: D. Reidel Publishing Company, 1969.

_____. States of Mind. In: **The Journal of Philosophy**, v. LXXII, n. 1, p. 5–8, 1985.

_____. The Nature of Natural Knowledge. In: **Mind and language**. Samuel Guttenplan, Oxford: Oxford University Press, p. 67–81, 1975.

_____. **The pursuit of truth**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1990.

_____. The Problem of Meaning in Linguistics. In: **From a logical point of view**, Cambridge MA: Harvard University Press, 1953.

_____. **The roots of reference**. La Salle, Ill: Open Court, 1974.

_____. **Theories and things**. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

_____. The Scope and Language of Science. In: **The ways of paradox**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, p. 228–245, 1976.

_____. **The ways of paradox and other essays**. revised and enlarged edition. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1976.

_____. Things and Their Place in Theories. In: **Theories and things**. Cambridge: Harvard University Press, 1981, p. 01–23.

_____. Three Indeterminacies. In: BARRETT, R.; GIBSON, R. **Perspectives on Quine**. Oxford: Blackwell, p. 01– 16, 1990.

_____. Two Dogmas in Retrospect. In: **Canadian Journal of Philosophy**, v. 21, n. 3 p. 265–274, 1991.

_____. Two Dogmas of Empiricism. In: **From a Logical Point of View**, p. 20–46. New York: Harper and Row, 1963.

_____. Use and Its Place in Meaning. In: **Erkenntnis**, 13, p. 1-8, July 1978.

_____. **Word and Object**. Cambridge, Mass: Technology Press of the Massachusetts Institute of Technology, 1960.

QUINE, W. V.; ULLIAN, J. S. **The Web of Belief**. New York: Random House, 1970.

PARSONS, Charles. Genetic Explanation. In: The Roots of Reference. BARRETT, R.; GIBSON, R. **Perspectives on Quine**. Oxford: Blackwell, 1990.

ROTH, Paul A. Semantics without Foundations. In: **The Philosophy of W. V. Quine**, edited by L. Hahn and P. Schilp. La Salle, Ill: Open Court, 1986.

SEARLE, John R. Indeterminacy, Empiricism and the First Person. In: **The Journal of Philosophy**, v. LXXXIV, n. 3, p. 123–146, March 1987.

STEIN, Sofia. Empirismo e Fisicalismo: características do holismo epistemológico de Willard Quine. **Philosophos**, 8, 1, p. 69–78, 2003.

_____. Os pressupostos da visão eliminativista de Quine. **Manuscrito**. Revista Internacional de Filosofia, v. XXV, n. Especial, 2002.

_____. O Papel das Vivências no Aufbau. **Kriterion**. Belo Horizonte, n. 110, Dez/2004, p. 224 – 237.

SZUBKA, T. Quine and Davidson on Perceptual Knowledge. In: **Knowledge, Language and Logic: Questions for Quine**, Alex Orestein & Peter Kotatko. Kluwer Academic Publishers, 2000.